

Cronos



REVISTA DO

PROGRAMA DE

PÓS-GRADUAÇÃO

EM CIÊNCIAS

SOCIAIS DA UFRN

ISSN 1518-0689

NATAL/RN

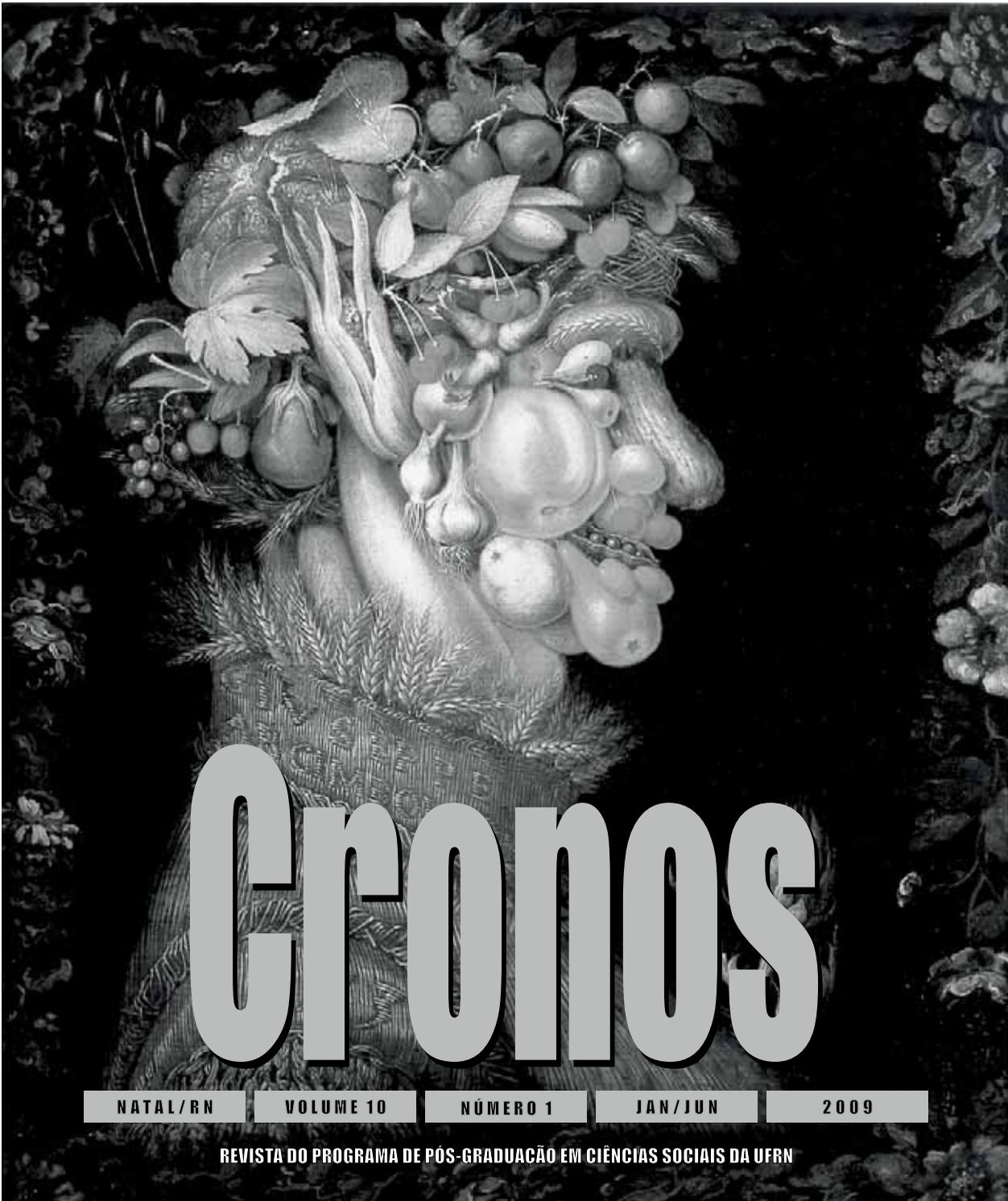
VOLUME 10

NÚMERO 1

JAN/JUN

2009

**Josué
de
Castro
100 Anos**



Cronos

NATAL/RN

VOLUME 10

NÚMERO 1

JAN/JUN

2009

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFRN

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Reitor: José Ivonildo do Rêgo

Vice-Reitora: Ângela Maria Paiva Cruz

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Diretor: Márcio Moraes Valença

Vice-Diretora: Maria da Conceição Fraga

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Coordenador: Orivaldo Pimentel Lopes Júnior

Vice-Coordenador: Alexsandro Galeno Araújo Dantas

CRONOS - REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Editores: Alexsandro Galeno Araújo Dantas

Homero de Oliveira Costa

COMISSÃO EDITORIAL

Alexsandro Galeno Araújo Dantas

Orivaldo Pimentel Lopes Júnior

Homero de Oliveira Costa

José Antonio Spinelli Lindoso

José Willington Germano

Lore Fortes

Norma Missae Takeuti

Vânia de Vasconcelos Gico

CONSELHO EDITORIAL

Boaventura de Sousa Santos - Univ. de Coimbra

Brasília Carlos Ferreira - UFRN

Carlos Nelson Coutinho - UFRJ

Celso Frederico - USP

César Barreira - UFC

Edgard de Assis Carvalho - PUC/SP

Evaldo Vieira - USP

Gilberto Vasconcellos - Univ. Federal Juiz de Fora

João Emanuel Evangelista - UFRN

João Gabriel Teixeira - UnB

John Lemons - New England - USA

Maria da Conceição Almeida - UFRN

Mauro Koury - UFPB

Michel Zaidan Filho - UFPE

Robert Austin - La Trobe University - Austrália

Teresa Sales - UNICAMP

Vincent de Gaulejac - Université Paris 7 - França

CRONOS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Universidade Federal do Rio Grande do Norte | UFRN

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes | CCHLA

Av. Senador Salgado Filho, 3000 | Lagoa Nova | CEP 59.078-970

E-mail cronos@cchla.ufrn.br

Natal | RN | Brasil | 2009

Organização do Dossiê: Tania Elias Magno da Silva

Diretor da EDUFRN: Herculano Ricardo Campos

Editor de Imagens: Alex Galeno

Gravuras e Desenhos da Capa e do Miolo: Giuseppe Arcimboldo – Verão (arte da capa) – *O Livro da Arte*. São Paulo: Martins Fontes. 1999.

Capa: Mariz Comunicação Integrada

Editoração Eletrônica: Marcus Vinícius Devito Martines

Normalização: Liana Maria Nobre Teixeira

Auxiliar de Editoria: Lucas Castilho

A **Revista CRONOS, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFRN**, é publicada em Natal – Rio Grande do Norte, com periodicidade semestral. Sua proposta é difundir a pesquisa e a reflexão acadêmicas, relevantes em Ciências Sociais, oriundas de centros de investigação qualificados do Brasil e do exterior, procurando contribuir para o processo de reflexão e debate teórico sobre as transformações fundamentais e os desafios que se processam nas sociedades contemporâneas, na ordem, tanto internacional quanto nacional, regional ou local. A cada número da revista, um dossiê temático anunciará a problemática em discussão, seguido de seções de artigos inéditos de autores inscritos num movimento pluridisciplinar e de entrevista realizada com um pensador social da atualidade.

Catálogo na fonte
Maria Lúcia Lagreca de S. Cabral

Cronos: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN, v. 1, n. 1 (jan./jun. 2000) – Natal (RN): EDUFRN – Editora da UFRN, 2000 - .

Semestral

Descrição baseada em: v. 10, n. 1 (jan./jun. 2009).

ISSN 1518-0689

1. Ciências Sociais – Periódico. 2. Josué de Castro – 100 anos – Periódico.

CDU 301(05)

CDD 300.05

CRONOS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN
Natal-RN volume 10 número 1 janeiro/junho 2009

ISSN 1518-0689

Sumário

Summary

EDITORIAL	9	EDITORIAL
DOSSIÊ JOSUÉ DE CASTRO - 100 ANOS		JOSUÉ DE CASTRO DOSSIER - 100 YEARS
<i>Antonio Alfredo Teles de Carvalho (UNEAL)</i> Josué de Castro e a construção de uma matriz dos estudos sobre a fome na história do pensamento geográfico no Brasil	15	<i>Antonio Alfredo Teles de Carvalho (UNEAL)</i> Josué de Castro and a construction of a matrix of studies about the hungry in the history of the geographic thought in Brazil
<i>Maria Aparecida Lopes Nogueira (UFPE)</i> Utopias: Josué de Castro e o <i>Mangue Beat</i>	35	<i>Maria Aparecida Lopes Nogueira (UFPE)</i> Utopias: Josué de Castro and the Mangue Beat
<i>Renato Carvalheira do Nascimento (UFRRJ)</i> O resgate da obra de Josué de Castro, onde estamos?	43	<i>Renato Carvalheira do Nascimento (UFRRJ)</i> The recovery of the Josué de Castro's work, where are we?
<i>Tânia Elias Magno da Silva (UFS)</i> Josué de Castro e os estudos sobre a fome no Brasil	51	<i>Tânia Elias Magno da Silva (UFS)</i> Josué de Castro and the studies about the hungry in Brazil
<i>Tayguara Torres Cardoso (UERJ)</i> A Memória, a História e a Denúncia entre Homens e Caranguejos: a literatura como elemento eloquente de crítica e desvelamento da realidade na obra de Josué de Castro	79	<i>Tayguara Torres Cardoso (UERJ)</i> The Memory, the History and the Denunciation between Men and Crabs: the literature as eloquent element of criticism and "desvelamento" of the reality in the work of Josué de Castro

ARTIGO	ARTICLE
<i>Francisco das Chagas Silva Souza (CEFET/RN)</i> As contribuições de Caio Prado Júnior para a história ambiental no Brasil	97 <i>Francisco das Chagas Silva Souza (CEFET/RN)</i> The contributions of Caio Prado Júnior for environmental history in Brazil
ENTREVISTA	INTERVIEW
<i>Renato Sérgio Jamil Maluf (UFRRJ)</i> <i>Entrevistado por Renato Carvalheira</i> <i>do Nascimento (UFRRJ)</i> Uma vida dedicada à segurança alimentar: entrevista com Renato Maluf sobre Josué de Castro	119 <i>Renato Sérgio Jamil Maluf (UFRRJ)</i> <i>Interviewed by Renato Carvalheira</i> <i>do Nascimento (UFRRJ)</i> A life dedicated to the security feed: interview with Renato Maluf about Josué de Castro
POEMAS	POEMS
<i>A poética de Jarbas Martins (UFRN)</i> <i>Apresentação por Homero de Oliveira Costa (UFRN)</i> Virgulino Frei Damião	129 <i>The poetic of Jarbas Martins (UFRN)</i> <i>Presentation by Homero de Oliveira Costa (UFRN)</i> Virgulino Frei Damião
RESENHAS	REVIEWS
<i>Dannyel Brunno Herculano Rezende (UFRN)</i> Para além da transitologia e da consolidologia: uma análise da democracia na Argentina contemporânea	135 <i>Dannyel Brunno Herculano Rezende (UFRN)</i> For beyond the “transitologia” and of the “consolidologia”: an analysis of the democracy in the Contemporary Argentina
<i>Renata Coelho Sartori (UFRN)</i> A democratização da natureza no contexto da Política e da Ciência	141 <i>Renata Coelho Sartori (UFRN)</i> The democratization of nature in the context of the Politics and of the Science
DOSSIÊ DOS AUTORES	147 AUTHOR’S DOSSIER
NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS	153 PUBLISHING RULES
SUMÁRIOS ANTERIORES	155 PREVIOUS SUMMARIES



Editorial

O tema da fome permeia várias obras artísticas e literárias, tanto nacionais como mundiais. Inúmeras são as representações artísticas deste flagelo que campeia no mundo, quadros, poemas, romances, filmes, canções foram e continuam sendo construídos sobre o imaginário da fome. Há, como afirmou Glauber Rocha em 1965, uma estética da fome que encanta e horroriza ao mesmo tempo. São obras de um realismo que impressiona e que comovem, e que podem ser consideradas obras de denúncia de nossa tolerância com o intolerável, muitas são verdadeiras obras de sociologia da fome.

Ao falarmos de intolerância e de fome nosso imaginário tende a nos conduzir aos terríveis quadros de destruição e barbárie resultantes das guerras e conflitos que marcaram e ainda marcam a nossa história sobre a face do planeta. Ódios materializados em guerras, perseguições, banimentos, retaliações, torturas, desprezo, mortes, exprimem a linguagem da intolerância. E o que dizer dos quadros de miséria e fome que assolam o mundo moderno e que resultam não apenas de guerras ou de períodos de calamidades climáticas, mas da perversidade de um modelo econômico que mata em tempos de paz (?), mata em surdina, aniquila povos inteiros, condena-os a morte lenta, asfixia suas mentes em nome do progresso, da modernidade?

A fome não é imagem do passado, mas um desafio do presente que ameaça o futuro. Grassa em todo o planeta, passeia pelas ruas do mundo, espia gulosa pelas vitrines dos restaurantes, dos supermercados, dos Shoppings Center do mundo, mendiga nas feiras livres, resulta do desperdício, do descaso para com o outro e denuncia um sistema econômico e político perverso, bem como a nossa tolerância para com o intolerável.

A fome é um flagelo que atinge vastas áreas em todo o mundo, fazendo de algumas delas áreas típicas de fome e continua a ser um desafio para os governos de vários países em que pese todo o avanço científico e tecnológico no campo da produção de alimentos e da quebra das barreiras para a circulação da mercadoria no mundo globalizado graças aos modernos meios de comunicação e transporte. Diante desses avanços e conquistas do mundo moderno cabe indagar: Por que ainda vastas áreas do mundo são marcadas pela escassez de alimentos? Por que a fome continua campeando no planeta? Por que as soluções para este drama parecem ainda estar distantes de serem encontradas apesar das inúmeras campanhas e programas desenvolvidos nestas últimas décadas para acabar com este flagelo? Afinal, a fome que assola vastas áreas em todo o mundo resulta de que?

A busca de resposta para as questões acima foi o leitmotiv de Josué de Castro, um brasileiro, que dedicou uma vida inteira na busca de respostas e soluções para acabar com a fome no mundo. Seus

estudos e sua intensa militância no combate a fome tornaram-no uma pessoa conhecida e respeitada mundialmente, e lhe renderam a alcunha de “caixeiro viajante da fome” e “profeta da fome” a uma alusão ao profeta bíblico.

Apesar de reconhecido mundialmente e com uma extensa folha de serviço prestada no combate à fome, tanto no Brasil como no mundo, Josué de Castro ainda é um autor pouco estudado no âmbito das ciências sociais em nosso país. Este “esquecimento” de Josué de Castro reflete uma das mais significativas carências do povo brasileiro, que é a sua enfraquecida memória social, apesar de nosso país, de grandeza inquestionável, ser produtor ativo de valorosos homens e mulheres que, em suas ricas trajetórias pessoais, deixaram ao país e ao mundo legado de importância imprescindível, mas que boa parte desses homens e dessas mulheres, ainda encontra-se perdido em meio ao enevoado da memória nacional, lamentavelmente alimentada pela fugacidade da mídia que dura o tempo exato que seu impacto provoca nos espíritos ansiosos por eternas novidades.

Uma nação com tal desprezo por sua memória é, como muito se diz, uma nação fadada a tornar circulares seus erros e seus fracassos. A fim de investir na reversão dessa nefasta tendência ao auto-esquecimento, é que a Revista Cronos trás a público o “Dossiê Josué de Castro” em comemoração ao centenário de nascimento em setembro de 2008 do médico, professor, geógrafo, sociólogo, escritor, diplomata e político Josué Apolônio de Castro, conhecido simplesmente como Josué de Castro.

Durante mais de sessenta anos de vida, o pernambucano Josué de Castro dedicou-se a um visceral combate à fome e mobilizou suas forças pessoais em muitas frentes distintas nesta batalha. Fortemente influenciado pelas imagens de miséria e carência que via nos mangues de sua cidade natal – Recife –, e que lhe marcaram a infância e adolescência, dedicou toda uma vida à luta ferrenha pelo extermínio – e não menos que isso – daquela que julgava a maior tragédia da humanidade: a fome.

Em sua trajetória de lutas tornou-se escritor, para narrar à fome e sua dor; médico, para entender os mecanismos biológicos da desnutrição e suas consequências; geógrafo, para mapear a distribuição da fome no Brasil e no mundo e tipificar as formas de fome que afligem os homens; sociólogo, para esclarecer como as consequências da fome afetam o homem comum, sua vivacidade e sua atividade produtiva; diplomata, para inscrever na agenda internacional a luta contra a fome e causas dos países do Terceiro Mundo; por fim, como não poderia deixar de ser, político, para dar sentido a um combate visceral que não poderia restringir-se ao plano intelectual, mas que se fazia urgente no plano das ações do Estado e da sociedade civil.

Esse homem notável, reconhecido mundialmente por sua devoção ao combate à fome, ocupou por dois mandatos consecutivos uma cadeira de Deputado Federal, tendo assumido inúmeros outros cargos políticos da mais significativa monta em nível nacional e mundial. Vale destacar, a presidência do

Conselho Executivo da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação assumida por Josué de Castro por dois mandatos consecutivos, entre 1952 e 1956. Ao ser eleito pela primeira vez para o cargo já era um pesquisador conhecido e reconhecido. Era uma voz respeitada na defesa dos interesses dos povos do Terceiro Mundo.

Josué de Castro ganhou notoriedade nacional e internacional em meados da década de 1940, ao publicar a obra *Geografia da Fome* (1946), e denunciar o verdadeiro quadro de desigualdades sociais que marcava o Brasil da época, através da elaboração de um mapeamento da fome. O Mapa da Fome trouxe a público o país que não aparecia na propaganda oficial e mais, ao mapear a fome o autor revelava os seus nichos, suas raízes estruturais e os quadros sociais que dela derivavam, bem como trazia uma contribuição para o estudo de nossa cultura alimentar.

Em 1946 ao lançar *Geografia da Fome*, já havia publicado no campo médico nutricional e no campo da investigação social aliado aos problemas alimentares cerca de 12 livros, além de inúmeros artigos, proferido uma enorme quantidade de palestras e conferências, bem como integrado uma série de Comissões e Projetos de estudo visando solucionar o problema da fome, tanto a nível nacional como internacional.

Em 1951, ao publicar *Geopolítica da Fome*, obra que aborda o tema sob o prisma mundial, tem seu nome definitivamente consagrado internacionalmente como um especialista no assunto e um ferrenho combatente das desigualdades sociais, da fome e da miséria.

Como se não bastasse, Castro figura entre as principais personalidades científicas do Brasil, pois deu importantes passos para o desbravamento de novas áreas, como a Nutrição na perspectiva de saúde pública, Geografia Humana e Ecologia. Josué de Castro também inovou interdisciplinarmente ao relacionar áreas de conhecimento até então não imaginadas, como a Geografia, Sociologia, Ecologia e Nutrição, como foi o caso concreto do livro *Geografia da Fome*. A multidisciplinaridade é uma característica marcante na obra desse teórico da fome. Os estudos e escritos de Josué de Castro fornecem a matriz para uma Sociologia da Fome.

Os artigos que compõem o presente Dossiê buscam trazer à tona a importância e atualidade dos estudos do autor, bem como sua linguagem polifônica.

Tânia Elias Magno da Silva – UFS





Dossiê Josué de Castro
100 anos

Josué de Castro e a construção de uma matriz dos estudos sobre a fome na história do pensamento geográfico no Brasil

Antonio Alfredo Teles de Carvalho – UNEAL

RESUMO

Josué de Castro foi precursor dos estudos sobre a fome na história do pensamento geográfico no Brasil no decênio de 1930, os quais consolidaria na década subsequente como Geografia da Fome, a partir da publicação do livro de título homólogo. Obra seminal que passou a constituir um marco nos estudos sobre o tema. Por conseguinte, desenvolvendo uma verve antecipatória, evidenciada na abordagem diferenciada, que vai desde a politização e o caráter social conferido à disciplina, à inserção na mesma, de diversos temas *a priori* e genericamente ‘não geográficos’ a exemplo da própria fome. Consequentemente, sobressaindo como um geógrafo que a despeito do geograficismo exacerbado, buscou novas formas de pensar a Geografia.

Palavras-chave: Josué de Castro. Brasil. Pensamento geográfico. Matriz. Fome.

ABSTRACT

Josué de Castro was a forerunner on the studies about hunger in the history of geographical thought in Brazil in the decennium of 1930, which would consolidate the subsequent decade as Geography of Hunger, as of the publication of the book with homologue title. Seminal work that has become a highlight in studies on the theme. Therefore, developing an anticipatory verve, evidenced in the differentiated approach, which runs from the politization and the social character referred to the discipline, to the insertion on it, of several topics *a priori* and generically not geographical for example the hunger itself. Consequently, overhanging as a geographer that despite of the exacerbated geographical behavior, sought after new ways of thinking the Geography.

Keywords: Josué de Castro. Brazil. Geographical thought. Mold, Hunger.

APONTAMENTOS INICIAIS

*Não se pode saber Geografia, se não se estuda
a história do pensamento geográfico.*
Manuel Correia de Andrade (apud BARBOSA, 2002)

Os vinte derradeiros anos do século passado constituem dois decênios marcantes para os estudos sobre a história do pensamento geográfico no Brasil, assinalando a sua emergência e desenvolvimento dentro do meio acadêmico. Até então, os estudos mais representativos na área consistiam em empreitadas solitárias de dois ícones da Geografia brasileira – *A Geografia no Brasil*, de José Veríssimo da Costa Pereira, artigo integrante da coletânea *As Ciências no Brasil*, organizada por Fernando de Azevedo e publicada pela Editora Melhoramentos de São Paulo em 1955; e *A Geografia no Brasil (1934-1977): Avaliação e Tendências*, de Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, publicado pelo Instituto de Geociências da Universidade de São Paulo, dentro da série Teses e Monografia, em 1980.

Portanto, tardiamente principia aqui, uma tendência iniciada na Europa pelo menos vinte ou trinta anos antes. Na análise de Mamigonian (2003, p. 7), “um século após a consolidação da Geografia, fundada na Alemanha por Alexander von Humboldt e Karl Ritter, e meio século após a consolidação da geografia francesa, fundada por Paul Vidal de La Blache, historicamente a segunda grande escola geográfica do mundo”.

Entretanto, observa Silva (1996) que a análise de trabalhos destinados à reflexão em torno da natureza do pensamento geográfico brasileiro, sobretudo numa perspectiva histórica, ainda revela uma lacuna muito grande e ao mesmo tempo sintomática. Trilhando nessa perspectiva conclui que

A tradição desta disciplina constitui-se de uma orientação profundamente pragmática e destituída de uma real e consciente sedimentação teórica. Situação que vem caracterizando a Geografia, ao longo de sua trajetória, como um perfeito exemplo de um saber que não reflete sobre si mesmo e, principalmente, suas relações com seu objeto de análise (SILVA, 1996, p. 06).

Não obstante a observação do aludido autor, a partir de 1980 estudos dessa natureza passam a despertar maior interesse dos geógrafos brasileiros e, assim, vem à luz significativos trabalhos emanados de investigações desenvolvidas especialmente nos Programas de Pós-Graduação em Geografia – que passaram a se constituir nos centros por excelência dessa produção, inicialmente nas universidades paulistas (sobretudo Universidade de São Paulo e Universidade Estadual Paulista Julio Mesquita Filho – campus de Rio Claro), para posteriormente expandir-se para outras partes do país.

Os primeiros estudos em história do pensamento geográfico no Brasil nos primórdios dos anos 80 versam sobre autores. Nessa perspectiva, expressivos nomes da Geografia universal e brasileira, a exemplo de Max Sorre, Humboldt, Ritter e Ratzel, Aroldo de Azevedo e Delgado de Carvalho constituíram objetos de estudo dos geógrafos brasileiros.

Não se deve, aqui, deixar de destacar, que sintomaticamente, esse despertar para a necessidade de adentrar na análise da história do pensamento geográfico entre os geógrafos brasileiros vai se dar no mesmo momento em que o país começa a conhecer o processo de abertura política, após quase 20 anos de ditadura militar.

Não obstante o isolamento intelectual resultante desse período de exceção, desenvolveu-se aqui uma reflexão e uma crítica aos paradigmas ancorados no positivismo e no neopositivismo, por parte de uma geração de novos geógrafos militantes, que respaldados nas teses marxistas avançaram nos debates de natureza teórica e social. Por conseguinte, as discussões (solitárias) iniciadas décadas atrás por Orlando Valverde, Armen Mamigonian ou Manuel Correia de Andrade, dentre outros, a partir de então, ganham um novo ímpeto.

As novas luzes derivadas dos novos processos em curso alavancaram o estudo e a pesquisa em história do pensamento geográfico, que evoluiu e no limiar dos anos 90 já se afastavam do teor secundário que lhe era conferido e, avançava na consolidação de uma linha de pesquisa que viria a contribuir imensamente no preenchimento das lacunas existentes na área.

No bojo desse processo, subjacente aos contextos reconstituídos, vem à luz as ‘vozes esquecidas’ da Geografia¹, seja através das instituições do saber geográfico, da história da geografia escolar, dos relatos dos viajantes, ou de eminentes mestres que compõem os anais dessa trajetória e, se constituem em referência na análise e entendimento da mesma. Destarte, revisitar e pensar a geografia, “também é

1 Expressão utilizada por Monteiro (1980). Segundo o mesmo, no desenvolvimento desse processo, constatar-se-á, ‘felizmente (ou não), que não temos sido o deserto total das ideias’ (p. 39).

pensar forçosamente estes personagens em seus contextos”, destaca Gomes (1999, p. 336). E ainda, “vê-los em ação não como seres movidos por uma iluminação em busca de uma verdade transcendente, mas como atores-autores escrevendo uma narrativa, uma história, uma história da geografia” (p. 336).

Nessa perspectiva, insere-se Josué de Castro – médico e geógrafo brasileiro nascido na cidade do Recife em 1908 e falecido em Paris em 1973. Intelectual crítico da sua realidade e sujeito pensante da Geografia que avançou no desenvolvimento de uma disciplina comprometida com o social, o que é evidente já nos seus primeiros estudos a propósito da problemática nordestina e recifense, em especial. Tornando-se, assim, um dos mais conhecidos integrantes da geração de geógrafos dos anos 50, que no dizer de Mamigonian (2005, p. 221), já eram geógrafos pré-existentes e que alcançaram vãos próprios, independentemente da grande renovação ocorrida a partir dos anos de 1930, mesmo tendo acompanhado tal movimento.

O PENSAMENTO GEOGRÁFICO NO BRASIL NO SEGUNDO QUARTEL DO SÉCULO XX

O interstício ora tratado coincide com a implantação de todo o período de vigência do Estado Novo, comandado pelo Presidente Getúlio Vargas, que no dizer de Fausto (2006), consiste na figura de maior expressão da história política brasileira do século XX. Daí, ainda que de forma bastante breve, a importância de revisitar a sua política e o seu significado para o país naquele momento. Contudo,

Assinalar a duração e o impacto da figura de Vargas na história contemporânea do Brasil significa procurar compreender por que seu discurso e suas políticas, construídas no marco do pensamento autoritário dos anos 1920-40, encontraram condições tão favoráveis para se estabelecer e, sobretudo, para se transformar e perdurar na memória nacional (GOMES, 2005, p.107).

Na verdade, trata-se de questões complexas e que para autora, “exigem respostas que articulem as condições vigentes nos campos político e intelectual, nacional e internacionalmente” (GOMES, 2005, p. 107).

Nesse sentido, reconstituir ainda que parcialmente, os eventos de maior ressonância do panorama nacional, em consonância com a realidade mundial naquele período mostra-se fundamental a sua apreensão e, por conseguinte, o seu rebatimento nos desdobramentos da política varguista nos diferentes setores da vida brasileira. Ademais, não chega a ser redundante lembrar, que o reconhecimento das

metamorfoses processadas dentro do contexto político-econômico-social brasileiro de então, bem como as relações com o mundo exterior, são imprescindíveis a sua melhor compreensão.

Getúlio Vargas chega ao poder em outubro de 1930 como chefe de um governo provisório; em seguida presidente eleito pelo voto indireto da Assembléia Nacional Constituinte de 1934, e ditador com o golpe do Estado Novo em 1937 – que se prolongaria até a sua deposição em 1945. Retornaria cinco anos depois para substituir Eurico Gaspar Dutra que fora eleito democraticamente para o mandato de 1946-1951. Perfazendo, portanto, um período de quinze anos de poder,

A Era Vargas, mormente durante o Estado Novo, seria fortemente marcada pela dissonância que contrapunha, de um lado, a modernização e do outro, o autoritarismo, dimanando o emblema de modernização conservadora; bem como pelo nacionalismo, materializado especialmente na política econômica, não obstante o modelo centralizador, conforme fora salientado. Entrementes, é válido acrescentar que malgrado aquilo que inicialmente se propunha, qual seja, a criação de um capitalismo nacional, ao término desse período o país encontrava-se subordinado a política de dominação dos Estados Unidos da América.

Depois, o período que se abre com a implantação do Estado Novo não chega a constituir um rompimento com os primeiros sete anos de Vargas no poder. Segundo Fausto (2006, p. 201) “muitas de suas instituições e práticas vinham tomando forma no período 1930-1937”. E complementa,

A partir de dezembro de 1937, elas se integraram e ganharam coerência no âmbito do novo regime a inclinação centralizadora, revelada desde os primeiros meses após a Revolução de 1930, realizou-se plenamente. Os estados passaram a ser governados por interventores, nomeados pelo governo central e escolhidos segundo diferentes critérios. Parentes de Vargas, militares, receberam a designação. De um modo geral, porém, nos maiores Estados algum setor da oligarquia regional foi contemplado (FAUSTO, 2006, p. 201).

A propósito, por mais expressivo que pudesse ser o apoio popular ao seu governo, sabia Vargas que sob certos aspectos não avançaria destituído da oligarquia cafeeira, que a despeito da crise, ainda constituía o grupo econômico mais expressivo do país. Observe-se que a própria crise lhe propiciaria os mecanismos de aproximação com tal grupo, ao lançar-se em sua defesa. Através do Departamento Nacional do Café (DNC) estrategicamente instituído em 1933, o governo passou a comprar a produção que diante da crise ficara sem mercado externo e passou a armazená-la, o que resultaria em grandes estoques que teriam como destino a incineração, quando não jogados ao mar.

Outrossim, outras áreas do setor seriam reorganizadas pelo governo que buscou estimular a diversificação agrícola, criando órgãos de suporte específicos, a exemplo dos Institutos. Em sua quase totalidade concentrados no Rio de Janeiro, então capital federal e centro aglutinador de poder, especialmente o poder público. Todavia a partir da instituição do Estado Novo a política econômica seria redirecionada e a industrialização por substituição de importações ganharia força.

Assim, uma linha desenvolvimentista pragmática referendada pelo nacionalismo ganharia fôlego também passaria a constituir o paradigma a permear as discussões em torno das questões econômicas do país. Importantes órgãos e entidades são instituídos objetivando o alargamento de setores preexistentes, a exemplo dos institutos, ou aqueles direcionados à elaboração do planejamento e sua execução (Comissão de Planejamento Econômico, Coordenação de Mobilização Econômica, Conselho Nacional do Petróleo, Conselho Nacional de Geografia, etc.); grandes estatais são implantadas (Companhia Siderúrgica Nacional, Companhia Vale do Rio Doce e Companhia Hidrelétrica do São Francisco).

Afora isso, o populismo que caracterizava o governo tornar-se-ia em um meio de viabilização das ações do Estado que passaria a atuar como coordenador e planejador econômico de uma nova sociedade brasileira. Isto é, urbano-industrial em detrimento da sua tradicional condição de agrário-exportadora.

Em meio a todo esse contexto, uma tendência esboçada desde os primórdios dos anos 30, ganha consistência, a ideia de Brasil Moderno. É a partir de então que o país trilha novas perspectivas visando adentrar no ritmo da história. No dizer de Ianni (1996, p. 29), “tornar-se contemporâneo do seu tempo, organizar-se segundo os interesses dos seus setores sociais mais avançados”.

Em meio a essa realidade o país vira nascer, dentro de um sistema educacional caracterizado pelo autoritarismo conservador, as suas duas primeiras universidades. Pois como bem ressalta Monteiro (2002, p. 1) “diferentemente da colonização espanhola, implantadora de Universidades no Novo Mundo Americano, a portuguesa disso não se ocupou”. Assim, só em 1934 seria implantada a primeira universidade brasileira, a Universidade de São Paulo – USP, e no ano seguinte a Universidade do Distrito Federal –UDF, no Rio de Janeiro.

Com a emergência da universidade dar-se-ia a institucionalização da Geografia, inicialmente na Universidade de São Paulo, dentro da sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, onde fora implantado o primeiro curso no Brasil. Sendo, portanto pioneira, e historicamente a maior responsável pelo desenvolvimento das investigações e estudos geográficos e, por isso mesmo, segundo Pereira (1994, p. 438), responsável pela “grande missão de preparar professores de geografia para o curso secundário, e, concomitantemente, encaminhar seus alunos para a pesquisa geográfica no campo”. Porém é importante

lembrar que para tanto houve a necessidade de recorrer a vinda de mestres estrangeiros com formação na área, para formar as primeiras gerações de profissionais.

Não será exagero afirmar que ‘muitas carreiras universitárias de europeus (franceses notadamente) tiveram nestes ‘tristes trópicos’ seu início’. Dentre os nomes que aqui desembarcaram através dessas missões, estão Fernand Braudel, Claude Lévi-Strauss, Pierre Monbeig, Roger Bastide, Ungaretti, criando uma tradição de raízes profundas e fisionomia marcada (MOTA, 1994, p. 33),

Naquele momento cabia especialmente, aos advogados e engenheiros ministrar aulas de Geografia no ensino médio ou em algum curso de nível superior que oferecesse a disciplina. Assim, quando da implantação da Universidade de São Paulo, as missões culturais européias propiciariam a vinda de mestres ou futuros mestres para o Brasil. Na verdade,

O papel central desempenhado pela missão francesa na montagem e vertebração institucional e doutrinária da Faculdade de Filosofia significou uma ruptura com os centros tradicionais de ensino superior de implantação mais antiga, mormente com a mentalidade jurídica. Esse experimento paulista não encontrou terreno favorável para prosperar, nessa mesma época, em nenhum outro estado ou instituição universitária do país (MICELLI, 2001, p. 21).

Com a primeira missão francesa viera Pierre Deffontaines, que chega a São Paulo em 1934 com a responsabilidade de implantar a Cadeira de Geografia do curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Assim o fez, e no ano subsequente parte para o Rio de Janeiro com a mesma finalidade. Vai repetir na nascente Universidade do Distrito Federal o que fizera na capital paulista.

Essa transferência de Deffontaines resultaria na vinda de um outro professor francês para assumir o lugar por ele deixado. Trata-se de Pierre Monbeig, que por onze anos permaneceu no Brasil e assim, formou as primeiras gerações de geógrafos de São Paulo. No decorrer desse tempo deu continuidade e solidificou o trabalho iniciado por seu patrício, tornando-se doravante um ícone da Escola Paulista de Geografia (e da geografia brasileira, obviamente).

No Rio de Janeiro a Universidade do Distrito Federal teria vida curta, pois com o advento do Estado Novo seria dissolvida e passaria a constituir a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade

do Brasil, instituída pela Lei nº 452 de 05 de julho de 1937. Ali, assim como ocorrera na Universidade de São Paulo, seja na UDF ou na FNF/UB, o curso implantado fora Geografia e História. Essa junção reproduzia o modelo francês tradicional, que segundo Geiger, (1988, p. 61), “refletia certa influência do pensamento de Ritter. Discípulo de Hegel, era ele um dialético idealista que, opondo-se à lógica formal kantiana, encarava os fatos geográficos numa perspectiva de processo”.

A atuação dos dois mestres franceses, acrescida de Francis Ruellan – igualmente francês, foi fundamental para o desenvolvimento da Geografia no Brasil. Ruellan, que aqui chegara em 1940 como adido militar e coordenador das relações militares do seu país no continente, até 1956 esteve ligado a Universidade do Brasil e ao Conselho Nacional de Geografia, na condição de consultor técnico, dedicando-se ao ensino e a pesquisa, especialmente em Geomorfologia, sua especialidade, e constituindo-se em uma das maiores referências da geografia carioca, mas

Embora seja inegável que, com a criação dos cursos universitários, a geografia atingiu um patamar novo em seu processo de desenvolvimento no Brasil, fixar o seu nascimento em meados da década de 30 acaba por encobrir o importante papel que vinha desempenhando, já há 25 anos, aquele que foi o verdadeiro introdutor da chamada escola francesa no país: Carlos Delgado de Carvalho (ABREU, 1994, p. 204).

Nascido na França, filho de pais brasileiros, Delgado de Carvalho é apontado por inúmeros autores como introdutor do país no circuito dos modernos conhecimentos geográficos e, por isso mesmo, identificado como um marco para a moderna geografia científica no país.

A permanência desses mestres no país, mais a passagem menos duradoura ou simples visitas de outros tantos, a exemplo de Emmanuel De Martonne, Pierre Gourou e, mais adiante, Jean Tricart, Michel Rochefort e Jacqueline Beaujeu-Garnier, dimanou e difundiu no país uma geografia calcada na “orientação da Escola Francesa sob a égide lablachiana” (MONTEIRO, 1980, p. 14) que aqui predominou do decênio de 1930 até meados de 1950. Momento em que se realiza no Rio de Janeiro, o XVIII Congresso Internacional de Geografia sob os auspícios da União Geográfica Internacional – UGI. Onde já é possível perceber indícios de mudanças no que se refere ao paradigma vidalino.

Contudo convém não esquecer o papel desempenhado pelo geógrafo alemão Léo Waibel, que permaneceu no Brasil durante toda a segunda metade do decênio de 1940. Contratado pelo Conselho Nacional de Geografia – CNG como assistente técnico, desenvolveu pesquisas que “renovaram e inovaram temas e abriram novas direções para o estudo da geografia brasileira” (BERNARDES, 1982, p. 523).

Para Monteiro (1980, p. 14) “A influência norte-americana menos clara, não é desprezível”. Hartshorne (1939) já faz sentir os ecos de suas preocupações sobre a ‘essência’ da geografia. A abordagem de Preston James (Outline of Geography) sobre os gêneros de vida nas grandes paisagens vegetais do globo é, sobretudo visível no Rio.

Na esteira desse processo, cada um deixou a sua contribuição na formação de uma cultura geográfica no país, fazendo germinar, crescer, florescer e frutificar a semente lançada por Deffontaines, que “ligou definitivamente o seu nome à moderna orientação dos estudos geográficos no Brasil” (PEREIRA, 1994, p 438). Suas atividades perpassaram a esfera da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo para um universo mais amplo através de uma série de grandes realizações. Dentre as quais a criação da Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB, em setembro de 1934, conforme atesta a sua ata de fundação. Repetia-se aqui o que era frequente na Europa, onde após a criação dos cursos de universitários de Geografia, surgiam novas sociedades de profissionais independente daquelas já existentes (GEIGER, 1988, p. 667).

Reuniu inicialmente não apenas Pierre Deffonatin e seus alunos de Geografia e História, mas também grandes intelectuais como Caio Prado Júnior, Luiz Flores de Moraes Rego e Rubens Borba de Moraes. Posteriormente tomou uma dimensão nacional. Porém “desde o início num lugar mais criativo do que o próprio Curso de Geografia e História” (MAMIGONIAN, 1991, p. 158). Na verdade, só a partir de 1944 após um acordo entre os geógrafos paulistas e cariocas tornar-se-ia nacional, o que se concretizaria na Assembléia Geral realizada em Lorena (SP) no ano seguinte.

Tão significativo fora o papel desempenhado pela AGB na formação do pensamento geográfico brasileiro, que a partir da realização das suas assembléias anuais, “tornou ‘venerandas’ as sociedades de geografia que lhe antecederam, algumas existentes há bastante tempo” (ABREU, 1994, p. 217).

Foi, portanto de grande importância naquele momento, especialmente por constituir-se numa entidade cultural que também era ponto de encontro dos novos profissionais, espaço de troca de ideias e debates, divulgação de trabalhos, confronto de correntes e dos seus valores políticos. Juntamente com o Conselho Nacional de Geografia (CNG), alavancaram o processo de consolidação e desenvolvimento da geografia no Brasil iniciado pelas Faculdades de Filosofia.

O Conselho Nacional de Geografia (CNG) foi criado por decreto do Governo Federal em 24 de março de 1937, sendo assim, um ato do Estado Novo, conforme evidenciado anteriormente. Nascera com algumas atribuições, a exemplo do levantamento da carta do Brasil ao milionésimo e o planejamento e realização do censo demográfico de 1940. Ademais, compunha o projeto varguista de conhecimento e controle do território nacional, ao mesmo tempo em que contribuía à materialização do paradigma da ‘modernização’ em que adentrava o país, amplamente difundido pelo Governo, e que fazia-se sentir,

inclusive entre a classe intelectual da época. Fora implantado dentro do Conselho Nacional de Estatística, criado em 1934 (mas só instalado dois anos depois). Em 1938 passariam a formar um único órgão, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), autarquia subordinada a Presidência da República.

Mas a criação do CNG também consistiu na atuação da União Geográfica Internacional (UGI), no jogo hegemônico através da difusão de ideias, cultura, técnicas; visto que anos antes, De Martonne, seu presidente, estivera no Brasil e solicitara a adesão do país a mesma (GEIGER, 1988, p. 62). Por conseguinte, do ponto de vista formal, a fundação do CNG foi para servir de instrumento a esta adesão.

Trilhando esse percurso nasceu e desenvolveu-se a Geografia no Brasil. Porém, dentro dessa trajetória convém não olvidar a contribuição de grandes mestres brasileiros, a exemplo de Arthur Ramos, Alberto Lamego, Victor Ribeiro Leuzingner e Josué de Castro, dentre outros, que tiveram significativa importância nesse processo.

JOSUÉ DE CASTRO E A CONSTRUÇÃO DE UMA MATRIZ

Na verdade, Josué ganhará notoriedade por trazer à luz um tema inédito, atípico e até, pode-se afirmar, antigeográfico em meio a geografia praticada na sua época. Trata-se da fome, seu tema de estudo ao longo da vida, e do qual viria a tornar-se uma das maiores autoridades mundiais. No prefácio do livro *Homens e Caranguejos*, Josué relata os seus primeiros contatos com a fome nos alagados da capital pernambucana:

Não foi na Sorbonne, nem em qualquer outra universidade sábia, que travei conhecimento com o fenômeno da fome. O fenômeno se revelou espontaneamente a meus olhos nos mangues do Capibaribe, nos bairros miseráveis da cidade: Afogados, Pina, Santo Amaro, Ilha do Leite. Esta é que foi a minha Sorbonne: a lama dos mangues do Recife, fervilhando de caranguejos e povoada de seres humanos feitos de carne de caranguejo, pensando e sentindo como caranguejo [...] Seres humanos que se faziam assim irmãos de leite dos caranguejos (CASTRO, 2001, p. 10).

Nasceu no dia 05 de setembro de 1908 na cidade do Recife. Cidade dos rios, das pontes e das antigas residências palacianas; também cidade dos mocambos. Segundo o autor,

Nasci numa rua que tinha o nome ilustre de Joaquim Nabuco, o grande abolicionista dos escravos nos tempos do Império. A casa que nasci tinha ao lado um grande viveiro de peixes, de caranguejos, e siris. Se não nasci mesmo dentro do viveiro, com os caranguejos, já com dois anos estava dentro dele (CASTRO, 2001, p. 16).

E, mais adiante, continua relatando a infância às margens do Rio Capibaribe ao mesmo tempo em que recupera as suas origens...

Criei-me nos mangues lamacentos do Capibaribe, cujas águas fluindo diante dos meus olhos ávidos de criança, pareciam estar sempre a me contar uma longa história. O romance das longas aventuras de suas águas descendo pelas diferentes regiões do Nordeste: pelas terras cinzentas do Sertão seco, onde nasceu meu pai e de onde emigrou da seca de 1877 com toda a família, e pelas terras verdes dos canaviais da Zona da Mata, onde nasceu minha mãe, filha de senhor de engenho (CASTRO, 2001, p. 18).

Esse contato precoce com os mangues do Capibaribe despertou-lhe para a miséria que assolava especialmente as populações ribeirinhas da capital pernambucana. Na sua concepção os mangues do Capibaribe constituem o paraíso dos caranguejos, onde tudo é, foi ou está para ser caranguejo, inclusive a lama e o homem que nela vive. Rumando nessa perspectiva desenvolveu a teoria do Ciclo do Caranguejo:

A lama misturada com urina, excrementos e outros resíduos que a maré traz, quando ainda não é caranguejo, vai ser. O caranguejo nasce nela, vive dela. Cresce comendo lama, engordando com as porcarias dela, fazendo com lama a carinha branca de suas patas e a geléia esverdeada de suas vísceras pegajosas. Por outro lado o povo daí vive de pegar caranguejo, chupar-lhes as patas, comer e lambe os seus cascos até que fiquem limpos como um copo. E com a sua carne feita de lama fazer a carne do seu corpo e a carne do corpo de seus filhos [...] O que o organismo rejeita, volta como detrito, para a lama do mangue, para virar caranguejo outra vez (CASTRO, 1968, p. 26).

Tal teoria aparece como uma luz a alumiar os seus primeiros escritos sobre alimentação, quase sempre centrados na cidade do Recife. Desde então trilhou pelos meandros do entendimento do espectro da fome em diferentes escalas, analisando-a como consequência dos processos sócio-econômicos.

Em 1929, aos vinte e quatro anos, se forma médico pela Faculdade Nacional de Medicina, no Rio de Janeiro, depois de cursar os dois primeiros na Faculdade de Medicina da Bahia. Depois de formado Josué regressa ao Recife e passa a atuar como médico fisiologista, e ainda numa grande fábrica da cidade a fim de verificar as condições de saúde do operariado. Ancorado nessa experiência viria a realizar um levantamento acerca das condições de vida das classes operárias do Recife por meio do Departamento Estadual de Saúde. Esse levantamento, ou inquérito é ressaltado unanimemente por todos aqueles que adentraram no universo castrino pelo seu pioneirismo. Com efeito, teve grande repercussão na época e serviu de inspiração para outros, posteriormente realizados no país e, que viriam a auxiliar o governo Vargas na implantação do salário mínimo.

O inquérito consistiu na aplicação de questionários entre famílias de bairros e/ou localidades habitadas pelo proletariado a fim de verificar o percentual da renda mensal utilizado na aquisição de alimentos. Assim ele foi a campo e, de acordo com Pernambucano (1983, p. 211), “dessa vez era o Governo que ele levava ao manguê”. Constatou que 70% do que recebiam era para gastar com alimentos.

Juntamente com um grupo de intelectuais pernambucanos, liderados por ele e o Professor Aníbal Bruno funda a Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais do Recife. Esta Escola teve larga repercussão no meio intelectual da cidade, bem como do Estado. Ademais, constitui um marco na história do ensino superior em Pernambuco, seja pelo pioneirismo, seja pela proposta. Na nova Faculdade, foi vice-diretor e professor de Antropogeografia Social, que na sua concepção consistia numa introdução geográfica à História e à Sociologia. Certamente esse foi o seu primeiro contato com a Geografia na condição de docente.

Não obstante o êxito logrado seja na Faculdade de Medicina, seja na Faculdade de Filosofia, e ainda a atividade médica, em 1935 Josué resolve voltar para o Rio de Janeiro e ingressa na Universidade do Distrito Federal (UDF) como professor de Antropologia Física em 1936. Porém, a UDF teria vida curta e seria extinta com o advento do Estado Novo, passando a constituir a Faculdade Nacional de Filosofia da nascente Universidade do Brasil. Nesse processo a cadeira lecionada por Josué fora suprimida e em 1940, após uma breve passagem pela Itália ele passa a lecionar na FNF/UB. Através de um Decreto de 02 de julho de 1940, Josué assume interinamente a Cátedra de Geografia Humana até 1948, quando se realiza o concurso e torna-se titular.

A partir desse momento aproxima-se e vincula-se mais diretamente aos projetos mais amplos do governo constituindo-se em um importante aliado de Vargas (MAGALHÃES, 1996, p. 47). Chefiou o

Serviço Técnico de Alimentação Nacional (STAN), organizou e dirigiu o Serviço Central de Alimentação, que originou o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS); foi vice-diretor da Comissão Nacional de Bem-Estar Social e integrou a Comissão Nacional de Reforma Agrária. Foi também representante do país em importantes fóruns de debates e planejamento de políticas alimentares, integrou e dirigiu entidades e associações, e lecionou como catedrático a cadeira de nutrição do curso de sanitaristas do Departamento Nacional de Saúde. Os resultados exitosos concederam-lhe as prerrogativas de principal autoridade seja do saber, seja da política de alimentação no país e reconhecimento internacional.

Também se inicia na política dentro do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e ao longo desse período (entre os anos 30 e os anos 50) publica o que há de mais expressivo no conjunto da sua obra, desde “A Alimentação Brasileira à Luz da Geografia Humana”, publicado em 1937, aos clássicos “Geografia da Fome” e “Geopolítica da Fome” em 1946 e 1951 respectivamente, onde delata as causas e efeitos de espectros como a miséria, o subdesenvolvimento, mas, sobretudo, a fome, a qual desmistificou e mostrou ao mundo como fenômeno criado pelo homem e que o tem acompanhado desde os tempos mais remotos.

Vale observar que na Geografia Clássica, a alimentação aparece como tema de destaque, com frequência compondo um capítulo ou subcapítulo de uma considerável parte das obras publicadas na primeira metade do século passado. Especialmente aquelas de autores franceses ou então vinculados a Escola Francesa, em face a importância por essa dispensada ao estudo dos gêneros de vida. No dizer de La Blache (1954, p. 195) “entre as relações que ligam o homem a um certo meio, uma das mais tenazes é a que aparece quando se estudam os modos de alimentação”. E, complementa, “O vestuário e o armamento são muito mais sujeitos a modificações sob a influência do comércio, do que o regime alimentar, por meio do qual, empiricamente, os diferentes grupos recorrem as necessidades do organismo conforme os climas em que vivem” (LA BLACHE, 1954, p. 195).

Entretanto, conforme afirmado, essa importância estava vinculada aos gêneros de vida e não passará de uma descrição a propósito do sistema alimentar das diversas áreas do planeta. Consistindo, pois, num estudo geográfico da alimentação, igualmente ao que se fazia com a etnia, com as línguas, com a religião etc. Contudo, aponta Sorre (1958, p. 224) que a Geografia da Alimentação consiste no capítulo inicial de toda a Geografia Humana. E tem como objetivo averiguar em que medida e quais os meios os grupos humanos atendem ao crescimento do organismo e lhe proporcionam materiais energéticos, conforme o autor no segundo capítulo (Consistência do Ecúmeno) do seu clássico “El Hombre en la Tierra” (SORRE, 1967, p. 32).

Perceba-se que não se fala em fome, mas em alimentação ou subalimentação. E tal questão não é uma exclusividade do pensamento sorriano ou vidalino. Aliás, na síntese da sua trilogia, ora citada, o geógrafo francês já utiliza a expressão ancorado em Josué de Castro, ao afirmar que

A importância de muitos regimes por satisfazer as necessidades dos grupos humanos faz que concentremos nossa atenção em um último problema: a fome. Seguindo o exemplo de Josué de Castro, que tem escrito sobre a geografia da fome, situemos ao lado das fomes, as carestias e os déficits alimentares. Se é que se pode falar assim, junto a fome absoluta, a fome de tal o qual elemento ausente de regime ou pouco representado nele (SORRE, 1967, p. 32).

Até o advento da obra seminal de Josué de Castro, “Geografia da Fome”, em 1946, assim era. E isso pode ser comprovado na obra do próprio Josué, que em 1937 publica “A Alimentação Brasileira à Luz da Geografia Humana”, um importante livro sobre a questão alimentar, aonde o autor não chega a falar em fome. Contudo, deve-se aludir a importância desse livro, onde a Geografia pela primeira vez toma lugar central no conjunto da sua obra, e por constituir uma espécie de prévia daquele que seria o seu trabalho mais divulgado (Geografia da Fome). A despeito do que se dera no meio geográfico, que não despertou maior interesse, tivera o livro uma aceitação considerável fora dela, sendo agraciado com o prêmio da Casa dos Amigos de Alberto Torres.

Depois de dois livros de fôlego – “O Problema da Alimentação no Brasil” e “Alimentação e Raça” – centrados na questão nutricional numa perspectiva mais técnica, em “A Alimentação Brasileira à Luz da Geografia Humana”, Josué sem abandonar os rumos trilhados anteriormente, passa a discutir a questão contemplando o fator social de forma mais clara e objetiva, buscando aporte na ciência geográfica. Ainda que evidencie que o mesmo não se trata de uma monografia geográfica, não obstante a afirmação de que fora orientado sob a inspiração do espírito geográfico.

Respalado nos princípios geográficos, o autor faz uma análise destacando a significativa importância da alimentação como fator econômico e social, ao mesmo tempo em que procura estabelecer um diálogo com La Blache que no seu entender orientou a Geografia Humana num sentido de melhor análise e maior prudência, ao encarar as influências mútuas entre o homem e o meio. Criando assim,

a noção de relações ativas, em lugar das influências deterministas do meio sobre o homem [...]. Daí em diante, o estudo da ação do meio saiu do terreno das hipóteses obscuras para o campo claro das conexões, as inter-relações,

conceitos hodiernos da moderna geografia, que deixou de ser a simples descrição da terra para ser a ciência da terra (CASTRO, 1937, p. 112).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até o seu afastamento definitivo da Cátedra de Geografia Humana da Faculdade Nacional de Filosofia em 1954, Josué de Castro havia produzido cinco importantes obras de maior interesse geográfico: *A Alimentação Brasileira à Luz da Geografia Humana* (1937); *Geografia Humana – Estudo da Paisagem Cultural do Mundo* (1939); *Geografia da Fome* (1946); *Fatores de Localização da Cidade do Recife* (1948), e *Geopolítica da Fome* (1951). Porém é com *Geografia da Fome* que o autor vem a se afirmar em definitivo como um pensador do seu tempo, como médico, mas, sobretudo, como geógrafo. Repare-se que o trabalho principiado nove anos antes, chegara ao seu ápice, partindo-se do princípio que *Geografia da Fome* tornara-se uma referência e, como dito em páginas anteriores, um imperativo no estudo da fome. Ou dito de outra forma, uma matriz, a principal matriz dos estudos sobre a fome no Brasil e, por conseguinte, na história do pensamento geográfico brasileiro. Assinala a introdução do tema na disciplina, que vai ser utilizada por Josué como um meio eficaz para denunciá-la.

Nessa perspectiva rompe com o silêncio em torno da fome e com os paradigmas que a explicavam como um fenômeno natural. Ele vai apontar este espectro e a miséria que assolam o país como consequências das estruturas sociais defeituosas historicamente herdadas e nesse sentido, irá instituir uma nova forma de analisar estes fenômenos, elucidando as razões pelas quais não se explica o país, como as coisas se processaram, porquê e os seus efeitos.

Esta análise inaudita, permeada de delato causara grande impacto quando do seu lançamento. A propósito, em matéria para o jornal *Correio Paulistano*, em 22 de janeiro de 1947, escrevera Nelson Werneck Sodré

Trata-se de um trabalho feito com segurança, baseado em demoradas pesquisas e cujas conclusões, se disintíveis por vezes, merecem sempre atenção. Especialista em nutrição, o autor não é um desses estudiosos que se deixa obcecar, por uma face do problema, sacrificando-lhe a sua riqueza de conteúdo e as contribuições que os demais ângulos podem oferecer (SODRÉ, 1947).

Geografia da Fome, na verdade, representa concretamente, um momento importante na obra do autor. Percebe-se a preocupação de refinar o conceito de fome, o que marca uma mudança em relação à produção anterior.

Se, em seus primeiros escritos, a fome, a subnutrição e o problema alimentar aparecem, frequentemente como sinônimos, neste último trabalho Josué de Castro explora, exatamente, o eixo principal de suas formulações [...] O livro demonstra, ainda, que algumas reorientações em seu pensamento que, para maior compreensão, necessita de uma aproximação não só com a trajetória pessoal do autor, como também com as mudanças na conjuntura histórica e social do País nos primeiros anos da década de 40 (MAGALHAES, 1996, p. 45).

Logo no prefácio, destaca o autor, ser assunto do livro bastante delicado e perigoso e, por assim ser, era tido como tabu. Destacava ainda, ser “estranho e chocante num mundo como o nosso, caracterizado por tão excessiva capacidade de escrever-se e de publicar-se, haja até hoje tão pouca coisa escrita acerca do fenômeno da fome em suas diferentes manifestações” (CASTRO, 1967, p. 11). Ao buscar desvendar os motivos desse silêncio, Josué adentra nas verdadeiras causas da fome e começa mostrá-la como uma praga fabricada pelo homem, concebendo o caso brasileiro como consequência de um passado histórico marcado pela exploração desde os tempos coloniais, que ensejara uma situação de desajuste econômico e social. Situação que se agravaria nos tempos mais recentes com a inoperância do Estado, que a despeito dos interesses sociais, estava mais voltado aos interesses privados e dos monopólios estrangeiros. Conclui, assim, que

A fome no Brasil, que perdura, apesar dos enormes progressos alcançados em vários setores de nossas atividades, é consequência, antes de tudo, de seu passado histórico, com os seus grupos humanos, sempre em luta e quase nunca em harmonia com os quadros naturais [...] por inabilidade do elemento colonizado, indiferente a tudo que não significasse vantagem direta e imediata para os seus planos de aventura mercantil. Aventura desdobrada em ciclos sucessivos de economia destrutiva (CASTRO, 1967, p. 264).

Analisando e procurando alternativas para superação das realidades emanadas desse processo, Josué mapeou a fome no país e identificou três tipologias distintas de fome – fome endêmica, epidemias

de fome e subnutrição configuradas nas cinco áreas por ele delimitadas: *Amazônia, Nordeste Açucareiro, Sertão Nordestino, Centro-Oeste e Extremo Sul*, cada uma apresentando uma dieta alimentar peculiar condicionada pelos fatores históricos e culturais.

Certamente este foi o primeiro mapa da fome feito no Brasil, não obstante o esboço apresentado em *A Alimentação Brasileira à Luz da Geografia Humana*. A partir dele Josué também identificou e espacializou as principais carências alimentares e mostrou que em qualquer uma das cinco áreas que compunham o mosaico alimentar brasileiro não se dispunha de todas as substâncias essenciais ao metabolismo basal.

Rumando nessa perspectiva, provou que qualquer tentativa de mostrar a fome como um fenômeno natural, que obedece a uma lei específica da natureza, não faz qualquer sentido e, que o estudo do seu quadro carece de bases geográficas como provou através do livro *Geografia da Fome*, que não por acaso tornou-se um significativo aporte ao seu estudo. Matriz para os estudos sobre a fome no Brasil e na história do pensamento geográfico brasileiro.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. O Estudo Geográfico da Cidade no Brasil: evolução e avaliação. In: CARLOS, Ana Fani. A. (Org.). **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Edusp, 1994. p. 199-222.

BARBOSA, Rita de Cássia. **O fio e a trama**: depoimento de Manuel Correia de Andrade. Recife: Ed. da Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

BERNARDES, Nilo. A influência estrangeira no desenvolvimento da Geografia no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, p. 519-527, jul./set. 1982.

CASTRO, Josué de. **A alimentação brasileira à luz da Geografia Humana**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937.

_____. **Geografia da fome – o dilema brasileiro**: pão ou aço. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1967.

_____. **Geopolítica da fome**: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população. 8. ed. rev. aum. São Paulo: Brasiliense, 1968. v. 2.

_____. **Homens e caranguejos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

GEIGER, Pedro P. Industrialização no Brasil, conhecimento e atuação da Geografia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, t. 2, v. 50, n. especial, p. 59-84, 1988.

GOMES, Ângela de Castro. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas. **Revista USP**, São Paulo: Edusp, n. 65, p. 105-119, mar./maio 2005.

GOMES, Paulo César da C. Culturas Teóricas, Culturas Políticas no Espaço Geográfico. In: CORRÊA Roberto Lobato et al. (Org.). **Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. p. 335-339.

IANNI, Octávio. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

LA BLACHE, Paul Vidal de. **Princípios de Geografia Humana**. 2. ed. rev. Lisboa: Cosmos, 1954.

MAGALHÃES, Rosana. **Fome: uma (re)leitura de Josué de Castro**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.

MAMIGONIAN, Armen. A AGB e a produção geográfica brasileira: avanços e recuos. **Terra Livre**, Porto Alegre: Marco Zero/AGB, n. 8, p. 157-162, 1991.

_____. A Escola Francesa de Geografia e o papel de André Cholley. **Cadernos Geográficos**, Florianópolis: Imprensa Universitária, n. 6, 2003.

_____. **Estudos de Geografia Econômica e de história do pensamento geográfico**. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, São Paulo, 2005.

MICELLI, Sérgio. Por uma Sociologia das Ciências Sociais. In. _____. **História das Ciências Sociais no Brasil**. 2. ed. rev. São Paulo: Sumaré, 2001. v. 1, p. 11-28.

MONTEIRO, Carlos Augusto de F. A Geografia no Brasil ao longo do século XX: um panorama. **O Borrador**, São Paulo: AGB, n. 4, 2002.

_____. **A Geografia no Brasil (1934-1977): avaliação e tendências**. São Paulo: Instituto de Geografia da USP, 1980.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira (1933 – 1974): pontos de partida para uma revisão histórica**. 9. ed. São Paulo: Ática, 1994.

PEREIRA, José Veríssimo da Costa. A Geografia no Brasil. In: AZEVEDO, Fernando de (Org.). **As ciências no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994. v. 1, p. 349-461.

PERNAMBUCANO, Otávio. Josué de Castro. In: CICLO de Estudos sobre Josué de Castro. Recife: Academia Pernambucana de Medicina, 1983. p. 195-234. (Humanismo e Cultura, 4).

SILVA, Jorge Luiz Barcellos da. **Notas introdutórias de um itinerário interpretativo sobre a formação do pensamento geográfico brasileiro.** Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, São Paulo, 1996.

SODRÉ, Nelson Werneck. Geografia da Fome. **Correio Paulistano**, São Paulo, 22 jan. 1947.

SORRE, Max. A fome sem o véu discreto da fantasia. In: _____. **O drama universal da fome.** Rio de Janeiro: Ascofam, 1958. p. 243-247.

_____. **El hombre en la tierra.** Barcelona: Editorial Labor, 1967.

Utopias: Josué de Castro e o *Mangue Beat*

Maria Aparecida Lopes Nogueira – UFPE

*Fui levado a reservar, até hoje,
a maior parcela de minha ternura
para a sociedade dos mangues
- a sociedade dos caranguejos e dos homens, seus
irmãos de leite, ambos filhos da lama.*
(Josué de Castro)

*Vi um caranguejo andando pro sul
Saiu do mangue, virou gabiru
Oh, Josué, eu nunca vi tamanha desgraça
Quanto mais miséria tem, mais urubu ameaça.*
(Chico Science)

RESUMO

A pretensão é reconhecer a atualidade do ideário de Josué de Castro para a deflagração do *Movimento Mangue*, ocorrido no final dos anos 80 e início dos anos 90, na cidade do Recife, estado de Pernambuco. Ambos, Josué de Castro e *Mangue Beat*, constituem utopias que investem em cenários mais dignos para o Homem e para todos os sistemas vivos. O objetivo é reunir um conjunto de reflexões que procure interpretar a metáfora do *Homem-Caranguejo*, como uma das mais instigantes e seminais para a compreensão da atual cena cultural pernambucana. Trata-se de adotar uma visão mais totalizadora e universal do humano, aquela que religa Natureza-Cultura, Homem-Meio Ambiente, Arte-Vida. Nesse âmbito, o *Movimento Mangue* percorre as trajetórias “da lama ao caos/ do caos à lama”, numa ousada recursividade. No enfrentamento dos desafios impostos pela pulsão de ultrapassar as fronteiras do Recife por meio do diálogo entre a tradição (maracatu, coco, ciranda,...) e a cultura pop internacional (rock, hip hop,...) os protagonistas da *Cena* (*Chico Science & Nação Zumbi* e *Mundo Livre S.A*) forjaram uma metáfora-estratégia: “uma antena parabólica enfiada na lama”.

Palavras-chave: Josué de Castro. Homens-Caranguejo. Movimento Mangue. Recife.

ABSTRACT

The intention is to recognize the relevance of the ideals of Josué de Castro for the outbreak of the *Mangue Movement*, occurred in the late 80s and early 90s, in the city of Recife, state of Pernambuco. Both, Josué de Castro and *Mangue Beat*, utopias are investing in the most worthy scenery for man and all living systems. The objective is put together a set of ideas that seeks interpreting the metaphor of the Crab Man, as one of the most instigating and seminal to understanding the current cultural scene of Pernambuco. It is about adopting a more totalizing and universal vision of human, which connects Nature-Culture, Human-Environment, Art-Life. In this context, the *Mangue Movement* walks through the path “of mud to chaos / from chaos to mud”, a bold recursion. In confronting the challenges imposed by the drive to overcome the boundaries of the reef by means of dialogue between tradition (maracatu, coco, ciranda,...) and international pop culture (rock, hip hop,...) the protagonists of the *Scene* (*Chico Science & Nação Zumbi and Mundo Livre SA*) forged a metaphor-strategy: “a satellite dish stuck in the mud”.

Keywords: Josué de Castro. Men-Crab. Mangue Movement. Recife.

A metáfora *homem-caranguejo* constitui um dispositivo operador-metodológico capaz de religar as utopias de Josué de Castro e do *Mangue Beat*, movimento no qual os cenários, personagens e enredos esculpem um Recife do final dos anos 80 e início dos anos 90. Tal metáfora constitui uma das mais instigantes e seminais para a compreensão da tríade Homem, Meio-Ambiente e Arte, pois é um exercício de ultrapassagem do abismo que teima em separar a cultura científica e da cultura das humanidades:

“Cedo me dei conta deste estranho mimetismo: os homens se assemelhando em tudo aos caranguejos. Arrastando-se, acachapando-se com os caranguejos para poderem sobreviver. Parados como os caranguejos na beira da água ou caminhando como caminham os caranguejos” (CASTRO, 2003, p. 26-27). Foram formados na lama: se encharcam da negritude da água. Gente e bicho, se apropriam de dois formatos, inaugurando um formato híbrido, ao reiterar a existência de um tipo de metapadrão que, estranha e cruelmente transgride modos de ser, como se homens e caranguejos executassem um delirante balé, reservado aos miseráveis.

A segunda epígrafe do presente texto é um trecho de uma letra da canção “Da Lama ao Caos”, também título do primeiro cd da banda *Chico Science & Nação Zumbi*, que no início da década de 90 – juntamente com a banda *Mundo Livre S.A.*, protagonizou o *Movimento Mangue* na cidade do Recife.

Oh, Josué, explode o verso. Apelo comovente que reconhece a atualidade e a influência decisiva de Josué de Castro na criação do referido Movimento e a força da afirmação: “Na verdade, foram os mangues os primeiros conquistadores desta terra” (CASTRO, 2003, p. 27).

O *homem-caranguejo* reitera sua qualidade metafórica ao fornecer enfoque objetivo; ou seja, encarnando as matérias do mundo exterior. Por isso ela é reveladora de uma espécie de contra-ser constituinte da condição humana, que ataca as coisas mobilizado por uma dialética de miséria e cólera, cólera que liberta (BACHELARD, 1998).

Homem, Caranguejo, Mangue e Lama encenam uma espécie de dramaturgia do sujo, na qual o contra-ser – apesar de toda a repugnância – tenta retirar da imundície seu sustento, como revelam os versos do compositor baiano Waldeck Macedo, o *Gordurinha*, na canção *Vendedor de Caranguejos* (1975):

“CARANGUEJO SÁ

Olha o gordo guaiamum
 Quem quiser comprar algum
 Cada corda de dez
 Eu dou mais um.
 Caranguejo Sá, caranguejo Sá
 Apanho ele na lama
 E joga no meu caçua.
 Eu perdi a mocidade
 com os pés cheios de lama
 Eu fiquei analfabeto
 mas meus filhos criou fama
 Pelo gosto dos menino
 Pelo gosto da mulher
 Eu já ia descansar
 Não sujava mais os pé.
 Os bichinho tão criado
 Satisfiz o meu desejo
 Eu podia descansar
 Mas continuo vendendo caranguejo”.

A contradição atração e recusa suscitada pela Lama é própria de toda matéria mole; ela exprime o dinamismo específico do trabalho a ser feito. Ou seja, domesticar a lama por meio da manipulação: atravessar a negritude, espessura e o grude para retirar o caranguejo.

O trabalhador, ou contra-ser, ataca a lama-arapuça, em um difícil e penoso ofício. Como *escultura de lama*, torna-se um centro de hostilidade, pois luta contra a matéria viva. Perseverante, sua mão tortuosa e confiante mergulha mais fundo na lama à cata dos buracos onde se encontram os caranguejos. Passa o dia inteiro nessa função de catar caranguejos. Essa rotina cruel os despedaça, os faz cair no oco do mundo, como prisioneiros eternos que jamais conseguirão pagar suas dívidas com os deuses.

Integrante das cartografias planetárias da fome delineadas por Josué de Castro, o Mangue do Recife e sua “lama que come mocambo e no mocambo tem molambo” (CHICO SCIENCE & NAÇÃO ZUMBI, 1994 e ZEROQUATRO, 1994), trazem consigo um cortejo de famigerados, desesperançosos, tal qual *Severino*, personagem de João Cabral de Melo Neto em *Morte e Vida Severina*:

“Mangue, o conceito: Estuário. Parte terminal de rio ou lagoa. Porção de rio com água salobra. Em suas margens se encontram os manguezais, comunidades de plantas tropicais ou subtropicais inundadas pelos movimentos das marés” (ZEROQUATRO, 1994).

A precariedade a que são submetidos os integrantes de tal cortejo exprime sua condição de lixo, segundo as formulações de Bauman (2005). São reféns da dor, da inquietude, da miséria, da cólera e da fome. Lançados brutalmente à condição de refugo, exibem de forma emblemática o caráter irreversível da própria indeterminação: “são patrimônios inúteis da humanidade?” (BARROS, 2007, p. 43). Seres sem importância? Que cor tem o milagre da sua existência? Caminham em direção ao precipício? Largados na sarjeta, o visgo da lama podre e insuportável os impede de voar para sair do labirinto onde foram confinados? Que *status* de pessoas é conferido para quem desempenha essa tarefa de catador de caranguejo?

Trazer para o debate político a temática da fome, eis o aspecto fundamental da obra de Josué de Castro, tratada com vigor nos livros **Geopolítica da Fome** (1954), **Geografia da Fome** (2001), passando pelo romance **Homens e Caranguejos** (2001). Mobilizado pela dramaticidade do referido tema, enfrentou-o em todos os momentos da vida, como professor, pesquisador, político, intelectual e cidadão. Aberta a ferida da fome, era necessário repetir que não se tratava de uma invenção: a morte implacável ronda o planeta, é fundamental fazer alguma coisa.

Novas *geografias da fome* mantêm e recriam, no Recife e no mundo, a busca por outros Josués de Castro. Mesmo que, de acordo com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, “o [nosso] país esteja vencendo a fome”, o fato é que ela continua presente na contemporaneidade como um problema mundial; e, como tal, deve ser resolvida. Para isso requer a instauração de uma cidadania planetária, capaz de religá-

la aos problemas relativos ao meio ambiente, à utilização dos recursos naturais, às doenças, às guerras, à exclusão e à intolerância.

A ideia de acabar com o flagelo da fome no mundo reverbera no *Primeiro Manifesto Mangue – Caranguejos com Cérebro*, elaborado na tentativa de perseguir a utopia de Josué de Castro, pois além dos lamentos e rugidos, há vigor, sobressaltos e fertilidade provenientes da lama. Para Zeroquatro (1994): “não é por acaso que os mangues são considerados um elo básico da cadeia alimentar marinha. Apesar das muriçocas, mosquitos e mutucas, inimigos das donas de casa, para os cientistas os mangues são tidos como os símbolos de fertilidade, diversidade e riqueza”.

Sob a lógica da ciclicidade, no ecossistema mangue as marés configuram-se em um mecanismo de entrada das águas salinas e saída das águas doces, transfazendo-se em dois movimentos. No primeiro deles, do mar ao mangue, é possível abrigar animais em fase de desova e sementes arrastadas das margens dos rios, permitindo ao mangue fornecer dois terços da produção anual de pescado do mundo. No segundo movimento, do mangue ao mar, as águas férteis do mangue proporcionam ao mar uma maior concentração de peixes, crustáceos e moluscos, por meio de elementos nutrientes.

Fusão de águas. Mar, rio, mangue. Teia da vida: ciclo das marés, ciclo da lua.

A maternidade e fertilidade do mangue-berçário reveste o Recife de lama: uma terra negra. Sobre esse negro solo, os *mangueboys* e *manguegirls* cantam, dançam, colorem e recriam a cidade.

No Recife, ou *Manguetown*, a gramática negra faz viçar o *homem-caranguejo*. Percebido como centro fértil, o Mangue imprime ao Recife sua marca de especificidade. O anúncio, imagem-síntese do *Mangue Beat*, “Uma Antena Parabólica Enfiada na Lama”, permite – estrategicamente – inter-comunicabilidade planetária, mesmo através de um satélite de baixa tecnologia:

Manguetow, a cidade: a planície costeira onde a cidade do Recife foi fundada e é cortada por seis rios. Após a expulsão dos holandeses, no século XVII, a (ex) cidade ‘maurícia’ passou desordenadamente às custas do aterramento indiscriminado e da destruição de seus manguezais.

Em contrapartida, o desvario irresistível de uma cínica noção de ‘progresso’, que elevou a cidade ao posto de ‘metrópole’ do Nordeste, não tardou a revelar sua fragilidade.

Bastaram pequenas mudanças nos ventos da história, para que os primeiros sinais de esclerose econômica se manifestassem, no início dos anos setenta. Nos últimos trinta anos, a síndrome da estagnação, aliada à permanência do

mito da ‘metrópole’ só tem levado ao agravamento acelerado do quadro de miséria e caos urbano (ZEROQUATRO, 2004, p. 47).

Ainda hoje, infelizmente, no Recife, muitos habitam as palafitas construídas sobre os manguezais, tornando atual reencenações do romance *Homens e Caranguejos*, de Josué de Castro (2001b). É como se seu escrito inquietante retornasse, fantasmagoricamente, assombrando a todos, sem avisos e sem condescendências. Suas palavras mudaram de pele, de cor, de roupa; mas continuam ali ecoando como mantras. Que fazer com este escrito de ontem que é, também, de hoje? É necessário retomar questões, atualizá-las, refletir criticamente a respeito delas, contextualizá-las.

Como qualquer sistema vivo, o Mangue e o Recife são complexos, autopoieticos; permitem aos *Caranguejos com Cérebro* – híbridos de natureza e cultura – o exercício *ad infinitum* de bricolagens, que expressam a eterna inventividade do *anthropos*. Recife, centro e periferia, é mais um subsistema; mais um fio da teia da vida que une todos os povos em um meta-sistema.

O *Primeiro Manifesto Mangue* (ZEROQUATRO, 1994), ultrapassa a mera condição de Manifesto; é, também, um diagnóstico sócio-econômico-cultural do Recife do final dos anos 80 e início dos anos 90, criticando os equívocos de um almejado progresso alardeado pela formulação de políticas civilizatórias que tentam justificar de uma vez por todas a exclusão, forjada sob a égide da lógica do mercado: “a cidade não pára/ a cidade só cresce/ o de cima sobe/ e o de baixo desce” (CHICO SCIENCE & NAÇÃO ZUMBI, 1994).

A fluida *Manguetown*, dar a ver – por meio da metáfora, dispositivo imaginário de força inmensurável – um Recife que acolhe as dialogias orgânico-inorgânico, doce-salgado, acústico-eletrônico, tradicional-cosmopolita:

[...] Emergência! Um choque rápido ou o Recife morre de infarto! Não é preciso ser médico para saber que a maneira mais simples de parar o coração de um sujeito é obstruindo as suas veias. O modo mais rápido, também, de enfartar e esvaziar a alma de uma cidade como o Recife é matar os seus rios e aterrar os seus estuários. O que fazer para não afundar na depressão crônica que paralisa os cidadãos? Como devolver o ânimo, deslobotomizar e recarregar as baterias da cidade? Simples! Basta injetar um pouco de energia na lama e estimular o que ainda resta de fertilidade nas veias do Recife.

Em meados de 91, começou a ser gerado e articulado em vários pontos da cidade um núcleo de pesquisa e produção de ideias pop. O objetivo era

engendrar um ‘circuito energético’, capaz de conectar as boas vibrações dos mangues com a rede mundial de circulação de conceitos pop (ZEROQUATRO, 1994).

O Recife-lama construído sobre aterros dos manguezais é o caos: caos criador. Paradoxo que expressa que os homens deste lugar são uma continuação das terras negras. Os integrantes do *Movimento Mangue* mantêm sua pulsação arlequinada, pois não se cansam de revisitar a utopia que criaram a partir do diálogo com Josué de Castro. *Homens-caranguejos* se constituem indícios, rumores e prenúncios dos *Caranguejos com Cérebro*:

[...] Bastaram poucos anos para os produtos da fábrica mangue invadirem o Recife e comecem a se espalhar pelos quatro cantos do mundo. A descarga inicial de energia gerou uma cena musical com mais de cem bandas. No rastro dela, surgiram programas de rádio, desfiles de moda, vídeo clipes, filmes e muito mais. Pouco a pouco, as artérias vão sendo desbloqueadas e o sangue volta a circular pelas veias da Manguetown (ZEROQUATRO, 1994).

Todas as vezes que o Recife e o mundo delineiam uma vida sem sentidos, esses e tantos outros arlequins espalhados pelo mundo afora, reinventam caleidoscópios de orgasmos, desejos, revelações, misturas, verdores, oráculos, berçários, florações, vertigens, metamorfoses e híbridos. Guiados pelo *húmus* criador de novos itinerários, eles expressam de forma contundente o inventário polifônico que religa vida e arte.

“Que venham os novos tempos: como poucas comunidades do planeta, a *manguetown* está pronta!” (ZEROQUATRO, 2004).

REFERÊNCIAS

BACHELARD, G. **A água e os sonhos**: ensaios sobre a imaginação da matéria. Tradução de Antônio de Paula Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BARROS, M. de. **Tratado geral das grandezas do ínfimo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

BAUMAN, Z. **Vidas desperdiçadas**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome**: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo. Rio de Janeiro: Casa do Estudante Brasileiro, 1954.

_____. **Geografia da fome. O dilema brasileiro**: pão ou aço. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Homens e caranguejos**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Fome**: um tema proibido – últimos escritos de Josué de Castro. Organização de Anna Maria de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHICO SCIENCE & NAÇÃO ZUMBI. **Do caos à lama**. Rio de Janeiro: Sony Music; Chaos, 1994. CD.

MACEDO, Waldeck (Gordurinha). **Súplica cearense**. Recife: Gravadora Continental, 1975. LP.

MUNDO LIVRE S/A. **Samba esquema noise**. Manaus: Banguela Records/World Music do Brasil, 1994.

ZEROQUATRO, Fred. Primeiro Manifesto Mangue – Caranguejos com Cérebro (1992). In: CHICO SCIENCE & NAÇÃO ZUMBI. **Do caos à lama**. Rio de Janeiro: Sony Music; Chaos, 1994. CD.

_____. Mangue Beat: a utopia revisitada. **Arrecifes**. Revista do Conselho Municipal de Cultura, Recife, ano 29, n. 8, p. 46-50, mar. 2004.

O resgate da obra de Josué de Castro, onde estamos?

Renato Carvalheira do Nascimento – UFRRJ

RESUMO

O objetivo do texto é entender em que momento estamos do resgate da obra de Josué de Castro. Houve quatro momentos importantes nesse processo de recuperação do pensamento desse médico e nutrólogo, sociólogo, geógrafo, político e diplomata. O primeiro foi logo no período de abertura democrática no Brasil, no final dos anos 1970 e década de 1980. O segundo é a década de 1990, o terceiro no início do governo Lula e o quarto e último faz parte do atual momento de centenário do intelectual pernambucano. Assim, Josué de Castro teve quatro momentos de resgate de sua obra, todos eles resultando no aprofundamento e discussão de seu pensamento multifacetado. Até que enfim está tendo o lugar que merece e sempre mereceu, o respeito pelo Estado, pela academia e pela sociedade brasileira como um dos maiores lutadores contra a fome que o Brasil já teve. Reviver Josué de Castro significa a retomada da luta contra a fome. Viva Josué de Castro! Viva os seus 100 anos!

Palavras-chave: Josué de Castro. Pensamento social brasileiro. Fome.

ABSTRACT

The aim of this article is to understand the moment that we are from the recovery of the Josue de Castro's work. There were four important moments in this process of the thought recovery of this physician and nutrologist, sociologist, geographer, politician and diplomat. The first was at the period of democratic opening in Brazil in the late 1970s and the all 1980s. The second is the 1990s, the third at the beginning of the Lula government and the fourth, and last moment, is the centenary of the intellectual from Pernambuco. Thus, Josue de Castro had four stages of redemption of his work, all resulting in the deepening and discussion of his multifaceted thought. At last he is taking the place it deserves, and has always deserved, the respect from the State, the academy and the Brazilian society as one of the greatest fighters against hunger in Brazil. Josue de Castro revival means to rescue the fight against hunger. Congratulations Josue de Castro! Congratulations for your 100 years old!

Keywords: Josué de Castro. Brazilian social thinking. Hunger.

Ultimamente vem se falando, comentando e escrevendo sobre o autor pernambucano Josué Apolônio de Castro. Sua obra, particularmente no que se refere à fome, seu tema predileto, é motivo de colóquios, palestras, homenagens, entrevistas, artigos científicos e jornalísticos, além de livros. Uma pergunta, no entanto, se faz mister para entender essa volta ao autor, em que momento estamos desse resgate? Esse breve artigo procura justamente responder essa pergunta.

O fato é que essa volta ao autor não é a primeira vez que ocorre. Já houve outros momentos, talvez não como o atual, cuja dimensão ultrapassa as fronteiras do Brasil, como será mostrado a seguir. Identifico, portanto, quatro momentos importantes nesse processo de recuperação de Josué de Castro. Concluo que nos encontramos no quarto e último momento de retomada da obra desse importante intelectual, médico e político brasileiro, que doou sua vida aos excluídos de um país rico em recursos naturais e em alimentos, mas que não divide o banquete oferecido.

O primeiro momento que destaco se deu em duas cidades em que viveu. Aliás, Recife foi sua cidade natal e o Rio de Janeiro foi a capital que escolheu para morar, inclusive seus dois filhos, Josué Fernando e Anna Maria, ainda vivem nela. A mais nova, vive em Paris, cidade em que o pai faleceu e que escolheu para viver seus últimos dias em vida. Esse primeiro momento, então, se dá em Recife com uma série de eventos, o principal deles foi a fundação do Centro de Estudos e Pesquisa Josué de Castro em 1979, por um grupo de exilados que voltava ao Brasil. Incomodados com o acirramento da desigualdade social na capital pernambucana resolveram criar uma organização não-governamental para intervir nessa realidade, tão comentada por Josué. Sempre que podia, o médico pernambucano ia a Recife visitar os manguezais, periferia da cidade a fim de verificar as estratégias de sobrevivência da população marginalizada, com o qual se identificava, pois quando criança conviveu com essa população mais pobre da cidade. Foi a partir dela que escreveu seu único romance, *Homens e Caranguejos*.

Ainda nesse primeiro momento, em 1983, é promovido o ciclo de estudos sobre o autor pela Academia Pernambucana de Medicina em conjunto com a Universidade Federal de Pernambuco. Era um momento em que o Brasil estava deixando a ditadura militar e abrindo-se para a democracia, com o último governo militar de João Baptista de Oliveira Figueiredo na presidência. É bom lembrar que na época da ditadura Josué de Castro não só foi caçado em seus direitos como cidadão e expulso do País,

apesar de nunca ter se considerado um comunista ou marxista, como também teve sua obra excomulgada das universidades e mesmo do Ensino Médio¹.

Nesse mesmo contexto, mas na cidade do Rio de Janeiro é lançado o livro *Fome: um tema proibido*, uma coletânea de artigos de Josué de Castro organizado pela filha e socióloga Anna Maria. Também é promovido um ciclo de debates pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE).

Recife e Rio de Janeiro foram as duas cidades que marcaram esse primeiro momento de recuperação do pensamento, principalmente nas universidades e entre a sociedade civil.

O segundo momento ocorre no início dos anos 90, com o lançamento e divulgação do *Mapa da Fome no Brasil* pelo IPEA em 1993. Segundo o estudo, um pouco mais de 32 milhões de brasileiros passavam fome e quase 70% da população não se alimentava suficientemente bem para ter saúde e uma vida digna. Era época também da eleição do Fernando Collor sobre o então candidato do PT Lula. Criou-se uma comissão nacional a questão da fome e a criação da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e Pela Vida pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. Betinho considerava Josué de Castro um mestre, era leitura do sociólogo mineiro que no Rio de Janeiro mobilizou a sociedade civil e a não organizada a lutar contra o fenômeno da fome.

Logo após o impeachment de Collor, o governo Itamar Franco e a sociedade civil iniciam uma aproximação ao ponto do presidente mineiro aceitar a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA)² como órgão deliberativo no governo, que atualmente tem Josué de Castro como patrono³.

Também houve em 1993 a tradução da obra *Sociedade e Subdesenvolvimento na Obra de Josué de Castro* de Giuseppe de Taranto que data de 1978 pelas Edições CEJUP de Belém. Depois disso, ainda enquadrando-se nesse segundo momento, penso eu, ocorreu o cinquentenário, em 1996, da mais importante obra do autor *Geografia da Fome*. Uma ocasião em que surgiram diversos artigos publicados nos principais jornais do Brasil e o lançamento, no mesmo ano, pelo então presidente Fernando Henrique do

- 1 *Geografia da Fome* era um livro que aparecia constantemente na bibliografia dos estudantes secundaristas nos anos 1950 e início de 1960.
- 2 Hoje Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.
- 3 Em 2004 foram escolhidos de forma unânime pelos membros os nomes de Betinho e Josué de Castro como patronos do Conselho. Foi o segundo Consea, pois o primeiro teve vida curta, entre 1993 e 1995, quando o governo de Fernando Henrique o extingue, sendo recriado em 2003 pelo governo petista.

selo comemorativo do cinquentenário. Era o início do namoro do autor com o governo, ultrapassando as cidades de Recife e Rio de Janeiro, chegando a Brasília, Belém, São Paulo.

Antes disso, um importante meio de divulgação da obra de Josué de Castro, em 1995, foi o vídeo documentário *Josué de Castro: cidadão do mundo* do cineasta Sílvio Tandler. Interessante notar que também um exilado na França, em Paris, mas que só se deu conta da magnitude do autor quando sua família o procurou em 1994 para fazer um filme.

Os anos 1990 também foi marcado pela cena musical em Recife do ManguêBeat, que tratava de questões afins, como pobreza e fome, e tinham como figura emblemática Josué de Castro. Em *Da Lama ao Caos*, primeiro disco da banda Chico Science e Nação Zumbi já citava Josué, era a divulgação entre os jovens secundaristas e universitários por meio da música.

Também foi defendida a dissertação de mestrado *A Fome no Pensamento de Josué de Castro* de Rosana Magalhães em 1992 na Fiocruz, a primeira dissertação que diretamente trabalhava com o autor no País.

No campo da Nutrição, que durante a ditadura desconsiderou a Nutrição Social, a homenagem prestada pela UFRJ quando o Instituto de Nutrição do Centro de Ciências da Saúde passou a ser denominado Instituto de Nutrição Josué de Castro em 1996 representou muito para esse campo da ciência, que de certa forma Josué desbravou. Muitos nutricionistas se formavam e nunca ouviram falar sobre o médico pernambucano, mas a situação começava a se inverter a partir dali.

Por fim, vale citar ainda nesse segundo momento o lançamento na internet da página www.josuedecastro.com.br pelo neto e filha de Josué de Castro, inclusive em inglês, em 1998. Hoje em dia temos outros endereços eletrônicos, como o do projeto da Fundação Banco do Brasil (www.projeto-memoria.art.br), o do Centro Josué de Castro (www.josuedecastro.org.br), além do CONSEA que tem um link sobre os 100 anos do teórico da fome (www.presidencia.org.br/consea). A divulgação a partir daí foi incalculável.

No período destaca-se também a primeira tese de doutorado do País, da professora Tânia Elias Magno da Silva⁴ que no mesmo ano defendeu *Josué de Castro: por uma poética da fome* na PUC de São Paulo também em 1998.

Um terceiro e recente momento inicia-se no novo milênio com o lançamento, em 2001, do Projeto Fome Zero pelo então Presidente da ONG Instituto Cidadania, Luiz Inácio Lula da Silva, que em 2002

4 Professora de Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe.

elegeu-se Presidente do Brasil e em 2003 colocou o programa como prioridade absoluta de seu governo. Tempo que também surgiram reedições de suas obras (*Geografia da Fome e Homens e Caranguejos*) e estudos sobre o seu legado, como o da Perseu Abramo em 2003, denominado *Josué de Castro e o Brasil*.

Vale lembrar que logo no discurso do presidente Lula ao tomar posse no Congresso Nacional Josué de Castro foi mencionado, o objetivo do presidente seria chegar ao final do mandato com todos os brasileiros se alimentando com três refeições ao dia. Era lançado o Programa Fome Zero, com um ministério exclusivo para se combater a fome, o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA).

Outras dissertações apareceram em diversos campos do saber no mundo acadêmico, como era natural, pois sua obra sempre foi multidisciplinar. As dissertações foram de Antônio Alfredo Teles de Carvalho em 2001 na Geografia da UFPE, depois em 2002 com o autor deste artigo pela UnB. Em 2003 também na Geografia, desta vez com Jorge Luís R. Nunes na UFRGS. Por fim, em Educação na UFS com Dorival Donizeti Marchi. No doutorado foram Rui Ribeiro de Campos na Unesp em Geografia em 2004 e o próprio Antônio Alfredo que defendeu em 2007 também em Geografia na USP.

Em 2004 é importante ressaltar a homenagem prestada pela Fundação Banco do Brasil que distribuiu um filme, um almanaque, um livro bibliográfico e mais uma exposição itinerante com o Projeto Memória. Junto ao projeto a empresa Diários Associados, encabeçado pela Fundação Assis Chateaubriand em Brasília, lança o concurso de redação sobre Josué de Castro, do qual estive como jurado. Com este concurso de redação que envolvia Ensino Fundamental, Médio e Superior mais o material riquíssimo distribuído para as escolas públicas em todo o Brasil o pensamento do autor finalmente conquistou o Ensino Básico. Um largo passo foi dado.

Eis que surge no ano do centenário de nascimento de Josué de Castro em 2008 o quarto momento ou etapa em que nos encontramos atualmente. Vários artigos nos jornais; um link lançado pelo CONSEA (www.presidencia.gov.br/consea) em homenagem a vida e obra do médico e sociólogo pernambucano; mais uma tese agora de Silândia Schappo na Sociologia da Unicamp; palestras e homenagens oficiais como a da Academia Brasileira de Letras, enfim, uma série de eventos marcaram o centenário.

Bastante significativo foi a plenária do CONSEA realizada em Recife no dia 05 de setembro, dia em que Josué de Castro completaria justamente os seus 100 anos. O Presidente Lula disse na ocasião que a coragem e a determinação de Josué de Castro serviram de inspiração para a criação do conselho e do próprio Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e que naquele momento a sociedade brasileira estava recuperando Josué de Castro, recolocando-o no lugar que merece. A socióloga e doutora Ana Maria de Castro, filha de Josué, também fez um discurso enaltecendo a volta do Pai à sua terra natal na forma de um “gigante”, na presidência de outro ilustre pernambucano, o próprio presidente Lula,

fechando com isso um ciclo. Foi o marco do reconhecimento definitivo do Estado brasileiro frente a esse personagem da história do País. Não só o governo Federal, mas também o Estadual e o municipal.

Outro evento que se encontra neste atual momento foi o *Colloque Josué de Castro dans le XXI siècle: alimentation, environnement et santé* organizado por Alain Bué da Universidade de Paris 8, Vincennes, em janeiro de 2009. Justamente a universidade que Josué de Castro deu aulas na França, no Departamento de Geografia. Uma homenagem que ultrapassa as fronteiras do Brasil, portanto, como havia dito mais acima.

Assim, Josué de Castro teve quatro momentos de resgate de sua obra, todos eles resultando no aprofundamento e discussão de seu pensamento multifacetado como médico e nutrólogo, sociólogo, geógrafo, político e diplomata pernambucano. Uma obra que deixou um importante legado, embora tenha falecido achando que nada do que tinha feito derai frutos, muito menos para a história do pensamento social brasileiro na luta pela erradicação do maior mal da humanidade, como afirmava ele, o mal da fome.

Até que enfim Josué de Castro está tendo o lugar que merece e sempre mereceu, o respeito pelo Estado, pela academia e pela sociedade brasileira como um dos maiores lutadores contra a fome que o Brasil já teve. Reviver Josué de Castro significa resgatar sua obra e retomar a luta pela erradicação da fome. Viva Josué de Castro! Viva os seus 100 anos!

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de et al. **Josué de Castro e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

CAMPOS, Rui Ribeiro de. **A dimensão populacional na obra de Josué de Castro**. Tese (Doutorado em Geografia) –UNESP, Rio Claro, 2004.

CARVALHO, Antonio Alfredo Teles de. **O pão nosso de cada dia nos dai hoje! Josué de Castro e a inclusão da fome nos estudos geográficos do Brasil**. Tese (Doutorado em Geografia) – USP, São Paulo, 2007.

_____. **Josué de Castro na perspectiva da geografia brasileira – 1934-1956**: uma contribuição à historiografia do pensamento geográfico nacional. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFPE, Recife, 2001.

CASTRO, Anna Maria de. **Nutrição e desenvolvimento**: análise de uma política. Tese (Livre-Docência em Sociologia) – Instituto de Nutrição da UFRJ, Rio de Janeiro, 1977.

CASTRO, Anna Maria de (Org.). **Fome, um tema proibido**: últimos escritos de Josué de Castro. 3.ed. Recife: Instituto de Planejamento de Pernambuco: Companhia Editora de Pernambuco, 1996.

DOMINGOS, Patrícia. **Resgate da vida e obra de Josué de Castro**. Monografia (Conclusão de Curso de Saúde Pública) – USP, São Paulo, 1997.

LIMA, Eronides da Silva. **Mal de fome e não de raça**: gênese, constituição e ação política da educação alimentar: Brasil 1934-1946. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2000.

MAGALHÃES, Rosana. **Fome**: uma (re)leitura de Josué de Castro. Dissertação (Mestrado) – Fundação Oswaldo Cruz/ Escola Nacional da Saúde Pública, Rio de Janeiro, 1992⁵.

MARCHI, Dorival Donizeti. **O pensamento geográfico de Josué de Castro**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade São Francisco, Itatiba/SP, 2004.

_____. **O pensamento geográfico de Josué de Castro nas décadas de 40 e 50**: a fome e a produção de alimentos. Monografia (Bacharelado em Geografia) – UNESP, Rio Claro, 1998.

NASCIMENTO, Cláudia Louback do. **Josué de Castro**: entre homens e caranguejos. Dissertação (Mestrado em História) – UFPE, Recife, 2007.

NASCIMENTO, Renato Carvalheira do. **Josué de Castro**: o sociólogo da fome. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

_____. **Josué de Castro**: o teórico do mangue. Monografia (Bacharelado em Sociologia) – UnB, Brasília, 1999.

NUNES, Jorge Luís R. **Josué de Castro, o geógrafo da fome**: uma abordagem crítica da obra e sua relação com o contexto econômico e político do Brasil. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFRGS, Porto Alegre, 2003.

PELIANO, Anna Maria. **O mapa da fome (I, II e III)**. Brasília: IPEA, 1993. (Documento de Política, n. 14, 15 e 17).

SCHAPPO, Sirlândia. **Josué de Castro**: por uma agricultura de sustentação. Tese (Doutorado em Sociologia) – Unicamp, Campinas, 2008.

5 Posteriormente o livro: MAGALHÃES, Rosana. **Fome**: uma (re)leitura de Josué de Castro. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1997.

SILVA, Tânia Elias Magno da. **Josué de Castro**: para uma poética da fome. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – PUC, São Paulo, 1998.

TARANTO, Giuseppe A. di. **Sociedade e subdesenvolvimento na obra de Josué de Castro**. Belém: CEJUP, 1993.

TAVARES, Luís Carlos Ramos. **A inserção da obra de Josué de Castro no pensamento geográfico**. Monografia (Graduação) – Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, Brasília, 1997.

TOBELEM, Alain. **Josué de Castro e a descoberta da fome**. Rio de Janeiro: Leitura, 1974.

TOZI, Fábio. **Geografias da desigualdade**: território e fome. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Unicamp, Campinas, 2001.

Josué de Castro e os estudos sobre a fome no Brasil

Tânia Elias Magno da Silva – UFS

RESUMO

O artigo discute a atualidade do pensamento de Josué de Castro. Segue os itinerários traçados pelo autor para seus estudos sobre a fome, desde a descoberta desse flagelo quando ainda criança, a sua formação no campo médico e sua especialização em doenças da alimentação, até sua inserção nos estudos de cunho social e político sobre o tema, o marco que representou o Mapa da Fome no Brasil, seu legado ao campo de estudos sociológicos para uma sociologia da fome, e conclui com o olhar prospectivo do autor sobre o destino do planeta.

Palavras-chave: Josué de Castro. Fome. Sociologia da Fome.

ABSTRACT

This article talks about the Josue de Castro's thinking nowadays. It follows the way done by the author on his studies about the hungry since the discovery of it when he was still a child, his formation on the medical field and specialization on feeding diseases, untill his insertion on social and polical studies about the subject. This article also explains the importance of Brazil's Hungry Map and ends talking about the author's prospective thoughts about planet's fate.

Keywords: Josué de Castro. Hungry. Hungry Sociology.

O que eu chamo a fome, no sentido sociológico do termo, é o estado de grupos humanos que não têm a possibilidade de se alimentar de um modo adequado. Há diferentes formas de fome. Há a fome aguda, isto é: a fome calamitosa e as fomes crônicas. Entre estas, há as fomes específicas — a falta de certos alimentos essenciais ao equilíbrio nutritivo; proteínas, ácidos aminados, vitaminas, sais minerais, cálcio, ferro, etc. Nas regiões subdesenvolvidas, encontram-se em geral formas compostas dessas diferentes fomes: fome de proteínas e de ferro, que causa a anemia tropical; fome de cálcio e de sódio, que se traduz por outra síndrome etc. Há formas discretas que não engendram nenhuma doença da desnutrição caracterizada, mas somente um desequilíbrio

fisiológico e na maior vulnerabilidade as outras doenças. A fome é a expressão biológica do fenômeno econômico e social do subdesenvolvimento (FOME é a vergonha do mundo, 1960).

A fome evidencia um dos retratos mais cruéis da intolerância, em especial a fome que perdura nos tempos de abundância e resulta do desperdício, da ganância que grassa nos nichos de riqueza, aquela que mata lentamente, que age em surdina resultante da subalimentação. Fome matreira que engana os famintos que pensam que estão alimentados porque comem, ou melhor, enchem os estômagos, mas que conduz a uma morte lenta, perversa, que não faz barulho, que não incomoda, pois pode passar despercebida, mascarada por outra causa.

Como afirmou Câmara Cascudo (1958), a fome nunca foi tema para as salas de visitas, não leva ninguém a simpatizar ideal e romanticamente com o assunto. “A palavra fome é humilhante, inferior, indigna de todos os códigos de boa educação. Dizer que se tem fome, quando o almoço se eterniza, é um primor de deseducação” (CASCUDO, 1958, p. 296).

Os quadros da fome são indigestos. Desviamos nosso olhar quando vemos um faminto, mudamos de assunto quando este é o tema, falamos da abundância, das promessas futuras frente às conquistas e avanços no campo tecnológico e científico, da esperança de dias melhores, fugimos do tema por ser incômodo e desagradável, assim como fugimos dos famintos por temê-los.

Consciente de que o tema da fome não era agradável e nem belo, ao escrever em 1946 o prefácio da primeira edição de seu livro Geografia da Fome, Josué de Castro alerta os leitores de que este, a fome, era um assunto delicado e perigoso por suas implicações políticas e sociais, de modo que havia até então permanecido, assim como o tema do sexo, como um dos tabus de nossa civilização.

O objetivo do presente artigo é evidenciar a atualidade e importância dos estudos realizados por Josué de Castro ao longo de sua vida, sua contribuição ao desmascaramento das causas estruturais da fome, tanto no Brasil como no mundo, sua intensa militância no combate a fome e as desigualdades sociais, bem como sua visão prognóstica sobre o destino planetário. As denúncias e análises feitas por Josué de Castro há mais de 35 anos, parecem ter sido redigidas ontem, quiçá hoje, pois vivemos ainda o desafio de varrer a fome da face do planeta. Apesar de todo o avanço no campo científico e tecnológico este é um flagelo que ainda vitima dois terços da população do mundo. O artigo segue os itinerários traçados pelo autor para seus estudos sobre a fome, desde sua descoberta do flagelo quando ainda criança, passando por sua formação no campo médico e sua especialização em doenças da alimentação, até sua inserção nos estudos de cunho social e político sobre o tema. Analisa a importância que representou o Mapa da Fome no Brasil traçado pelo autor na obra Geografia da Fome, seu legado ao campo de estudos

sociológicos e sua contribuição para a elaboração de uma sociologia da fome, e conclui com o olhar prospectivo do autor sobre o destino do planeta.

O AUTOR EM FOCO

Josué Apolônio de Castro, ou simplesmente Josué de Castro como gostava de ser chamado, era formado em Medicina e especializado em doenças da nutrição. Foi ser médico não por vocação, por escolha própria, e sim como ele próprio confessou certa vez, para satisfazer a vontade da mãe que sonhava em ver o filho médico: *“não fui ser médico por vocação, mas porque mamãe sonhava com isso”*. De médico a cientista social não demorou muito e neste percurso acabou também geógrafo, sociólogo, professor, político e escritor. Ganhou notoriedade nacional e internacional em meados da década de 1940 e início da de 1950 ao publicar suas duas obras marcos: *Geografia da Fome* (1946) e *Geopolítica da Fome* (1951). Na primeira analisa a fome no Brasil, na segunda faz um estudo da fome no mundo.

Em 1932, professor da Faculdade de Medicina de Recife, publica seu primeiro livro: *O Problema Fisiológico da Alimentação no Brasil* e, ao lançar *Geografia da Fome*, já havia publicado no campo médico nutricional e no campo da investigação social, aliado aos problemas alimentares, cerca de doze livros, além de inúmeros artigos, proferido uma enorme quantidade de palestras e conferências, bem como integrado uma série de Comissões e Projetos de estudo visando solucionar o problema da fome, tanto a nível nacional como internacional.

Exerceu por duas vezes consecutivas o cargo de presidente da FAO (1952-1956), mas ao ser eleito pela primeira vez para o cargo já era um pesquisador conhecido e reconhecido neste campo do conhecimento e um militante no combate a desigualdade social, a miséria e a fome. Era uma voz respeitada na defesa dos interesses dos povos do Terceiro Mundo.

Em 1964, quando representava o Brasil como embaixador junto as Nações Unidas em Genebra, é cassado e têm seus direitos políticos suspensos. Considerado perigoso, subversivo é impedido de retornar ao Brasil e fixa residência em Paris onde passa lecionar na recém fundada Universidade de Vincennes. Embora saudoso de sua terra natal e sempre alimentando o sonho de poder um dia retornar ao Brasil, só o faz depois de morto, para ser enterrado, sem nenhuma pompa e vigiado pelos agentes de segurança, em setembro de 1973. Morto, continuava ainda ser visto como uma ameaça.

Josué, como afirmou a escritora Pearl Buck no prefácio de *Geopolítica da Fome* (1953), era um homem do mundo, produto da realidade que denunciava e contra a qual lutava, pois fora ele também um personagem deste drama e não podia fugir a influência que a realidade exerce sobre as nossas ações.

Afinal, a realidade como afirma Gustavo Dahal (1965), não é inofensiva, ela pulsa, lateja, rica de um rio que dentro dela corre e se chama História.

A produção intelectual e a trajetória de lutas de Josué de Castro são praticamente desconhecidas pela grande maioria dos brasileiros nascidos após o golpe militar de 1964. O autor de *Geografia da Fome* foi vítima de um ostracismo perverso decorrente tanto da cassação que o banuiu de sua terra e o obrigou a viver até o fim de seus dias em terras estrangeiras, como o impetrado pela mediocridade de setores de nossa pretensa intelectualidade, tanto de direita como de esquerda, que o consideravam um homem de ideias perigosas, ou por ser comunista ou por ser burguês e, assim, pretendendo fazer justiça, quedaram-no ao esquecimento.

Refletir sobre a contribuição de Josué de Castro para se compreender as contradições que marcam a realidade brasileira é refletir sobre a dura realidade a que está submetida imensa parcela da população que sobrevive ainda miseravelmente em um país de abundância de terra e de riquezas naturais. Sua extensa obra denuncia as injustiças sociais, a ganância dos países ricos e de um modelo econômico perverso que necessita da criação de imensos continentes de miséria para que possa criar suas ilhas de abundância. É um grito contra a exploração de seres humanos e a indiferença do mundo frente à imensa procissão de famintos que clamam por justiça e pelo direito de viverem condignamente. É uma obra política.

JOSUÉ E A DESCOBERTA DA FOME: O INÍCIO DA TRAJETÓRIA

A história de vida do autor está ligada ao flagelo da fome e de suas raízes históricas. O pai, Manoel de Castro, morador no município de Cabaceiras na Paraíba, foi com toda a sua família retirante da seca de 1877, uma das grandes secas que atingiu toda a zona do sertão nordestino, até hoje lembrada pelas inúmeras vidas humanas que ceifou.

Fugindo do flagelo em busca de vida, assim como tantos outros retirantes, a família do pai de Josué acabou arranchando na cidade de Recife, onde nasceu nosso autor em 05 de setembro de 1908, numa casa próxima aos mangues do Capibaribe, no bairro da Madalena. Era uma velha casa colonial de grandes quintais, onde o pai tinha um pequeno criatório de gado que lhe garantia o sustento com a venda do leite.

A mãe, Josefa Carneiro de Castro, filha adotiva de fazendeiros da gorda zona canavieira pernambucana, separou-se do marido quando o filho tinha quatro anos de idade e até os oito anos Josué viveu com a mãe no bairro da Madalena e, segundo seu próprio depoimento, foram anos de muitas privações e

de fome, pois naquela época os maridos não eram obrigados a assumir nenhum compromisso quando o casal se separava e a mãe sobrevivia dos poucos rendimentos que ganhava como professora, dando aulas para os meninos pobres da vizinhança.

Foi nos mangues de Recife que aprendeu suas primeiras lições sobre a miséria e a fome, foi lá a sua grande escola. Ao escrever seu único romance *Homens e Caranguejos* (1967) trás para as páginas ficcionais toda uma realidade que havia visto e vivido, é o romance, em certo sentido, uma quase biografia. A essa experiência de convivência com os trágicos quadros da fome e da miséria nos mangues do Capibaribe, nos bairros miseráveis da cidade do Recife – Afogados, Pina, Santo Amaro, Ilha do Leite, Josué chamará mais tarde de sua Sorbonne.

Do pai aprendeu muito sobre as agruras da seca, sobre a tragédia que abateu a família em 1877 e as dificuldades e privações porque esta passou ao ter que se retirar do sertão paraibano para não morrer de fome. A fome cercou seu mundo na infância, sempre cantada nas feiras pelos violeiros, presente também nas trovas do bumba-meu-boi, que encantavam as suas tardes de passeio e recordada pelo autor em *Documentário do Nordeste* (1957) e *Homens e Caranguejos* (1967).

Os meninos pobres da vizinhança foram durante um período de sua infância os colegas de brincadeira na rua, onde vivia descalço a jogar pião, correr, a “aprontar” como era comum aos meninos de sua idade, e é ele mesmo que confessa que os contatos humanos mais proveitosos que teve na infância, a seu ver, foram os contatos com essa gente do povo, que mais tarde iriam lhe orientar nos estudos de categoria social.

Menino, de olhos atentos, despertando para o mundo, guardou na memória, como cenas inapagáveis, os trágicos quadros da fome que embalaram suas tardes de brincadeiras na rua, e que lhe revelavam os contrastes entre a riqueza e a pobreza, a fartura e a miséria, a ganância e a injustiça social que desfilavam a sua frente. Deixaram marcas que nunca se apagaram. Marcas que registra em *Homens e Caranguejos*:

Jamais esquecerei as ‘turmas’ desses infelizes desfiles de homens-caranguejos, procissão de fantasmas detendo-se as vezes para ouvir o ‘Bumba-meu-Boi’ onde o boi era o mais estranho animal que podiam ver os meus olhos de criança. [...] O vaqueiro contava que seu boi havia morrido de fome e seu canto era uma ladaíinha dolorosa. [...] Eu pensava que a fome era coisa do meu bairro. ‘Coisas de Recife’ eu dizia. Depois saí no mundo e encontrei que a fome, a miséria não eram nossa exclusividade. Não era a fome privilégio dos caranguejos e dos homens de Recife. A fome era universal (CASTRO, 1967, p. 11).

DE MÉDICO A CIENTISTA SOCIAL

Concluído o curso de Medicina no Rio de Janeiro em 1929¹, e de regresso da viagem que fez ao exterior em 1930², Josué de Castro retorna a Recife, mas o início de sua carreira foi árduo, mesclando realizações, decepções, desafetos, vitórias e dificuldades. Esses primeiros anos de trabalho são por ele rememorados:

Formado fui para Recife. Ia para a Secretaria da Educação. Olívio Montenegro, Sílvio Rabelo, Gilberto Freire e outros eram do grupo de José Maria Belo, que ia ser governador. Um cargo na Educação me estava destinado por todos êles. Foi quando estalou a revolução de 30, com a vitória da revolução foram-se os sonhos de um bom emprego na administração de Pernambuco. Não houve posse e a coisa gorou. Abri então, consultório, prá fazer nutrição. Eu, na realidade, queria era ser psiquiatra, mas o Ulhoa Cintra tinha dois aparelhos de metabolismo. Me vendeu um. Resolvi fazer nutrição. Um só livro, O Tratado, de Umber, figurava na biblioteca. As doenças da nutrição eram cinco na época: obesidade, magreza, diabete, gôta, reumatismo. Como era coisa nova, passei a ter uma clínica brutal, apesar de minha cara de menino que assustava os primeiros clientes (SILVA, 1998, p. 47-48)³.

- 1 Os dois primeiros anos do curso de Medicina foram cursados na Bahia, na Faculdade de Medicina da cidade de Salvador. É desta época o seu encontro e encantamento pelo colega já veterano no curso Arthur Ramos e foi pela influencia deste que pretendeu seguir a carreira na área de psiquiatria.
- 2 Josué de Castro não compareceu a sua colação de grau, pois viajou no mesmo dia para o México, chefiando uma delegação de estudantes universitários brasileiros para a posse do presidente Pascoal Rúbio de quem era amigo e logo em seguida para os Estados Unidos da América do Norte para um estágio na área médica voltada para problemas alimentares. Vide a respeito, Silva, 1998.
- 3 Josué de Castro queria ser psiquiatra por influência de Arthur Ramos que foi seu colega na Faculdade de Medicina da Bahia e que como médico psiquiatra pode se dedicar a literatura e estudos antropológicos. Josué era admirador de Arthur Ramos e nunca negou essa admiração.

Em 1932, após a experiência como médico em uma fábrica e a constatação do grau de penúria a que estavam sujeitos os operários, realiza um estudo de natureza científica, o primeiro no gênero a ser realizado no Brasil, no intuito de denunciar o problema da carência alimentar dos trabalhadores em Recife, conforme relembra:

Em 1932 passamos a uma fase de vida mais séria. De preocupações mais construtivas. Dois anos como médico de uma fábrica e a experiência direta que aí tive da miséria de nossos operários – experiência que utilizei no campo da ficção no conto ‘Assistência Social’ me levaram a convicção de que era absolutamente necessário proceder-se um estudo mais objetivo desta miséria aludida, referida ou combatida por muitos, mas até então não comprovada com rigorismo científico. Foi então que realizei o inquérito sobre ‘As condições de Vida das Classes Operárias do Recife’, em 1932, o primeiro a ser levado a efeito no país e cujos resultados impressionantes repercutiram violentamente nos meios cultos, chamando a atenção das elites para o problema da fome nacional. Logo a seguir, sob a inspiração deste inquérito, realizaram-se outros no Rio, São Paulo etc. (apud SILVA, 1998, 50).

A dura constatação de que a baixa produtividade dos operários devia-se à fome, despertaram-no para a consciência do problema, conforme explicita em entrevista concedida em 1963.

No fim de algum tempo, compreendi o que se passava com os enfermos. Disse aos patrões. ‘Sei o que meus clientes têm. Mas não posso curá-los porque sou médico e não o diretor daqui. A doença dessa gente... é fome’. Pediram que eu me demitisse. Saí. Compreendi, então, que o problema era social. Não era só do mocambo, não era só do Recife, nem só do Brasil, nem só do continente. Era um problema mundial, um drama universal (A NOITE ilustrada, 1963, p. 12).

E conclui num desabafo que une passado e presente, mostrando, como ele próprio já havia afirmado, que o tempo conta pouco nas terras da miséria:

- Hoje os jornais publicam estarecidos: ‘a cada dia da semana, dez mil pessoas morrem de fome na terra: mais que em qualquer outro período da história.

Na Índia, nos próximos dez anos, cinquenta milhões de crianças morrerão de fome. Mais de um bilhão e meio de pessoas vivem, neste momento, com a fome na cabeça, no ventre, no coração' – E os homens? Realizamos uma revolução material. Mas recuamos diante de uma revolução mental (p. 13).

No conto *Assistência Social*, publicado em *Documentário do Nordeste*, é possível reconhecer no personagem Dr. Félix a sua própria figura e a sua frustrante experiência como médico em uma fábrica. O conto é o desabafo do poeta diante da dura realidade enfrentada pelo cientista. É ele o médico incapaz com toda a sua ciência e boa vontade de curar a fome, doença que mata sem piedade e com uma crueldade atroz. A fome de alimentos que mata os pobres, e a fome de encontrar uma solução para este flagelo criado pelos homens, passa a devorá-lo pouco a pouco, inspirando-o em textos literários nos quais retrata parte de sua própria história de vida.

[...] o Dr. Félix começou a pensar nas coisas tristes da sua vida, na sua vida inteira de coisas tristes: seis anos de estudos, de sacrifícios, de 'médica e pão com manteiga', para se formar em medicina, para ser doutor. Para quê? [...] Médico, profissão liberal. Lorota. Liberal para quem tem pai fazendeiro, capitalista, para pagar um consultório de luxo, para pagar anúncios nos jornais, para pagar os elogios dos amigos, para pagar as boas relações. Pai ou sogro, mas para quem começa no duro, sem encosto, qual profissão liberal. Assalariado, classe proletária é o que é (CASTRO, 1957, p. 41).

Através dos contos enfeixados na obra *Documentário do Nordeste*, publicados em primeira edição em 1937, que retratam a dura realidade enfrentada pelos excluídos de sua cidade, satisfazia a sua vontade de ser escritor e denunciava a fome e a miséria que campeavam em Recife. Era ele, não raro, que se travestia nos seus personagens, bem como eram as suas lembranças que serviam de matéria para as imagens que construía literariamente e que mais tarde floresceram em escritos como *O Livro Negro da Fome* (1960 – 1ª edição), *Sete Palmos de Terra* e *um Caixão* (1965), além de *Geografia da Fome* (1946) e *Geopolítica da Fome* (1951).

Ao recordar em 1963, a fama e o sucesso obtidos, Josué revela: “Comecei a sentir que não interessava ganhar dinheiro. Achava tremendo isso de ficar emagrecendo senhoras gordas da sociedade, enquanto a cabeça me martelava com o problema da fome de tanta gente, com o ciclo do caranguejo” (apud SILVA, 1998, p. 56).

Embora tenha tido sucesso como médico em sua carreira em Recife, em 1935 abandona a clínica, os pacientes, as faculdades de Medicina e Filosofia onde lecionava, transfere-se para a cidade do Rio de Janeiro e inicia uma nova vida. É um início de vida que teve seu começo marcado pelas dificuldades financeiras. Em entrevista concedida anos depois Josué se refere a este difícil começo:

[...] Quando em 1935 deixei o Recife para ir residir no Rio, atravessei um período difícil de experiência de fome, lutando duramente pela subsistência. Escrevendo, tentando clínica, tentando até um concurso de Estatística, onde me aguentei na tese, na sua defesa, na escrita e na oral, mas me achatei definitivamente na prática, diante de máquinas muito mais inteligentes do que o candidato, [...] Foi nesta época (1936), que Roquette Pinto convidado para professor de Antropologia da recém-criada Universidade do Distrito Federal, [...] e não podendo aceitar por motivos de saúde o encargo, indicou o meu nome para substituí-lo. Assim comecei a ensinar no Rio, passando depois para a Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil (apud SILVA, 1998, p. 65)⁴.

São inúmeros os artigos, bem como as conferências, palestras, discursos e entrevistas concedidas por Josué de Castro, no período de 1937 a 1940, em que a questão fisiológica da alimentação, o problema da higiene e as carências alimentares do povo brasileiro estão entrelaçados. Muitos desses trabalhos apresentados em encontros científicos no Brasil e no exterior, publicados em *Separatas Clínico-Científicas*, foram realizados em colaboração com outros pesquisadores, quase todos ligados ao Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil, antiga Universidade do Distrito Federal⁵.

- 4 Os jornais *A Nação*, de 03 de julho de 1936 e o *Diário Carioca*, de 12 de julho de 1936, divulgaram com destaque a nomeação de Josué de Castro para o cargo de Professor da Cadeira de Antropologia Física. A notícia veiculada pelo jornal *A Nação*, depois de se referir elogiosamente ao novo Professor, dando ênfase a sua produção científica e seu mérito como cientista, faz a seguinte ressalva: “Contra o ato que o designou para essas altas funções houve quem se levantasse alegando a falta de títulos do novo professor. Contra o Sr. Josué de castro só se poderiam levantar um argumento, e este já não cabe em nossos dias: “a sua pouca idade”.
- 5 Grande parte desses trabalhos foram inseridos posteriormente em obras do autor, como é o caso de *Ensaio de Biologia Social*, que dedica uma parte para a publicação de uma série de estudos desenvolvidos pelo autor com pesquisadores

A partir da década de 1940 as suas argumentações vão ganhando cada vez mais um forte colorido sociológico e político e o cerne de suas preocupações não recai mais na questão fisiológica do problema alimentar, na análise médica do tema, mas sim no drama da fome como produto do subdesenvolvimento. A fome passa a ser analisada como uma questão política, e é este o diapasão que vai guiar suas análises em Geografia da Fome e nas obras que se seguiram a esta.

O MAPA DA FOME E O BRASIL REAL

Geografia da Fome é dedicado à Raquel de Queiroz e José Américo de Almeida – “romancistas da fome no Brasil” e à memória de Euclides da Cunha e Rodolfo Teófilo, “sociólogos da fome no Brasil”. Nesta obra abandona as análises de cunho médico-nutricional e busca através do emprego do método geográfico, inspirado entre outros, na moderna geografia de Vidal de La Blache, Max Sorré e Ratzel, um aprofundamento no campo de estudos da geografia humana e no da sociologia, apresentando os alicerces do que mais tarde constituiria as bases de estudo de sua sociologia da fome.

Através de Geografia da Fome denuncia que o Brasil era um país de famélicos, e para deixar visível essa realidade apresenta pela primeira vez um Mapa da Fome do Brasil, que trás à tona os nichos da fome a partir da divisão do país em cinco regiões alimentares, bem como revela uma verdade que se buscava ocultar nas estatísticas e análises oficiais. Esta obra representou um marco no estudo da realidade brasileira, primeiro por mapear a fome revelando os seus nichos e, segundo, por correlacionar fome e subdesenvolvimento, ou seja, por considerá-la uma questão política.

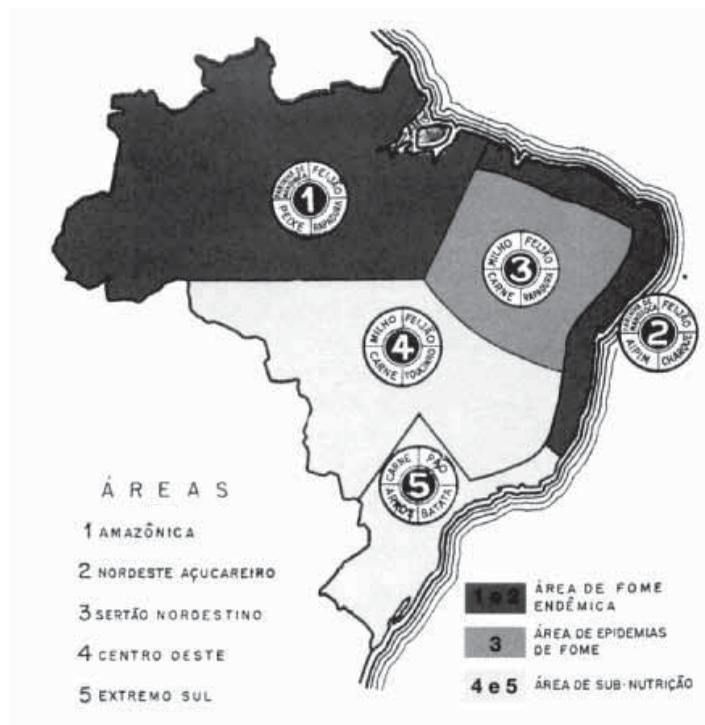
Ao traçar o Mapa da Fome no Brasil o autor toma como premissa os sistemas alimentares e não as regiões naturais, diferindo da divisão estabelecida em 1943, feita por Fábio de Macedo Soares Guimarães para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que dividia o Brasil em cinco grandes regiões naturais⁶.

do Instituto de Nutrição, aliás instituição fundada por Josué e que depois é anexada a Universidade Federal do Rio de Janeiro.

6 Ver a respeito: ANDRADE, Manuel Correia de. Josué de Castro: o homem, o cientista e o seu tempo. In: CASTRO, Anna Maria (Org.). **Fome, um tema proibido**: os últimos escritos de Josué de Castro. 3. ed. comemorativa do cinquentário da publicação de Geografia da Fome. Recife: CONDEPE/CEPE, 1996. p. 296-297.

São cinco as “áreas culturais” analisadas na obra: Amazônia, Área da Mata do Nordeste, Sertão do Nordeste, Centro-Oeste e Extremo-Sul, sendo que apenas as três primeiras são consideradas como áreas críticas da fome no país (Cartograma 1). A correlação entre ecologia e alimentação é o fio condutor que busca responder basicamente a duas questões: Por que a fome? Resulta de que fatores?

Em busca de resposta a estas questões detém-se na análise dos hábitos alimentares das populações, com ênfase aos condicionantes históricos, econômicos, culturais e geográficos. Busca detectar e analisar as possíveis correlações entre as condições climáticas, econômicas, políticas, sociais e culturais e os costumes alimentares. O estudo revela como estes fatores condicionaram alguns hábitos alimentares, muitas vezes empobrecendo-os e trazendo como consequência uma série de doenças da fome, como é o caso do beribéri, da pelagra, do escorbuto e da tuberculose, entre outras.



Fonte: CASTRO, 1982.

Cartograma 1 - Áreas alimentares do Brasil

No estudo da região Nordeste o fenômeno é explicado por suas causas estruturais:

Quatro séculos de ação tão extremada, a serviço de um só objetivo, deram ao processo de transformação econômico-social do Nordeste o sentido de uma dramática experiência sociológica [...]. Da paisagem nordestina a expressão geográfica é tão rica de significação e tão impregnada de história, que os seus traços componentes se destacam sempre bem ordenados, em função do elemento criador de sua vida econômica – a cana de açúcar (CASTRO, 1982, p. 113).

Na análise do nordeste açucareiro, ao discorrer sobre as condições histórico-econômicas, responsáveis pela formação dos hábitos alimentares, ressalta a ação destrutiva da monocultura canavieira, tanto para o meio natural, como para o homem:

Aos interesses da sua monocultura intempestiva, destruindo quase que inteiramente o revestimento vivo, vegetal e animal da região, subvertendo por completo o equilíbrio ecológico da paisagem e entravando todas as tentativas de cultivo de outras plantas alimentares no lugar, degradando ao máximo, deste modo, os recursos alimentares da região [...]

Contudo, mais destrutiva do que esta ação direta da cana sobre o solo é a sua ação indireta, através do sistema de exploração da terra que a economia açucareira impõe: exploração monocultora e latifundiária (CASTRO, 1982, p. 115-116).

A área do sertão do Nordeste é caracterizada por um novo tipo de fome, que se apresenta, episodicamente, em surtos epidêmicos. Estas fomes episódicas, consequência dos longos períodos de secas que atingem a região, caracterizam-se por:

[...] epidemias de fome global quantitativa e qualitativa, alcançando com incrível violência os limites extremos da desnutrição e da inanição aguda e atingindo indistintamente a todos, ricos e pobres, fazendeiros abastados e trabalhadores do eito, homens, mulheres e crianças, todos açoitados de maneira impiedosa pelo terrível flagelo das secas (CASTRO, 1982, p. 175).

Apesar de o milho ser o alimento básico desta área, o estudo ressalta que não é exclusivo e não constitui a fonte obrigatória nem de proteínas, nem de vitaminas, nem de sais minerais do sertanejo, pois o milho é consumido, quase sempre, juntamente com o leite, o que resulta segundo Josué, numa “feliz” combinação. A caseína do leite completa as deficiências em aminoácidos da zeína do milho:

Nos tempos normais dificilmente topará o médico, mesmo o especialista arguto, com estados de hemeralopia, de beribéri, de pelagra ou de escorbuto, cuja existência o seu raciocínio puramente teórico faria supor ser frequente. Não. Estes casos só surgem, e então em trágica abundância, nos períodos calamitosos da seca (CASTRO, 1982, p. 209).

Geografia da Fome apresenta um relato minucioso dos efeitos da seca sobre as populações, seus trágicos quadros, bem como suas consequências físico-psico-biológicas. Médico, com larga experiência em doenças alimentares, conhecia muito bem as consequências da fome no equilíbrio biológico e psicológico dos indivíduos:

Nenhuma calamidade é capaz de desagregar tão profundamente e num sentido tão nocivo a personalidade humana como a fome quando alcança o limite da verdadeira inanição. [...]

[...] Estes estados de espíritos extremos representam, em última análise, as exteriorizações do tremendo conflito interior que se trava entre os impulsos e instintos da fome e os que levam a satisfação de outros desejos e aspirações. Entre a alma de homem e a do animal de rapina, entre o anjo e o demônio que simbolizam a ambivalência mental da condição humana (CASTRO, 1982, p. 249)⁷.

A seca marca a história social e cultural de uma imensa área do Nordeste brasileiro, gerando tipos sociais característicos e moldando a identidade social dos sertanejos da região do polígono. Esta

7 Knut Hamsun, ganhador do Prêmio Nobel de Literatura, com a obra *Fome*, em 1920, faz um impressionante relato de como a fome transforma a pessoa. Os delírios que provoca, a letargia, as mudanças físicas e psíquicas, a demência.

identidade sertaneja tem sido construída ao longo dos anos a partir de uma visão de mundo embasada na fatalidade, no misticismo, na carência de água, na adversidade do clima e nas duras estratégias de sobrevivência a que está submetida à população nos períodos de estiagem prolongada. Soma-se a esses fatores a violência, a ganância e a impunidade dos grandes proprietários rurais que lucram com o fenômeno climático. Não sem bases histórico-estruturais tornou-se popular a expressão: “o problema do Nordeste não é a seca, mas a cerca”.

Para Josué a luta contra a fome precisaria ser encarada como uma luta contra o subdesenvolvimento em todo o seu complexo regional. Todas as medidas e iniciativas não passariam de paliativos enquanto não se procedesse a uma reforma agrária racional que libertasse as populações da servidão da terra, pondo-a a serviço de suas necessidades.

Sem uma verdadeira reforma agrária seria impossível se combater a fome e a miséria. Era necessário mexer nos privilégios de uns poucos, em detrimento do bem-estar da maioria da coletividade. Era preciso vencer este desafio para não se correr o risco de, no momento em que o Brasil dava um grande salto⁸ em sua história, não conseguir alcançar o outro lado do fosso, pois que não seria possível saltar esse fosso com um povo faminto, um povo que não dispusesse do mínimo essencial para suas necessidades básicas de vida: um mínimo de alimentação.

Desenvolvimento e reforma agrária, segundo Castro, eram elos de uma mesma corrente e não poderiam ser pensados separadamente. Só através de uma reforma agrária seria possível inocular na economia rural os germes de progresso e desenvolvimento representados pelos instrumentos técnicos de produção, pelos recursos financeiros e pela garantia de um justo rendimento das atividades agrárias. Era necessária uma política de reforma agrária que não apenas distribuísse terras, mas que realmente se comprometesse com uma nova ordem social.

Comprometido com as teses que defendia e caracterizando-se como um homem de ação e não apenas de reflexão, conclui Geografia da Fome enumerando dez pontos acerca da relação entre os problemas alimentares e as estratégias para o desenvolvimento brasileiro, ressaltando os quadros de fome endêmica e epidêmica que caracterizavam a nossa realidade, as consequências nefastas produzidas pela fome a corroer a alma dos famintos, levando-os da apatia e conformismo à explosão violenta e

8 Josué se referia aos cinco anos de governo de Juscelino Kubitschek e a sua proposta desenvolvimentista, famosa pelo slogan “cinquenta anos em cinco”.

desordenada, denominadas pelo autor de “rebeldias improdutivas”, como consequência de populações neurastênicas e avitaminadas.

Diante do que considerava “um falso desenvolvimento”, alertava para o aumento do desemprego, o inchaço das grandes cidades e o crescimento do pauperismo generalizado, o desequilíbrio entre a cidade e o campo e o perigo de se justificar sempre “o custo do progresso”.

As conclusões a que o autor chega em 1946, continuam válidas para o Brasil de hoje. As contradições internas, passados mais de sessenta anos, continuam desafiando os governos e criando novos desafios. Embora os dados estatísticos divulgados pelo governo brasileiro nos últimos anos, apontem para uma redução da miséria, o fosso entre os pobres e miseráveis e os ricos cresceu em igual período, evidenciando que a renda continua concentrada nas mãos de uns poucos. A fome, longe de ser um problema solucionado ou sob controle, em que pese às inúmeras campanhas, projetos e programas desenvolvidos com esta finalidade, ainda é um problema a ser superado, ainda solapa inúmeras vidas.

A reforma agrária continua a ser o “calcanhar de Aquiles” da política brasileira, como muito bem asseverou Castro ao tratar da questão na primeira edição de sua obra em 1946. Ao contrário do que apregoam os arautos governamentais, o pouco que tem sido feito nessa área deve-se à luta empreendida pelos trabalhadores sem-terra, através de suas organizações e das entidades que os representam ou apóiam, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), de setores da Igreja Católica, bem como de outras organizações da sociedade civil que se mostram intolerantes com a perversa tolerância governamental.

O resultado da inoperância governamental tem se traduzido nas inúmeras mortes no campo decorrentes da luta pela terra e que deve ser entendida como uma luta pelo alimento, contra a fome e em defesa da vida. É um espelho que reflete os quadros da intolerância/tolerância.

As marcas geográficas da fome assinaladas por Josué de Castro e consideradas na época, por muitos críticos, como um desserviço ao país, foram e continuam sendo um desafio a ser superado. Estas marcas resultam de uma dívida social acumulada ao longo de séculos para satisfazer os interesses mesquinhos de uma elite dominante que tem se alternado no comando do país, subserviente ao capital internacional e sem nenhum compromisso com os estratos mais pobres da população.

O livro é um alerta para o intolerável: a fome, ao mesmo tempo em que denuncia o crime da tolerância com o intolerável, ou seja, o descaso da classe dirigente para com o estado de miséria e exclusão que marcavam o cenário nacional. Um retrato traçado há mais de sessenta anos e que continua válido para o Brasil do século XXI, conforme denuncia o excelente trabalho realizado por Xico Sá e U. Dettmar *A nova Geografia da Fome*, publicado em 2003.

O SOCIOLOGO DA FOME

Josué de Castro foi sem sombras de dúvida o sociólogo da fome, como bem o denomina Renato Nascimento (2003), pois lega ao campo de estudos sociológicos as bases estruturais para uma sociologia da fome e, é através do estudo da fome, desde seus problemas fisiológicos até as suas consequências psicossociais e culturais que se debruça sobre a realidade brasileira, latino-americana e mundial.

Em 1955, o artigo “Crise Social e Desenvolvimento Econômico no Mundo”, posteriormente inserido na coletânea *Ensaio de Biologia Social* (1957), já revela sua inserção no campo das análises sociológicas da fome. Neste texto alerta para o aguçamento das tensões sociais, dos conflitos ideológicos, das competições econômicas e as fricções políticas entre grupos, classes e países. Não é o médico preocupado com os regimes alimentares que escreve, mas o cientista social engajado. Denuncia neste artigo, de forma contundente, que a instabilidade política agravava mais as divergências sociais, produzindo uma grave cisão entre o comportamento e a atitude mental dos homens de pensamento, dividindo-os em dois grupos: uma maioria de retaguarda, conservadora e ortodoxa e uma minoria de vanguarda, progressista e heterodoxa e enfatiza que a discussão sobre as desigualdades sociais, o desequilíbrio econômico, o pauperismo e a fome eram fatores cruciais para a análise efetiva das tensões sociais. Para Josué a fome era a mais grave manifestação do pauperismo mundial, gerado pelo progresso econômico defeituoso (CASTRO, 1957b, p. 164).

A análise o conduz a uma crítica da civilização mecanicista que, acreditando na irreversibilidade e inevitabilidade do desenvolvimento técnico e científico havia prometido o que não poderiam cumprir: um reino de felicidade e de abundância para todos.

[...] nossa civilização mecanicista depois de saquear o mundo de tal forma que já reconhece oficialmente que estão a esgotar-se as riquezas fundamentais do planeta, agora confessa a sua bancarrota e aconselha os povos marginais a restringir a sua natalidade a fim de que sejam poupados os restos do assalto em benefício dos atuais grupos privilegiados (CASTRO, 1957b, p. 165-166)⁹.

9 Poderíamos acrescentar: restringir seu consumo, pois esta é a máxima presente nos debates sobre a questão ambiental e o problema da poluição. As vacas na Índia, os refrigeradores na China, entre outros, são apontados como um dos responsáveis pelo buraco na camada de ozônio. É preciso, segundo os arautos do mundo desenvolvido, coibir o consumo de certos bens nos países pobres como medida para frear o aumento da destruição da camada de ozônio. Contudo

A crítica que apresenta em relação aos grupos privilegiados e ideologicamente alicerçados nas teorias neomalthusianas, o direciona a questionamentos sobre a panacéia do desenvolvimento, que segundo ele constituía-se na panacéia “preconizada hoje em dia para salvar nossa civilização acoçada pelo dilema da superprodução e do subconsumo, ou seja, da riqueza no meio da miséria” (CASTRO, 1967, p. 167)¹⁰.

Não atribuía à sociologia “a arte de salvar o Brasil” (PÉCAUT, 1990) numa alusão a expressão utilizada por Mário de Andrade ao referir-se a febre sociológica que havia dominado os meios intelectuais e políticos a partir dos anos 20 e, em especial, depois de 1934. Daniel Pécaut em *Os intelectuais e a política brasileira* destaca, ao tratar da vocação da elite dirigente, em especial da geração dos anos 25-40, que esta não solicitou a mão protetora do Estado, ao contrário procurou auxiliá-lo. Este foi o princípio norteador da fundação em 1933 da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, por um grupo de empresários paulistanos: formar em moldes modernos o empresariado nacional, bem como os homens de Estado. No dizer de Cândido Mota Filho “todo homem de Estado na sociedade moderna é mais ou menos, um sociólogo” (SADECK, 1978 apud PÉCAUT, 1990, p. 31). A sociologia, uma ciência da modernidade, era tida como imprescindível para os novos tempos. Nesta linha de raciocínio Josué de Castro entendia ser esta uma ciência que por sua complexidade, teria mais condições, no seio das demais ciências sociais, em especial da geografia, de melhor explicar determinados fenômenos sociais. A sociologia sempre foi entendida por Josué de Castro como um campo reflexivo multidimensional e não como instrumento de ação para modificar as sociedades.

Em *O Livro Negro da Fome* (1968) avança em termos teóricos no campo da sociologia ao propor uma nova teoria científica do desenvolvimento econômico, sem vínculos com os modelos exportados dos países desenvolvidos, bem como apresenta os pontos norteadores de um método que, segundo sua concepção, seria básico para se compreender “o mecanismo mais íntimo do círculo de ferro da fome e da

nada é feito para mudar os hábitos de consumo prejudiciais a destruição ambiental nos países ricos, em especial nos EEUU e Japão.

10 Morin apresenta uma crítica muito similar à que Josué faz e coloca-se no mesmo nível de inquietação: a necessidade de reformulação urgente do modelo adotado para o desenvolvimento e o enfrentamento do paradoxo progredir/resistir. Vide: Morin e Kern (1993).

baixa produtividade”. O seu objetivo é o de poder se elaborar um programa efetivo de luta contra a fome. Estão implícitas nesta proposta as bases de sua sociologia da fome¹¹.

Em *Sete Palmos de Terra e um Caixão – Ensaio sobre o Nordeste uma Área Explosiva* (1965), assume sua condição de sociólogo. Neste livro afirma sua postura de cientista comprometido, definindo a sua sociologia como “participante ou comprometida”:

Não é este um ensaio de sociologia clássica. De uma sociologia acadêmica, espartilhada na camisa de força de uma metodologia que sempre tentou separar, no sociólogo, o investigador do homem, e limitando sempre a função do sociólogo, a de um simples inventariante de tudo aquilo que se apresenta aos seus olhos, teleguiados por métodos de trabalhos consagrados. O nosso estudo sociológico é o oposto deste gênero de ensaio. É um estudo de sociologia participante ou comprometida. De uma sociologia que não teme interferir no processo de mudança social com os seus achados e, por isto mesmo, não tem o menor interesse em encobrir os traços de uma realidade social, cuja revelação possa acarretar prejuízos a determinados grupos ou classes dominantes. De uma sociologia que estudando cientificamente a formação, a organização e a transformação de uma sociedade em vias de desenvolvimento, compreende e admite que os valores mais desejáveis por esta sociedade são os ligados à mudança e não à estabilidade, e, por isto mesmo, se aplica em aprofundar ao máximo o seu conhecimento científico do mecanismo destas mudanças (CASTRO, 1965, p. 15).

Neste livro não só está se assumindo como sociólogo, como está discutindo questões teóricas no campo da sociologia, propondo uma ciência engajada, comprometida com seu objeto de estudo, como sujeito participante do processo social. Na defesa de suas concepções contrapõe a “sociologia comprometida” à “antiga sociologia”, defendendo a cientificidade da primeira e considerando a “antiga sociologia” de utópica e imobilista:

11 Em 26.02.61, Josué publica no *Jornal do Comércio* de Recife, o artigo “Um Prefácio à Sociologia da Fome”, baseado no prefácio da obra *O Livro Negro da Fome*, considerada por ele uma “*verdadeira sociologia da fome*”.

[...] a antiga sociologia era bem mais comprometida do que a sociologia nova cuja validade científica defendemos. Mas era comprometida com uma ideologia do imobilismo, de uma imagem estática da sociedade, considerada como uma coisa já feita, definitiva e perfeita, enquanto a nova sociologia considera a estrutura social como um processo em constante e rápida transformação (p. 15).

Esta sua postura frente à responsabilidade do investigador com a sociedade e os homens, bem como a rejeição dos determinismos contidos em supostas “verdades científicas”, está em consonância com as discussões mais recentes sobre os paradigmas tradicionais das ciências sociais e com a constatação de que os avanços e conquistas da ciência nos apresentam cada vez mais incertezas, na busca de uma “ciência com consciência” como projeto cognitivo para as humanidades (MORIN, 1994). E, na defesa de uma sociologia comprometida, contraposta à “antiga sociologia”, afirma:

[...] a verdadeira sociologia científica, como qualquer outro ramo da ciência contemporânea, é bem menos arrogante acerca de suas verdades do que a sociologia clássica, desde que hoje se sabe muito bem como todas as verdades são relativas. E o que chamamos de realidade científica, não só no mundo da sociologia, mas mesmo no terreno mais sólido da natureza física, são sempre produtos da interação entre os próprios fatos e o ato de observar do pesquisador, e que na verdade não existem realidades fora do campo de nossa observação. Há apenas possibilidades. [...] Se a reprodução das imagens do mundo natural é sempre eivada de certas deformações, imagine-se como não crescem estas deformações, quando se observa o mundo dos fenômenos sociais: da vida humana associativa, à qual o observador está ligado por laços de solidariedade ou de antagonismos, dos quais a própria estrutura do seu pensamento lógico não poderá se libertar inteiramente (CASTRO, 1965, p. 15-16).

A análise que faz nesta introdução a respeito da inversão do real pela idealização da observação, encontra eco na concepção moriniana de ciência e das armadilhas do olhar, bem como nas reflexões do sociólogo francês sobre a condição humana. Para Morin (1994, p. 101): “Homo é um complexo bio-antro-

pológico e bio-socio-cultural —. O homem tem várias dimensões e tudo o que desfaz este complexo é mutilador, não só para o conhecimento, como também para a acção”.

A sociologia da fome de Josué penetra no negro lamaçal dos mangues recifenses e de todo o Brasil pobre que vive em áreas similares. Seus trabalhos buscam sentir o drama de sua população anfíbia, meio homem, meio caranguejo, meio na terra, meio no lodo. Gente sem nada, fugida da seca ou expulsa de suas terras pela fome insaciável dos canaviais, dos latifúndios. Hoje podemos encontrá-los perdidos nas periferias insalubres das grandes e médias cidades do país buscando um porto seguro numa era onde a mobilidade e a fluidez é a característica básica. Gente que busca a solidez num tempo marcado pela liquidez (BAUMAN, 2001).

Não são mais os homens caranguejos enterrados na lama que caracterizam os excluídos de nosso tempo, mas sim os homens gabirus, enterrados nos lixões, populações inteiras que se criam e se alimentam do lixo, dos restos da sociedade do desperdício responsável por suas misérias.

A preocupação em denunciar as raízes sociais, políticas e econômicas da fome transformaram Josué de Castro em um verdadeiro “caixeiro viajante” de sua causa a denunciar a fome coletiva como um fenômeno social generalizado, geograficamente universal, pois não havia nenhum continente que houvesse escapado à sua ação nefasta.

UM AVISO, SIM! O OLHAR PROSPECTIVO SOBRE O MUNDO

Josué de Castro nunca deixou de acreditar num futuro promissor para a humanidade, apesar de ter seus direitos políticos cassados e ser banido do país pelo Golpe de 1964 e, mesmo diante dos prognósticos sombrios que já se anunciavam no final da década de 1960 e início de 1970, afirmava que sua vida era baseada em esperanças e que esperança e solidariedade deveriam contaminar o planeta como um todo.

Não é possível que alguém que se preocupasse como eu, com o problema da fome, do subdesenvolvimento e da miséria não estivesse sempre com esta ansiedade, esta preocupação e angústia sobre o futuro da humanidade. Por outro lado, como homem de ciência, que procura ver, vislumbrar o que pode trazer a ciência e a técnica à humanidade, ao mesmo tempo que essas a ameçam, só um homem que tem esperança e que no fundo é um otimista a longo prazo – depois de todas as tormentas porque estamos passando ou iremos

passar! – acredita que virá certamente uma era de civilização verdadeira para o homem do amanhã (apud SILVA, 1998, p. 157-158)¹².

Antes que a temática do meio ambiente se tornasse um tema obrigatório nas pautas de discussão sobre o futuro do planeta ela já estava presente em suas reflexões, por isso após a Conferência Internacional de Estocolmo, posiciona-se veemente:

Na Conferência Internacional de Estocolmo sobre o ambiente defrontam-se duas correntes: a primeira preocupa-se com o desenvolvimento tecnológico antipoluição; a segunda, com a profilaxia e a preservação do que pode ser salvo. Alinho-me nesta segunda corrente [...] aliás, presido a um grupo, na Universidade de Vincennes, que estuda a preservação da Amazônia de um mau tipo de desenvolvimento (apud SILVA, 1998, p. 158)¹³.

- 12 Estes depoimentos foram extraídos de várias entrevistas concedidas entre 1968 e 1972 e representam os últimos depoimentos de Josué de Castro, evidenciando sua preocupação diante das perspectivas futuras dos rumos da sociedade humana. Neste final de século estamos vivenciando as considerações de suas reflexões baseadas na Prospectiva. Vide: Conversando com Josué de Castro. Seara Nova, Portugal, 1970, p. 4, 8; Après la Conférence Mondiale sur le Commerce et le développement, entrevista de Jean Wolf. La Vie Africaine, n. 49, 21 de maio de 1964; Josué de Castro (Um Animal Pré Atômico), depois de uma catástrofe só escaparão os caranguejos. Visão Mundial, Portugal, 1 de maio de 1970, p. 33-37; Josué de Castro fala ao S.I. Entrevista de Afonso Cautela. Revista Século Ilustrado, Portugal, 29 de agosto de 1970, n. 1701, p. 16-21; Esprit nouveau dans un monde nouveau. Revista Univers (Tema Construire) Publication annuelle de la Société Teilhard de Chardin, Bruxelas, 12 de setembro de 1968, n. 5, p. 67-70; Josué de Castro; Du tourisme qui coûte Cher. Entrevista de Maurice Achard. COMBAT, Paris, 1970; Josué de Castro – Cidadão do Mundo. Entrevista de Gonçalves Araújo. Visão Mundial, Portugal, 14 de março de 1969, p. 31- 33; Entretien avec Josué de Castro. Entrevista de A.M. Duchesne, REVUE CHRÉTIENNE DE CULTURE, maio de 1968, n. 293, p. 3-5, 24; Josué de Castro: las dudas de um pacifista. Entrevista de Túlio Raul Rosembug. Madrid s/d; Entrevista com Josué de Castro. Seara Nova, Portugal, jul. de 1972, n. 1521. p. 8-10; Outra vez Josué de Castro. Revista Índice, Madrid, 1970, p. 55; La Surpopulation est um faux probleme. LES INFORMATIONS, Paris, 8 de maio de 1972, n. 1408. p. 100-106; Repenser Le Monde – A locution de M. Josué de Castro. CITES UNIES, Paris, janeiro 1968, n. 52-53, p. 57-59.
- 13 Este é um grupo pioneiro e produz um relatório bem interessante sobre os problemas ambientais da região amazônica. Em sua agenda de contatos figuram os nomes, entre outros, de Edgar Morin, Ignacy Sachs. A respeito vide Silva (1998).

Questionado se considerava o seu trabalho como escritor um aviso, um caminho, uma solução para o problema, pondera:

Um aviso, sim! Tenho impressão que é uma espécie de grito de alerta. Quando escrevi a Geografia da Fome em 1946, e depois a Geopolítica da Fome, em 1950, em que denunciei ao mundo o problema da fome, que até então era tabu, do qual não se falava, se tinha medo [...] e a repercussão que teve, através de vinte e cinco traduções, em vinte e cinco línguas diferentes, da Geopolítica da Fome, através do eco de interesse e simpatia, com que foi recebida essa revelação (com críticas e acusações severas), mostra bem que foi um grito. [...] Foi talvez uma revelação, [...] Só o tempo dirá se essa revelação fez mudar os destinos do mundo ou não. Poucos são os livros que interferiram no mundo. [...] ¹⁴. Não é com livros que se muda os destinos do mundo, mas pelas atitudes. Os homens de pensamento pesam pouco no centro das decisões políticas daqueles que dirigem a humanidade. Mas, de vez em quando, alguns pensamentos, algumas ideias, têm uma tal força de penetração que fazem com que esses homens, mais preocupados com a ação do que com a reflexão, pensem um pouco e mudem, façam até certo ponto, transformar aquilo que é necessário mudar, que são as estruturas sociais, econômicas e políticas, que hoje emperram a aplicação do progresso, da ciência e da técnica, em benefício da humanidade (apud SILVA, 1998, p. 159).

- 14 Em Os Livros que Abalaram o Mundo, Josué de Castro aborda este tema afirmando: “[...] não vejo bem como os livros tenham influenciado diretamente o rumo da história. De forma direta como influência cataclísmica, provocando transmutações. Não é o livro o instrumento mais adequado para tais tarefas. São muito mais a espada, o canhão, a máquina, a astúcia, a maquinação. [...] No limitado horizonte dos nossos conhecimentos destacamos algumas obras que desempenharam realmente este papel na história do Mundo: a Bíblia, a Obra de Confúndiu, de Budha, de Mahomet, de Marco Polo, de Maquiavel, de Montesquieu, de Rousseau, de Marx e Engels, de Sorel, de Einstein, de Pavlov, de Lenine, de Adolf Hitler. [...]” (Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1957).

Em algumas entrevistas concedidas entre 1968 e 1972, trás à tona fragmentos avaliativos de seu percurso intelectual que revelam a dialogia vida-ideias (MORIN, 1992) constante em todos os seus escritos.

Comecei a interessar-me pelos problemas da nutrição, como médico; mas verifiquei que esse problema da nutrição e da alimentação não era um problema exclusivamente médico, era um problema econômico e social. E como não sabia economia, nem sociologia, como não sabia nada – sabia mal medicina – e como também não tinha a quem perguntar porque também ninguém, no Brasil, sabia nada, tive de começar a estudar outros livros: de sociologia, de antropologia, de economia [...] e acabei, veja professor dessas coisas todas, sem saber. É o que se chama um auto didata, [...] – Isso é dialética, por um lado, e prospectiva por outro. É método socrático também [...].

[...] subdesenvolvimento [...] a palavra criei-a em 1949, mas não era com esse sentido que lhe dão hoje. [...] Criei a palavra, mas ela já não é mais aquilo que eu pensava. [...] A minha ideia – quanto a esta palavra – hoje é a mesma, não mudou nada. [...] Subdesenvolvimento é um produto inevitável do desenvolvimento. É o outro lado da medalha.

[...] Já na ‘Geopolítica da Fome’ está o que está hoje nos jornais: que vai haver espécies novas que vão ser criadas e que vão salvar a fome do mundo, etc. Disse isso há 30 anos, sem saber que estava a fazer profecia. ‘Estava na cara’, como si diz no Brasil, mas não sabia que era prospectiva.

A noção de base da Prospectiva é a noção de probabilidade. É talvez a única ciência ou a mais essencial das ciências para os países subdesenvolvidos [...] é certo que temos de enfrentar o problema da fome mundial. Há soluções técnicas para o problema. De modo que não há nenhum perigo de morrermos de fome, tecnicamente. Podemos morrer de fome politicamente.

[...] No fundo, nós só temos um caminho, que é o da paz. Trata-se apenas de escolher o tipo de paz: ou a paz da harmonia entre os homens considerada

como uma sociedade solidária, dentro de uma cultura realmente universal, essa paz dos homens vivos, ou a paz dos cemitérios, em que será transformado o planeta, se realmente predominar a loucura dos homens¹⁵.

Embora no Brasil, após o golpe de 1964, o nome de Josué de Castro tivesse sido varrido das prateleiras e seus textos não fossem mais divulgados por ser considerado pelo governo “um perigoso subversivo”, o mesmo não ocorria no exterior, pois onde quer que fosse era reverenciado e procurado para emitir sua opinião sobre a situação mundial, para falar de suas experiências, havia ser tornado de fato um cidadão do mundo.

Entre 3 de março e 7 de junho de 1969, cerca de 10.000 pessoas distribuídas em 87 países elegeram, através de correspondência, Josué de Castro e Jeanne Haslé – Diretora do Registro Internacional dos Cidadãos do Mundo – os primeiros delegados para o “Congresso dos Povos”. Nessa ocasião declara a um jornalista: “Com esta revolução material aparecerão um grande número de problemas que não podem mais ser solucionados a não ser em escala mundial porque, na verdade, nós vivemos hoje uma época planetária” (MONDE UNI, 1969, p. 3).

A partir de 1970, frente ao agravamento dos problemas ambientais no contexto mundial e da Conferência de Estocolmo, insere de forma mais enfática a preocupação com os problemas ambientais em suas reflexões, embora estas já estivessem presentes em seus estudos desde a década de trinta quando não se falava de problemas ecológicos com a ênfase que passou a ter após a década de 1970, mas correlaciona a questão ambiental ao subdesenvolvimento e a fome:

[...] os países subdesenvolvidos são presas da fome, da miséria, das doenças de massa, do analfabetismo. O Homem do Terceiro Mundo conhece essa forma de poluição chamada ‘subdesenvolvimento’. E devo dizer que esta é a forma mais grave, mais terrível de todas. [...] O desenvolvimento traz consigo, de um lado, suas riquezas, suas novas fabricações e, de outro, seus dejetos. O Terceiro Mundo está no lado dos dejetos. [...] o subdesenvolvimento que

15 Estes depoimentos foram extraídos de várias entrevistas concedidas entre 1968 e 1972 e representam os últimos depoimentos de Josué de Castro, evidenciando sua preocupação diante das perspectivas futuras dos rumos da sociedade humana. Neste final de século estamos vivenciando as considerações de suas reflexões baseadas na Prospectiva (Ver SILVA, 1998).

sofrem é a secreção de um tipo de desenvolvimento, concebido sem respeito pela Natureza e no qual o homem não passa de um instrumento da produção. [...] Para dominar realmente o problema do meio ambiente, seria preciso, além de uma ampla consulta geral indispensável, a autoridade de um 'governo mundial', ou se, a expressão incomoda, de uma instância planetária soberana a ser definida (CASTRO, 1972).

Para Correia de Andrade (1993), a releitura da obra de Josué de Castro é de suma importância, principalmente no momento atual, em que se coloca na pauta de discussão, entre outros temas, a internacionalização da economia, o enfraquecimento do poder do Estado, a privatização da economia. Isto porque há várias décadas ele já discutia estas questões, embasado nos princípios da prospectiva. Correia destaca que ele priorizava a luta contra a fome por admitir que esta era a mais ostensiva demonstração de miséria e que levaria as populações atingidas a um processo de degradação moral e física, com consequências sociais imprevisíveis. Josué tinha os olhos no futuro e por isso

[...] ele não se negou aos combates pela modernização, no sentido amplo, do país, pelas campanhas de diminuição das diferenças sociais entre as pessoas e as classes, assim como pela apresentação de soluções para os problemas a nível regional e internacional. Ele era um cidadão brasileiro com uma visão e uma preocupação com os problemas mundiais e um cidadão do mundo que lutava e se arriscava em defesa da transformação da sociedade brasileira dentro de critérios racionais e populares (ANDRADE, 1993, p. 37).

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manoel Correia de. Atualização do pensamento de Josué de Castro. **Conjuntura Alimentos**. Secretaria de Agricultura e Abastecimento, Coordenadoria de Abastecimento, Governo do Estado de São Paulo, v. 5, n. 2, jun. 1993.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BUCK, Pearl. Prefácio. In: CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome**. 2. ed. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1953.

CASCUDO, Luís da Câmara. O historiador da fome. In: ASCOFAM. **O drama universal da fome**. Rio de Janeiro, 1958.

CASTRO, Josué de. **Documentário do Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1957.

_____. **Ensaio de biologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1957.

_____. Entrevista com Josué de Castro. **Terre Entière**, n. 2, set. 1972. Entrevistadores Jean Prédine e Roger Wellhoff.

_____. **Geografia da fome. O dilema brasileiro: pão ou aço**. 10. ed. Rio de Janeiro: Antares: Achiamé, 1982. (Clássicos das Ciências Sociais no Brasil).

_____. **Geopolítica da fome**. 2. ed. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1953.

_____. **Homens e caranguejos**. São Paulo: Brasiliense, 1967.

_____. **O livro negro da fome**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1968.

_____. **Sete palmos de terra e um caixão: nordeste uma zona explosiva**. São Paulo: Brasiliense, 1965.

DAHL, Gustavo. Uma estética da fome. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 4, 1965.

FOME é a vergonha do mundo. In: MUNDO ilustrado. Rio de Janeiro, 1960.

MONDE UNI, 1969, p. 3.

MORIN, Edgar. **O Método IV. As Ideias: a sua natureza, vida, habitat e organização**. Portugal: Publicações Europa-América, 1992.

_____. **Ciência com consciência**. Portugal: Europa-América, 1994.

MORIN, Edgar; KERN, Brigitte. **Terre Patrie**. Paris: Seuil, 1993.

NASCIMENTO, Renato Carvalheira do. **Josué de Castro: o sociólogo da fome**. 2003. Dissertação (Mestrado) – UNB, Brasília, 2003.

A NOITE ilustrada. Rio de Janeiro, 1963.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

SÁ, Xico; DETTMAR, U. **Nova geografia da fome**. Fortaleza, CE: Tempo d'Imagem. 2003.

SILVA, Tânia Elias M. da. Josué de Castro: para uma poética da fome. 1998. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1998.

A Memória, a História e a Denúncia entre Homens e Caranguejos: a literatura como elemento eloquente de crítica e desvelamento da realidade na obra de Josué de Castro

Tayguara Torres Cardoso – UERJ

RESUMO

Este artigo aborda o papel da literatura e linguagem literária na obra de Josué de Castro. Analisa-se a influência das ideias e linguagem de escritores literários brasileiros nas concepções teóricas de Josué de Castro e a importância que este autor dá a escrita literária como elemento eloquente de reconstrução da memória, da história e como denúncia dos efeitos perversos de decisões econômicas e políticas sobre determinados segmentos da sociedade, denúncia esta encontrada, principalmente, no trabalho literário de Castro, “Homens e Caranguejos”.

Palavras-chave: Josué de Castro. Literatura. Memória. “Homens e Caranguejos”.

ABSTRACT

This article deals with the role of literature and literary language in Josué de Castro's work. It analyses the influence of Brazilian literature writers ideas in Josué de Castro's theoretic conceptions, and the importance that this author gives to the literary writing like an element of reconstruction of memory, of history and of denunciation of bad political and economic social actions, denunciation which is available, chiefly, in Josué de Castro's literary work, “Man and Crabs” (Homens e Caranguejos).

Keywords: Josué de Castro. Literature. Memory. “Man and Crabs” (Homens e Caranguejos).

A Rachel de Queiroz e José Américo de Almeida, romancistas da fome no Brasil.

À memória de Euclides da Cunha e Rodolfo Teófilo, sociólogos da fome no Brasil.

A citação que serviu de epígrafe para este tópico é a mesma epígrafe de *Geografia da Fome* e diz bastante sobre o “quadro literário”¹, o papel da literatura na obra de Josué de Castro. Este dedicou o livro que escreveu para ser sua obra prima a quatro escritores que, talvez à exceção injusta sofrida por Rodolfo Teófilo, são dos mais consagrados da literatura brasileira. Escritores que, à exceção de Raquel de Queiroz, escreveram não só romances, mas também livros de Ciência que tinham por objeto o Nordeste e suas secas.

Neste, como em outros de seus trabalhos, Castro busca registrar o importante papel que a literatura exerce em sua obra, e sua dívida para com a obra dos sertanistas². Este reconhecimento pode fornecer algumas pistas sobre as influências que a escrita literária possa ter exercido nas obras deste grande pensador.

Percorrendo as páginas de sua principal obra – e também de outras – topamos mais que ocasionalmente com a presença da abordagem literária sobre temas relacionados ao Nordeste e a seus sertões. Em *Geografia da Fome*³, pululam verdadeiras referências à literatura, utilizando-a – a lém de elemento “reforçador” do traçar de um quadro sobre a situação brasileira e seus principais problemas – como base de análise científica e “fonte” de informações, principalmente sobre a região nordestina.

- 1 O termo “quadro literário” tem o sentido de uma espécie de caráter de “moldura” que a literatura pudesse exercer sobre o pensamento de Castro. Penso que tais quadros no caso de Josué são importantes devido ao peso que este confere à literatura em sua obra, facilmente identificável em seus escritos.
- 2 No prefácio de “Homens e Caranguejos” escreve: “Quero deixar consignada minha profunda gratidão pela inestimável contribuição que representou na elaboração deste livro a leitura das obras de três grandes poetas do Nordeste: Ascenço Ferreira, Joaquim Cardoso e João Cabral de Melo Neto” (CASTRO, 2001, p. 22).
- 3 Castro, 1987.

A Perspectiva interdisciplinar desta sua principal obra, aludindo a questões climáticas, botânicas, geográficas, agrícolas, antropológicas e sociológicas como meio de estudo científico do fenômeno da Fome, coincide claramente com a abordagem “plural” científica e literária da Terra (fauna, flora, geologia), do Homem (considerações sociológicas e antropológicas do homem sertanejo) e da Luta (a campanha de canudos) no interior dos sertões nordestinos empreendida por Euclýdes da Cunha em *Os Sertões*⁴ e com a perspectiva igualmente plural de Rodolpho Teóphilo em sua *História da Seca do Ceará*⁵, onde o autor procura relacionar elementos geológicos, sociais e culturais na sua análise sobre a seca de 1877 no Ceará e busca relacionar aspectos culturais e políticos causadores da miséria em seu romance *A Fome*⁶, tema foco das obras de Castro. Raquel de Queiroz escreveu o famoso “O Quinze”⁷ romance que narra o drama da retirada assim como *A Bagaceira*⁸ de José Américo de Almeida, autor também do famoso livro científico *A Paraíba e seus problemas*⁹.

Abundantes são, portanto, os indícios da importância da linguagem literária nas obras de Castro, importância no sentido de carregar de eloquência e humanidade a escrita por vezes fria da ciência pura e “neutra”. Na obra de Castro, a literatura aparece como elemento comunicador e de tomada de posição do autor para com a realidade vivida e analisada. Ela ilustra, dá cor, cheiro e textura ao drama da fome e suas mazelas.

Neste contexto, ganha destaque na obra do pensador pernambucano um romance onde memórias de infância e perspectivas científicas e políticas se entrelaçam para contar a história não só de um povo, mas de projetos de nação e seus fracassos e de iniquidades históricas que desembocam nas águas lamacentas dos mangues de Recife. Nesta obra, escritor, político, cientista e ser humano se fundem para mostrar coisas que a ciência sozinha não pode eloquentemente dizer, revelando o peso e o papel da literatura na escrita de Castro, que procura dizer muito, narrando uma vida, num romance revelador, entre *Homens e Caranguejos*. Sua análise nos ajuda a melhor iluminar algumas facetas do pensamento deste ilustre intelectual.

4 Cunha, 1936.

5 Teóphilo, 1883.

6 Id., 2002.

7 Queiroz, 1987.

8 Almeida, 1974.

9 Almeida, 1974.

HOMENS, CARANGUEJOS E MANGUE: PROLONGAMENTO DO LATIFUNDIARISMO, E DO DESEMPREGO

Mas será este livro um romance? Ou não será mais que um livro de memórias? Talvez, sob certos aspectos, uma biografia?

Não sei. Tudo o que sei é que, neste livro, se conta a história de uma vida diante do espetáculo multiforme da vida. A história da vida de um menino pobre abrindo os olhos para o espetáculo do mundo, numa paisagem que é, toda ela, um braço de mar – um longo braço de um mar de miséria.

[...]

Procuro mostrar neste livro de ficção que não foi na Sorbonne, nem em qualquer outra universidade sábia, que travei conhecimento com o fenômeno da fome. O fenômeno se revelou espontaneamente a meus olhos nos mangues do Capibaribe, nos bairros miseráveis da cidade do Recife: Afogados, Pina, Santo Amaro, Ilha do Leite. Esta é que foi a minha Sorbonne (CASTRO, 2001, p. 9-10).

Homens e Caranguejos é um dos últimos escritos em forma de livro de Josué de Castro. Constitui um desembocar de vários de seus impulsos literários, em sua maioria das décadas de 30 e 40¹⁰, num romance que pretende, ao que parece, contar um pouco da história do Mangue. Mas contar mais uma história “vívda” tal como assume Halbwachs (1990) ao falar de memória, uma história que contenha carne, osso e nervos em cotidiana luta, mais ossos e nervos, no caso deste romance “um tanto magro” como o próprio Josué de Castro afirma.

Este romance de Castro se torna de grande importância para um melhor entendimento de aspectos de sua obra sobre o Nordeste, seus sertões e as relações sociais que prevalecem entre ricos e pobres no campo e na cidade. Embora não fale diretamente da área agrícola e se passe nos mangues do Recife, ou seja, na parte urbana, na capital do estado de Pernambuco, ele fala dos “filhos” do campo nordestino e do sertão, das consequências humanas das relações econômicas e sociais e das políticas governamentais que vigiam no campo e na cidade de sua época. Contando a história do Mangue, Castro

10 A maioria destes contos consta em seu livro “Documentário do Nordeste” (CASTRO, 1959).

procura contar também a história, de uma maneira um tanto amargurada, do resultado das políticas de sucessivos governos que tiveram como foco o nordeste e dos efeitos do latifundiarismo secular tanto do sertão como também da zona da mata. Josué de Castro escreveu este romance no exílio, ou seja, no momento em que a ditadura militar se abatia sobre o país tomando para si as diretrizes e as políticas sociais implementadas no Brasil em geral e no Nordeste em particular, direcionando-as conforme o que se considerava como prioridade, direção que excluía brutalmente as vozes discordantes. Não é difícil imaginar as amarguras que o exílio pode impor a um intelectual atuante que, do exterior e sem poder atuar diretamente nos destinos de seu país via se distanciar a possibilidade de uma verdadeira transformação do Brasil. Esta amargura e denúncias transparecem das entrelinhas do romance. Aparecem neste, imbricadas, amargura e denúncia na estória de um menino, vivendo em meio a estruturas e iniquidades sociais que ele não ajudou a construir fruto de intrincadas relações de poder e decisões. A história de João Paulo é uma espécie de grito de alerta de Josué de Castro com toda a carga de denúncias feitas por ele ao longo dos debates que ocorreram nos anos 50¹¹, a denúncia de que havia a necessidade de se pensar, além de na economia, também nas pessoas, na cultura e principalmente nas consequências do que se faz, como meio de promover um desenvolvimento verdadeiramente social.

Embora não fale diretamente dos sertões e do campo, este romance versa sobre seu *prolongamento*, provocado por aquela rede de relações de poder nacionais e internacionais, que, enredando decisões políticas, expurgava pessoas e concentrava terras. É neste sentido que a análise deste romance se torna de grande interesse por ser, de certa forma, um relato dos efeitos, “na ótica do autor”, das decisões tomadas e implementadas pelas esferas de poder do país, isto é, os efeitos de um projeto de nação “vencedor” de fins dos anos 50 e 60.

De características muito peculiares, *Homens e Caranguejos* é, ao mesmo tempo, ficção e reconstrução de memórias e veículo de denúncia intencional. Reconstrução dos quadros sociais de infância vividos pelo autor – filho de Pai sertanejo, “retirante” da seca de 1877, e mãe da Zona da Mata, filha de senhores de engenho – vivendo desde muito tenra idade, ao lado dos mangues do Capibaribe (SILVA, 2000).

A casa em que nasci tinha ao lado um grande viveiro de peixes, de caranguejos e de siris. Se não nasci mesmo dentro do viveiro, como os caranguejos, já com

11 Analiso estas denúncias e debates em minha dissertação de mestrado (CARDOSO, 2007).

dois anos estava dentro dele. Escorreguei um dia no barro de suas margens e fui retirado de dentro de suas águas meio afogado. Daí em diante, mergulhar nas águas do mangue tornou-se um hábito. Mudei-me depois para outro bairro mais perto do rio. Fomos morar na Madalena, numa velha casa colonial de um só andar, com seis grandes janelas de frente. Casa grande, acachapada com sua pesada massa arquitetônica, montada como uma fortaleza em seus altos batentes, por onde subiam os caranguejos em tempos de cheia até o terraço, os mais ousados entrando mesmo nas salas [...] (CASTRO, 2001, p. 14-15).

Dessa maneira, Josué de Castro, desde a infância, tomou contato com a sociedade de “homens e caranguejos” que eram “irmãos de leite” nos mangues do Recife e, a partir da reconstrução de suas lembranças de infância e deste “cenário” construiu as personagens de seu romance, onde a principal delas, João Paulo, era um menino – pobre como Castro também relativamente¹² o foi – morador do Mangue, que procurava sempre tentar entender o porquê de tanta miséria.

João Paulo, dos mangues, olhava os prédios luxuosos e casas do outro lado do rio, e perguntava:

- Pai, por que a gente veio morar aqui no mangue?
- Porque quando viemos do interior foi aqui que encontramos a nossa terra da promessa, o nosso paraíso – responde Zé Luís com uma voz tranquila.
- Paraíso dos caranguejos – acrescenta em tom de revolta a mãe de João Paulo.

Mas o menino volta à carga;

- Mas por que aqui no mangue? por que não fomos morar na cidade, do outro lado do mangue? Lá é tão bonito, tão diferente, é como se fosse outro mundo.
- Foi o destino João Paulo, que nos trouxe aqui – responde o pai.
- Lá do outro lado é o paraíso dos ricos, aqui é o paraíso dos pobres – diz-lhe a mãe fitando-o bem dentro dos olhos [...] (CASTRO, 2001, p. 30).

12 Pode-se dizer que seu pai era um comerciante “remediado”.

Neste fragmento emerge o choque que é a irracionalidade de uma ordem profundamente desigual, onde luxo e pobreza vivem separados por poucos metros. João Paulo é a própria vida, o próprio espírito indagador, abrindo os olhos diante do espetáculo da vida e da miséria. É uma criança que, não dispondo ainda de “muitos termos de comparação” como diz Halbwachs, e estando ainda bastante fora das “conversas dos adultos”, não consegue compreender o porquê desta situação, e a dúvida permanece, martelando constantemente em seu espírito. O “destino” como explicação não o satisfaz no sentido de dar conta da pobreza e da desigualdade que o rodeava.

A personagem João Paulo tem muito do menino Josué de Castro e torna-se, além de um poderoso instrumento de reconstrução de suas memórias, o retrato de uma perversa irracionalidade. João Paulo é a representação da profundidade com que as imagens da fome e da miséria, imprimiram-se no espírito do autor desde menino. Através desta personagem Castro pôde reconstruir suas relações sociais de infância, seus amigos, e com isso recobrar, em cores vivas, o grande sofrimento dos moradores do mangue, algo que claramente intentava fazer:

Durante um bom pedaço (talvez o melhor pedaço) de minha vida morei perto dos dois [Cosme e Chico] bem junto à zona dos mocambos de Madalena: dos 8 aos 14 anos [...] Pretendo tratar de alguns retalhos da vida de dois indivíduos que foram meus amigos, que me impressionaram fortemente nos meus dias de criança e que viviam ao lado de nossa casa nesta cidade do Recife, que é, sob certos aspectos, a Hong Kong da América.

[...] Moravam lá a negra Filomena contadora de estórias da África e do reino, o mulato Nascimento Grande, valente de profissão, Zuza, mestre pastoril mais famoso do Nordeste e rei de um Maracatu do qual já esqueci o nome e Cosme e Chico que foram meus dois grandes amigos de infância (CASTRO, 2001, p. 45).

Todos estes amigos de infância, já lembrados em seus contos anteriores no livro “Documentário do Nordeste”, se tornarão personagens no romance de Castro, a negra Filomena, viria a ser a negra Idalina; Nascimento Grande, viria a ser o Mateus “Vermelho”, Cosme e Chico, os “melhores amigos” do menino Josué, viriam a ser eles mesmos...etc. No entanto, tais personagens, e a reconstrução das memórias de infância do autor abundantemente enxertadas no livro, dentro da narrativa do romance, obedecem a uma certa linearidade, a uma lógica, que pode lançar forte luz sobre toda a obra de Castro, mesmo a científica, explicando suas posições políticas frente a projetos e assuntos que envolvem questões como sertão nordestino, seca e situação fundiária.

Entretanto, ao contrário do que possa parecer à primeira vista, apesar de João Paulo ter muito de Josué de Castro, no entanto, não é Josué de Castro menino, não é a transposição total do autor em sua obra de romance. Em verdade, mais se adequa a ser uma espécie de “índice”, de um instrumento e de uma projeção de um futuro provável. Da mesma maneira, se o pai e a mãe de João Paulo têm muito do pai e mãe de Castro eles não são o pai e a mãe de Castro totalmente “transpostos” para as páginas do livro, são também índices, instrumentos e projeções de um futuro provável. Castro mistura suas próprias memórias aos personagens como meio de contar a história do homem sertanejo, do campo e do operário urbano excluído, transformados em “homens caranguejo”. Nisto reside um ponto interessante, senão central, de onde se pode apreender a lógica e a “mensagem” que perpassam todo o texto, ao qual voltarei mais à frente.

Com a separação dos pais, algo incomum para a época, Castro foi morar com a mãe, próximo aos mangues do Recife, passando, então, a dividir sua vida entre os dois. Morava e estudava com a mãe, que era professora, e ia passar as férias no sertão, na fazenda do pai. O pai era remediado, mas a mãe era pobre. Com algum sacrifício, o pai custeou os estudos do filho na Bahia e no Rio de Janeiro. Josué de Castro não era exatamente “pobre” como os moradores do mangue; no entanto sua proximidade para com eles lhe forneceu os quadros e as imagens utilizados na construção do romance, escrito como um índice da história do mangue, expondo sangue, nervos e cotidianos da memória histórica destes “lamaçais” e fazendo a projeção de um “futuro provável” destinado aos habitantes destas paragens, sombrio por sinal, caso nada fosse feito em relação às causas da exclusão, que são, dentre outras, baixos salários, precária educação, latifundiarismo e atraso no campo.

Na construção da história, Castro estará dialogando implicitamente com várias visões sobre o que é o mangue¹³ de sua época e reordenando as imagens e quadros de infância através de uma criação literária coerente.

Em meio ao reordenamento de lembranças e ao processo de construção literária, o autor parte de uma ideia, eminentemente original, que define aquilo do que se vai falar e dá o contorno daquilo que lhe interessa mostrar. No prefácio do livro, após traçar alguns processos de formação geológica, Castro formula seu “conceito de mangue”, ou melhor, da “sociedade dos mangues”, que se forma a partir das iniqüidades estruturais no campo em nosso país:

13 Duas visões, diante das quais Josué de Castro toma posição original, são as visões “culturalistas”, das quais Castro se distingue mostrando o “amargo” do “doce” dos mangues e da visão “higienista”, à qual Josué interpõe o lado “doce” e rico dos mangues, mostrando que não é com remoções e violência que se anula o problema da pobreza e da moradia precária.

[...] Desta sociedade que, economicamente também é anfíbia, pois que vegeta nas margens ou bordas de duas estruturas econômicas que a história até hoje não costurou num mesmo tecido: a estrutura agrária feudal e a estrutura capitalista. Estruturas que persistem no nordeste do Brasil, lado a lado, sem se fundirem, sem se integrarem até hoje no mesmo tipo de civilização.

A sociedade dos mangues é uma sociedade impressada entre estas duas estruturas esmagantes. É uma sociedade que, comprimida pelas duas outras, escorre como uma lama social na cuba dos alagados do Recife, misturando-se com o caldo grosso da lama dos mangues (CASTRO, 2001, p. 14).

É desta sociedade, a sociedade da exclusão, impressada e lamacenta que Castro pretende contar uma história viva. Através da narração de relatos, fictícios ou não, começa a delinear como ela foi formada, colocando as próprias pessoas para narrar as histórias delas mesmas e ele mesmo contando um pouco da história social do mangue:

Nesta noite insistiram com ele para contar como viera parar nos mangues, como viera habitar a Aldeia Teimosa [...] Começou tropeçando nas palavras, vencendo com esforço o emaranhado das ideias. Depois, foi tomando embalagem e a sua história corria como um rio, banhando de felicidade a alma de João Paulo.

- História de fome não é história que se conte - começou Zé Luís -, é só tristeza. Tristeza e vergonha. História feia. Mas, se vocês querem, eu conto assim mesmo. Conto a tristeza e a vergonha que a gente passou na seca de 1877 [...].

[...]

eram retirantes de outras secas, tangidos pelo vento de fogo do sertão, como um monturo humano. Eram emigrantes expulsos do outro latifúndio - o do açúcar -, este bem mais protegido pela lei, onde não podia haver invasões de terra. O que havia era o regime do arrocho, do trabalho esfalfante no eito da cana, sem tempo nem permissão para se plantar um só pé de milho ou de feijão para ajudar a matar a fome da família E, assim, o latifúndio do açúcar secretava sempre seus excessos de gente que o latifúndio da lama absorvia como um mata-borrão [...]. A metrópole pernambucana ia virando uma mocambópolis (CASTRO, 2001, p. 106).

Tal sociedade se formara, segundo seus próprios “cidadãos” o demonstram, das consequências de erros da agricultura, das vítimas dos salários de fome do operariado recifense e dos desempregados. Na formação dos mocambos, além dos retirantes da seca e do açúcar, Castro registra a existência de alguns poucos operários-como o “Mateus Vermelho” que, por seu apelido, devido à cor de seus cabelos, era constantemente confundido como comunista, tornando-se vítima de muitas perseguições por parte da polícia – e muitos desempregados e subempregados de toda a sorte. O mangue, não obstante a sua bela cultura de Maracatus, Reisados e Bumba-meu-Boi, era a própria imagem do descaso do governo e do sistema. Governo que, frequentemente, com sua sede de impostos e espaços, atrapalhava ainda mais a já atribulada vida dos mangues.

Da campanha do governador fazia parte não só a destruição dos mocambos colocados às portas da cidade ou ao lado de suas principais vias de acesso, mas, principalmente, a interdição de que se construíssem novos mocambos. Só se permitia a construção de casas de telha como aquelas que estavam construindo os institutos de previdência e onde iriam morar os operários amparados pela lei. Mas esquecia também o governador que os moradores dos mocambos não eram operários. Eram, em sua esmagadora maioria, desocupados que viviam de expedientes ou biscates, ou, em última instância, da pesca de caranguejo, por não encontrarem outro gênero de trabalho. É que só o mangue e o mocambo estavam à altura de suas posses. No mangue, o terreno não é de ninguém. É da maré. Quando ela enche, se avoluma e se estira, alaga a terra toda, mas quando ela baixa e se encolhe, deixa descobertos os calombos mais altos. Nestes calombos de terra levantam os retirantes os seus mocambos com as paredes de varas de mangue traçadas e de lama amassada [...]. O mangue é um camaradão. Fornece tudo: casa e comida, mocambo e caranguejo. Não era, pois, fácil para esta gente de economia tão restrita romper assim com o mangue só para cumprir as instruções do governo. O que era necessário era burlar estas instituições (CASTRO, 2001, p. 107).

Qualificando a sociedade dos mocambos, como e principalmente de que foi formada, Castro procurou mostrar como viviam e as agruras que sofriam. Procurava mostrar as privações por que passavam estas pessoas, que muitas vezes tinham que lutar “na marra” pelo simples direito de existir.

Para burlar instituições e lutar pelo direito de existir os habitantes dos mocambos usavam de criatividade e união, passavam a construir os mocambos fora das vistas da polícia, utilizavam-se de subterfúgios – tais como “festas iscas” barulhentas – para desviar a atenção dos fiscais e poderem construir seus mocambos à noite, alteravam a marcação e loteamento feitos pelos “grileiros” de terras do mangue amigos da situação, enfim utilizavam uma série de subterfúgios para poder sobreviver.

Tal espetáculo se desenrolava diante dos olhos abertos e do espírito indagador de João Paulo que, não compreendendo tanta miséria, se deleitava com as instruções, sabedoria e orientações de Cosme, um sertanejo que havia ficado paralítico devido às doenças que contraiu na Amazônia, para onde partiu mais jovem levado pelas promessas do surto da borracha e que, mutilado, voltara para ser vítima do desenvolvimento do latifundiarismo no sertão e que agora lutava pelo direito de, pelo menos, viver na lama. Esta proximidade com Cosme e a luta pela sobrevivência batiam fundo na alma de João Paulo e suas indagações existenciais iam num crescendo constante.

O desenrolar dos acontecimentos que envolvem João Paulo e o “crescer” de suas dúvidas quando o romance passa a caminhar para seu clímax, permite retornar à análise da mensagem e da lógica central do romance, em seu aspecto de índice e de projeção de um “futuro provável” para a gente do mangue. Com a figura de João Paulo se desprendendo mais nitidamente da figura do menino Josué de Castro ao final do romance – mostrando porque este autor não “era” João Paulo, ou o porque de Castro “não saber” dizer se não era João Paulo, não saber se João Paulo era a sua própria autobiografia –, mais clara se torna a visão do próprio autor sobre as consequências das práticas e das políticas que vinham sendo aplicadas pelo governo até então.

Na parte final do romance, após uma cheia dos rios que arrasou os mocambos e pôs a desnudo toda a vulnerabilidade das condições de vida daquela gente, fazendo grassar a fome e as doenças, tudo estava arrasado, tudo havia virado um mar de misérias:

A cheia foi a gota d'água que fez transbordar todo o fel da taça de amargura desta gente. E agora. Quando as águas baixavam, o amargor da vida se tinha espalhado por toda parte, contaminando tudo. Já não construíam suas casas como dantes, com música e cantoria. Mas num silêncio opressor de condenados à morte. Já não havia maracatus nem bumbas-meu-boi. Só havia tristeza e desolação. Apenas Joça, com o cérebro sempre ardendo na cachaça, conseguia manter-se bem humorado no meio da tristeza geral (CASTRO, 2001, p. 161).

Depois destes indizíveis dias, e de muitas perguntas sem resposta, a personagem João Paulo se ensimesmava, desiludida e decidida a achar de vez a resposta para suas indagações;

João Paulo já não era mais o mesmo. Estava mudado. Já não respirava o ar da vida com a mesma sofreguidão de outrora. Com a morte de seu amigo Cosme e a inesperada fuga da preta Idalina, levando com ela Oscarlindo, seu companheiro de jogo, a aldeia perdera para João Paulo suas grandes seduções. O mangue agora lhe parecia apenas um espesso e lodoso borrão de lama, sem nenhum interesse. Seus olhos já não vislumbravam na paisagem cores alegres. Só cores sombrias lhe falavam no coração (CASTRO, 2001, p. 177).

A partir deste momento, Josué de Castro contará o desembocar da estória desta gente, o final para o qual já havia chamado a atenção mais de 20 anos antes no conto do “Ciclo do Caranguejo”, final que esboça um cenário de um futuro provável, caso não se dê maior atenção às causas do mangue, em todos os sentidos. A personagem de João Paulo, após se juntar à luta armada organizada pelos habitantes do mangue contra a opressão das forças do governo, desaparece em meio à lama dos mangues, preso ao quase inexorável ciclo do caranguejo, onde tudo é e será caranguejo: “É por isso que os habitantes dos mangues, depois de terem um dia saltado para dentro da vida, nesta lama pegajosa dos mangues, dificilmente conseguiam sair do ciclo do caranguejo, a não ser saltando para a morte e, assim, afundando-se dentro da lama” (CASTRO, 2001, p. 11).

Com o capítulo “De como João Paulo, ouvindo a tempestade dos homens, virou caranguejo” encerra-se o romance e o mistério autobiográfico. João Paulo não era Josué, mas Josué poderia ter sido João Paulo, se houvesse tido menos sorte. Poderia ter ficado preso ao ciclo do caranguejo, promovendo sua continuidade. João Paulo, neste momento, torna-se índice da história do mangue, de seus habitantes e do ciclo do caranguejo, situação onde, na corda bamba, no limiar tênue entre a pobreza e a miséria, ao menor desequilíbrio ou à mínima lufada de vento inconveniente qualquer um pode precipitar-se, tornando-se presa da lama e, parodiando Zygmunt Bauman, uma “Vida Desperdiçada”.

Neste ponto é que se avalia a importância das memórias de infância e da escrita literária como “moldura” que envolve o panorama do mangue e suas mazelas pintadas por Josué de Castro, e que se desvenda a lógica das reconstruções literárias das memórias transformadas nas denúncias que se quis fazer, feitas por quem esteve perto desta realidade que não fora apreendida através da “Sorbonne”:

A primeira sociedade com que travei conhecimento foi a sociedade dos caranguejos. Depois, a dos homens habitantes dos mangues, irmãos de leite dos caranguejos. Só muito depois é que vim a conhecer a outra sociedade dos homens – a grande sociedade. E devo dizer com toda franqueza que, de tudo o que vi e aprendi na vida, observando estes vários tipos de sociedade, fui levado a reservar, até hoje, a maior parcela de minha ternura para a sociedade dos mangues – a sociedade dos caranguejos e a dos homens, seus irmãos de leite, ambos filhos da lama (CASTRO, 2001, p. 13).

[...]

Criei-me nos mangues lamacentos do Capibaribe cujas águas, fluindo diante de meus olhos, pareciam estar sempre a contar-me uma longa história. O romance de suas longas aventuras de suas águas descendo pelas diferentes regiões do nordeste: pelas terras cinzentas do sertão seco, onde nasceu meu pai e de onde emigrou na seca de 1877 com toda a família, e pelas terras verdes dos canaviais da zona da mata, onde nasceu minha mãe, filha de senhor de engenho. Esta era a história que me sussurrava o rio com a linguagem doce de suas águas passando assustadas pelo mar de cinza do sertão, caudalosa pelo mar verde dos canaviais infindáveis e remansosas pelo mar de lama dos mangues, até cair nos braços do mar de mar. Eu ficava horas e horas imóvel sentado no cais, ouvindo a história do rio, fitando as suas águas correrem como se fosse uma fita de cinema (CASTRO, 2001, p. 16).

Todas estas memórias, que como diz o próprio Josué de Castro, lhe “entraram mais pelos olhos que pelos ouvidos” são reconstruídas e romanceadas no sentido de se evidenciar a ligação e o apreço que o povo do sertão tem para com sua terra e a perversidade do latifundiarismo do sertão e da zona da mata, que expele seres humanos que vão desembocar nos mangues para viverem como dejetos. A história que o rio conta é a própria metáfora da “retirada” tão abominada na literatura que o próprio Castro conhecia e reverenciava, com suas águas vindo desde os sertões, passando pela zona da mata e chegando aos mangues do Recife.

O manguê também é a própria metáfora da perversidade da industrialização e urbanização sem planejamento que respeite o homem, como já enfatizava o autor em um outro conto: “O Ciclo do Caranguejo”:

Nesse tempo espalharam pelo interior um boato que o governo tinha criado um ministério para defender os interesses do trabalhador e que com os fiscais da lei, a vida na cidade estava uma beleza, trabalhador ganhando tanto que dava para comer até matar a fome. A família Silva ouviu esta história, acreditou piamente e resolveu descer para a cidade, para gozar das vantagens que o governo bom oferecia.

Logo na chegada a família viu que a coisa era outra. Não havia dúvida que a cidade era bonita, com tanto palácio e as ruas fervilhando de automóvel. Mas a vida do operário, apertada como sempre. Muita coisa p'ró olhos, pouca coisa p'rá barriga (CASTRO, 1959, p. 25).

A reconstrução literária de Castro tem, portanto, sua lógica, linearidade e intencionalidade, procurando legitimar seu conhecimento como algo “concreto”, “vivo”, e não um conhecimento “abstrato”, distante, de salas de aula de universidades renomadas¹⁴, que ele no entanto frequentou. Tem o traço marcante da valorização do povo sertanejo e de denúncia das iniquidades sofridas pelo povo brasileiro em geral.

Assim como Euclides da Cunha e os romancistas nordestinos, Castro utilizou-se da arte para pintar os quadros lúgubres da fome, para torná-los vivos e se posicionar diante deles.

Analisando sua principal obra, suas lembranças de infância e a lógica de reconstrução literária e alocação de memórias de seu romance, pode-se entender a ferrenha defesa que empreendeu em outras ocasiões em prol de uma reforma agrária que fixasse o homem à terra, com renhida oposição às retiradas de população e de políticas industrializantes que não atentassem para a qualificação e absorção da mão-de-obra

Seu uso da escrita literária procura servir como denúncia e apelo que busca desmascarar as lâminas que sangravam a gente do Sertão, da Zona da mata e de toda a nação, que precipitavam os mais desvalidos na lama da miséria. É ao mesmo tempo um alerta e uma tentativa de resgate de um povo, uma nação de muitas potencialidades.

Com estas denúncias e estes apelos, Josué de Castro se embrenhou num dos mais ricos debates teórico-políticos brasileiros até nossos dias, o debate sobre o desenvolvimento de fins dos anos 50 e 60. A derrota de seu projeto voltado à reforma agrária e a efetiva aplicação do que ele justamente combatia

14 “Meu interesse pela fome não vem do que aprendo nos livros [...]” (apud SILVA, 2000, p. 90).

com o advento dos anos do regime militar teve profundas consequências sobre a transformação daquele Nordeste no Nordeste de nossos dias, que ainda padece de problemas em suas estruturas agrária e industrial.

Pode-se perceber, portanto o grande peso da literatura em sua trajetória intelectual e política e como a utilizava como meio de melhor comunicar as consequências das iniquidades e erros governamentais. Iniquidades e erros estes que o exilaram e o amarguraram, até sua morte precoce em setembro de 1973, fora do seu país, em Paris.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Américo de. **A bagaceira**. 13. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

_____. **A Paraíba e seus problemas**. Rio de Janeiro: A União, 1974.

CARDOSO, Tayguara Torres. **O novo nordeste**: Celso Furtado, Josué de Castro e o debate sobre desenvolvimento e sertão nordestino em fins dos anos 50. Dissertação (Mestrado) – UERJ, Rio de Janeiro, 2007.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço. 10. ed. Rio de Janeiro: Antares, 1987.

_____. **Documentário do Nordeste**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1959.

_____. **Homens e caranguejos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. 13. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1936.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

QUEIROZ, Rachel de. **O quinze**. Ilustrações de Poty. 39. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1987.

SILVA, Tânia Elias Magno da: Imagens da fome e o itinerário intelectual de Josué de Castro. **Cronos**, Natal, v.1, n.2, p.73-92, jul./dez. 2000.

TEÓFILO, Rodolfo. **A fome**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

_____. **História da Secca do Ceará**: 1877 – 1880. Fortaleza: Typographia do Libertador, 1883.





Artigo

As contribuições de Caio Prado Júnior para a história ambiental no Brasil

Francisco das Chagas Silva Souza – CEFET/RN

*O bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde
fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça.*

Marc Bloch

RESUMO

Caio Prado Júnior (1907-1990), um dos maiores intelectuais do século XX, foi um dos responsáveis pela renovação da historiografia e das ciências humanas no Brasil na década de 1930. Estudou o Brasil de forma abrangente e ampliou as discussões até então consideradas consolidadas. Dada a importância que esse autor dedicou ao meio ambiente, em algumas de suas obras, este trabalho pretende investigar a maneira pela qual seus escritos contribuíram para a chamada História Ambiental, uma “nova” história ou campo de estudo historiográfico que tomou impulso na década de 1970, em decorrência do fortalecimento do movimento ambientalista.

Palavras-chave: Caio Prado Júnior. Meio Ambiente. História Ambiental.

RESUMÉ

Caio Prado Júnior (1907-1990), est parmi les plus grands intellectuels du vingtième siècle, étant un des responsables par le renouvellement de l'historiographie et des sciences humaines au Brésil dans les années trente. Il a étudié le Brésil avec ampleur, élargissant les débats sur des sujets considérés déjà consolidés à l'époque. Vue l'importance déployée par cet auteur, dans certaines de ses oeuvres, à la question de l'environnement. Nous proposons, dans cet étude, à faire une recherche sur comme ses écrits ont contribué au développement, de l'ainsi appelé, Histoire Environnementale. Celle-ci étant une “nouvelle” Histoire ou domaine d'étude historiographique, qui a pris de l'essor aux années soixante-dix, comme résultat du renfort du mouvement environnementaliste.

Mots-clés: Caio Prado Júnior. Environnement. Histoire Environnementale.

INTRODUÇÃO

As últimas décadas do século XX foram marcadas por grandes debates sobre as relações entre as sociedades humanas e a natureza. Assim, fenômenos como as poluições do ar, água e solos, efeito estufa, alterações climáticas, desflorestamento, dentre outros, tornaram-se temas presentes em debates dentro e fora da academia. Além disso, propostas de gestão do meio ambiente e de educação ambiental passaram a figurar como ponto de pauta das políticas sociais e governamentais, programas de partidos políticos e de ONGs. Popularizou-se o termo *desenvolvimento sustentável*, o qual, dada a abrangência do seu conceito, passou a ser usado em todos os discursos, independente da filiação partidária ou das ideologias.

Em face dessas mudanças, o tema meio ambiente não se restringe mais às ciências da natureza. Ao contrário, percebemos nos dias atuais uma “ecologização” das ciências humanas uma vez que estas também têm procurado se adequar à nova realidade, na medida em que procuram analisar as relações humanas dentro de determinados espaços e tempos.

Dessa maneira, em se tratando do campo historiográfico, vemos a consolidação da chamada *História Ambiental*, principalmente a partir dos anos 70 do século XX, embora devamos lembrar, por uma questão de justiça, que intelectuais renomados como Fernand Braudel e Emmanouel Le Roy Ladurie consideraram a variável ambiental nas suas obras desde a primeira metade do século passado e, no Brasil, estudiosos como Capistrano de Abreu, Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda, dentre outros, preocuparam-se em salientar a importância que a natureza brasileira teve na economia colonial.

Este artigo tem como objetivo discutir a contribuição que as análises de Caio Prado Júnior deram para a História Ambiental no Brasil. Elegemos como texto básico para a nossa discussão, o clássico *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*, publicado em 1942. Apesar de esse autor ter publicado várias outras obras que também se tornaram clássicas, consideramos esta como de maior peso para o objeto do nosso trabalho.

É válido destacar que não nos preocupamos em discorrer sobre todas as situações em que Prado Jr. faz alusão à variável ambiental em sua obra, o que tornaria o nosso trabalho extenso e exaustivo. Priorizamos, assim, as considerações que ele fez quanto à relevância dos fatores naturais para o estabelecimento da colonização de exploração, para o povoamento e para a expansão e crise de atividades econômicas de destaque nesse período de nossa história.

CAIO PRADO JÚNIOR: PERFIL BIOGRÁFICO E PRODUÇÃO INTELECTUAL

Caio Prado Júnior (1907-1990) pertenceu a uma das mais ricas e influentes famílias de São Paulo, os Silva Prado, cujo destaque vinha não apenas da fortuna que fez com as exportações de café, mas também com a participação na política paulista e no mundo intelectual. Dentre os seus ancestrais, destacam-se não apenas comerciantes, fazendeiros, barões do café, empresários e políticos, mais ainda dois importantes historiadores: Eduardo e Paulo Prado.

Como era comum entre os membros da elite, Caio Prado teve uma educação esmerada: estudou em alguns dos melhores colégios de São Paulo e, através da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, tornou-se bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais aos 21 anos. Exerceu a advocacia por pouco tempo: seu fascínio pela política levou-o para outros caminhos. Em 1926, foi um dos fundadores do Partido Democrático (PD), agremiação política que mais tarde iria apoiar a Aliança Liberal e a Revolução de 1930, da qual o jovem Caio foi um militante ativo.

A inconsistência política e ideológica do governo Vargas, logo após a Revolução, levou-o a filiar-se ao Partido Comunista do Brasil, em 1931, onde permaneceria por quase toda a sua vida. A adesão ao socialismo marcou a sua vida intelectual: em 1933, publicou *A evolução política do Brasil*, em cujo trabalho buscou traçar uma síntese do nosso percurso político. Essa obra é considerada a primeira tentativa real de usar o materialismo histórico – visto por Caio Prado como “um método relativamente recente” – na interpretação da experiência brasileira (RICUPERO, 2007, p. 133).

No período em que passou como estudante na Universidade de São Paulo, aproximou-se de professores da missão francesa que deram início à universidade. Os contatos com o historiador *Fernand Braudel*, o antropólogo *Claude Lévi-Strauss* e o geógrafo *Pierre Deffontaines*, por exemplo, renderam-lhe descobertas intelectuais e influências em suas obras. Viu-se seduzido pela geografia e a sua utilidade através das diversas viagens que fez pelo Brasil, o que ficou patente nas suas obras.

Na França, em 1937, onde se exilou dois anos após ter sido preso por participar da Intentona Comunista, iniciou a escrita de *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*, uma das suas mais importantes obras, publicada em 1942, quando já estava no Brasil. Este livro, ao lado de *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, é considerado uma obra chave para todos aqueles que se interessem e queiram refletir sobre o Brasil. Três anos depois, em 1945, publicou sua terceira obra de peso: *História econômica do Brasil*, um texto interpretativo da formação econômica nacional, desde o período colonial até os anos 30 do século XX. Trata-se de um relato simples e didático e, em grande parte, um reaproveitamento de *Formação do Brasil Contemporâneo*.

Em 1947, elegeu-se deputado federal pelo PCB por São Paulo, porém, no ano seguinte, perdeu o mandato quando o partido foi posto na ilegalidade. Na década de 50, com o objetivo de tornar-se professor na USP, escreveu a tese *Diretrizes para uma política econômica brasileira*, estudo que, mais tarde, congregou um grupo de amigos comunistas insatisfeitos com a política e a interpretação do Brasil feita pelo PCB. Com esse grupo criou, em 1955, a *Revista Brasiliense*, um veículo onde eram publicadas análises mais aprofundadas sobre o nosso passado, nas quais eram questionadas a aliança comunista com o populismo e a tese de que houve feudalismo no Brasil. Com o golpe militar de 1964, a revista foi fechada (RICUPERO, 2007). Em 1966, em plena ditadura militar, Caio Prado publicou mais uma obra de grande relevo: *A revolução brasileira*, na qual retomava as discussões presentes na *Revista Brasiliense*. O livro lhe rendeu o prêmio Juca Pato, mas também foi motivo para levá-lo à prisão.

Se fizermos uma análise da trajetória de vida e obra de Caio Prado Jr., veremos que em alguns aspectos ele foi exemplo de maturidade política e intelectual. Sua vida e produção acadêmica foram marcadas por rupturas não só de classe e de ideologia, mas ainda quanto ao teor das interpretações do Brasil realizadas até o final da década de 1920. A amplitude e a importância de tais rupturas são salientadas por biógrafos e autores que analisaram as suas obras. Para Reis (2007), por exemplo, “Caio Prado saiu da alta tradição, do passado colonial, para a revolução socialista, para o futuro: eis a dimensão do seu salto, que até sugere a impressão de um ‘suicídio simbólico’, tamanha a altura e a distância de mudança de posição” (p. 174).

Nas suas viagens pelo Brasil, procurou conhecer de perto as relações de trabalho e de produção em cada recanto do país. Surpreso com o que viu, afirmou: “Eu era na realidade um burguês rico, de educação e visão europeia, acostumado ao conforto material. Ignorava até então a nossa realidade”. Costumava dizer que naquele instante foi despertado para os problemas brasileiros, buscando responder aos porquês deles e apontando possíveis soluções. A partir de então, começou o seu engajamento e o seu estudo sistemático do Brasil. Passou a trabalhar com o presente e o passado, em vista do futuro, perseguindo para sempre tais atividades (CASTELANI; BELATTO, 2008).

Conforme Diehl (2004, p. 352), Caio Prado foi o primeiro autor a trazer para a historiografia a interpretação dialética da história, cuja originalidade muito contribuiu para o pensamento social brasileiro. De acordo com esse autor, a produção do conhecimento histórico realizada por Prado Jr. introduz, via materialismo histórico, as classes sociais no conjunto das explicações do passado, o que o distinguiu de autores como Gilberto Freyre e Varnhagen.

Diehl assegura que a contribuição de Prado Jr:

[...] está não em abandonar a questão da raça, da problemática tradicional e conservadora, mas em arranjá-la numa outra perspectiva teórico-metodológica; sua indagação vai ao encontro do *sentido da colonização*, procurando na história as ligações a serem apreendidas para redefinir o curso do presente. Há, portanto, em Caio Prado Jr., não apenas um distanciamento da historiografia novecentista, por um lado; por outro, sua contribuição também é uma ruptura dentro da própria interpretação marxista ortodoxa, esquemático-mecânica da realidade brasileira, especialmente na cristalização e codificação doutrinária do *marxismo-leninismo*, do estilo stalinista, que impunha pesados sacrifícios à dialética original (DIEHL, 2004, p. 353, grifos do autor).

Segundo ainda o autor em tela, a obra pradiana nos revela como o presente se articula com o passado, pois Prado Jr. parte de uma problemática do presente para a reconstituição do passado. Sua tese central seria fazer historicamente a genealogia das raízes do Brasil contemporâneo e os desafios da revolução brasileira. Dessa forma, em seu conjunto, destaca quatro pontos centrais nos estudos de Prado Jr., apresentados resumidamente a seguir:

- 1 – *O sentido da colonização*: tema mais constante na historiografia do autor, para ele, o sentido histórico da colonização é resultante de um apêndice do capital comercial europeu a partir do século XVI. Trataremos dessa questão mais adiante.
- 2 – *O peso do regime de trabalho escravo na constituição da sociedade brasileira*: a escravidão, até o século XIX, determinou a organização do trabalho e da vida, a economia, a política e a cultura. Criou também valores, ideias, padrões, doutrinas, modos de ser, agir e pensar.
- 3 – *A peculiaridade do desenvolvimento desigual e combinado*: o passado não parece ser múltiplo, diversificado, mas presente. A nossa história é, em muitos casos, uma atualidade, o que é percebida através de heranças do escravismo; das comunidades indígenas, afro-brasileiras e camponesas.
- 4 – *A ideia de revolução*: em oposição às interpretações da Terceira Internacional e do PCB, Prado Jr. negou a presença de um feudalismo no Brasil, ressaltando que o nosso país não necessita de uma revolução agrária e antifeudal para se tornar moderno e capitalista. Tal postura gerou intensos debates dentro e fora do marxismo brasileiro.

Apesar das críticas que lhes foram feitas¹, as relevantes contribuições de Caio Prado Jr. deram para que se construísse um outro olhar sobre o Brasil, tornando-o um modelo e um ídolo para muitos intelectuais brasileiros: em alguns trabalhos, os autores enfatizam as semelhanças com as suas ideias; noutros, claramente maniqueístas, consideram-no *do bem*, ao lado de Sérgio Buarque de Holanda, opondo-se ao *mal*, representado por Gilberto Freyre (REIS, 2007).

HISTÓRIA E QUESTÃO AMBIENTAL

A questão ambiental é historicamente nova. Ela se caracteriza como a contradição que se estabeleceu entre o modelo de desenvolvimento capitalista, gerado a partir do século XVIII, e a capacidade de sustentação da natureza. Assim, apresenta-se como um posicionamento crítico diante da modernidade e de um processo civilizatório caótico, podendo ser resumida como a contradição entre o homem e a biosfera.

Dessa maneira, a consciência crescente dos efeitos produzidos pela ação humana sobre a natureza tem sido objeto de estudo dos mais variados campos da ciência. Tal postura intensifica-se a partir da década de 60 do século passado, quando são publicados alguns trabalhos revelando os prejuízos causados ao meio ambiente pelos avanços da economia e da tecnologia. Em face disso e ainda por demonstrar que a produção do conhecimento histórico se dá em sintonia com seu próprio tempo, os historiadores, principalmente a partir de 1970, têm dirigido suas indagações de forma sistemática em direção à natureza, a ponto de criarem um novo “ramo” de estudos: a “História Ambiental”.

A difusão do termo “História Ambiental” deu-se através de historiadores norte-americanos reunidos, em 1977, em torno da fundação da Sociedade Americana de História Ambiental (*American Society for Environmental History*). Nas décadas seguintes, esse “campo” ou “abordagem” (ainda não há consenso entre os estudiosos) vem ganhando terreno, ampliando o número dos seus praticantes e alcançando mais países fora da América do Norte. A criação da *European Society for Environmental History*, em 1999,

1 De acordo com Reis (2007, p. 177), historiadores como C. F. Cardoso e C. N. Coutinho criticaram os limites do marxismo nas obras de Caio Prado. Já N. W. Sodré ironizou a sua defesa quanto à presença do capitalismo no nosso passado colonial. Outros estudiosos criticam o economicismo presente nas suas obras e o fato de suas análises estarem pautadas em fontes secundárias.

e da *Sociedad Latino-americana e Caribenha de História Ambiental* (SOLCHA), em 2004, evidenciam esse fato (DUARTE, 2005).

Para o historiador norte-americano Donald Worster, da Universidade do Kansas – um dos maiores expoentes da história ambiental –, essa “nova história”:

[...] rejeita a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie distinta e ‘super-natural’, de que as consequências ecológicas dos seus feitos passados podem ser ignoradas. A velha história não poderia negar que vivemos neste planeta há muito tempo, por desconsiderar quase sempre esse fato, portou-se como se não tivéssemos sido e não fôssemos realmente parte do planeta. Os historiadores ambientais, por outro lado, perceberam que não podemos mais nos dar o luxo de sermos tão inocentes (WORSTER, 1991, p. 199).

Dessa forma, para Worster (1991), a história ambiental nasce de um objetivo moral, tendo também fortes compromissos políticos. Ela tem por finalidade “[...] aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados” (p.199). Em síntese: para o autor, a história ambiental trata do papel e do lugar da natureza na vida humana.

Uma revisão na literatura nos permite inferir que o cerne da história ambiental seria o estudo das representações que o homem elaborou da sua condição, do meio ambiente na sua totalidade e da legitimação que essas ideias ofereciam às suas práticas. Ela resulta de um projeto “reformista” de alguns historiadores que pretendem combinar a história natural com a história social, ou seja, colocar a sociedade na natureza, o que implica em “atribuir aos componentes naturais ‘objetivos’ a capacidade de condicionar significativamente a sociedade e a cultura humanas” (DRUMMOND, 1991, p. 180).

É importante lembrar que a presença dos fatores naturais na produção historiográfica não deve ser concebida como uma volta ao *determinismo* natural, princípio defendido no século XIX por muitos estudiosos, pois, se, por um lado, é certo que a cultura humana age sobre o meio físico-material, propiciando significados e usos complexos dos seus elementos, por outro, não podemos negligenciar a capacidade que os componentes naturais têm de influir de forma expressiva sobre os rumos da história de uma sociedade.

Malgrado o fato de que a variável ambiental na historiografia não seja algo inédito, não é errôneo afirmarmos que a maior parte das pesquisas nessa área das ciências ainda deixa a desejar nesse aspecto.

Em suas análises, muitos pesquisadores comportam-se como se a humanidade fosse imune aos fatores da natureza. Uma prova disso é que um maior envolvimento das disciplinas sociais com essa temática só se tornou evidente a partir das denúncias de impactos ambientais feitas pelos cientistas naturais e da consequente expansão do movimento ambientalista na década de 70 do século XX.

Ao analisar esse aspecto na historiografia brasileira, Martins (2007, p. 18) comenta: “É como se o cenário da história necessitasse apenas do tempo, da cronologia”. A seguir, ironiza:

[...] pode-se perfeitamente imaginar que, ao ler um livro de História do Brasil, um marciano ou selenita localize a sociedade brasileira em qualquer porção da faixa tropical do planeta Terra – na Indonésia, no litoral sul da Índia, na costa ocidental da África. Este leitor extraterrestre obterá pouquíssimas informações sobre as paisagens brasileiras, as plantas e os animais que aqui vivem ou viveram, os recursos naturais, as interações das populações com o meio ambiente etc. (MARTINS, 2007, p. 18).

No Brasil, apesar de julgarmos procedentes as críticas feitas por Martins, não podemos esquecer os estudos clássicos gerados por *João Capistrano de Abreu*, *Sérgio Buarque de Holanda*, *Caio Prado Júnior* e *Gilberto Freyre*. Ademais, é válido salientar que estudiosos europeus e brasileiros, já nos séculos XVIII e XIX, por influência do Iluminismo, produziram obras em que as críticas ambientais ocupavam lugar de destaque².

Nos últimos anos têm sido profícuas as publicações no campo da História Ambiental, bem como a divulgação de pesquisas em encontros científicos. De acordo com Drummond (1991), os trabalhos nessa temática geralmente têm as seguintes características metodológicas e analíticas:

1 – Focalizam uma região com alguma homogeneidade ou identidade natural: um território árido, o vale de um rio, uma ilha, um trecho de terras florestadas, um litoral, a área de ocorrência natural de uma árvore de alto valor comercial e assim por diante.

2 Nesse aspecto, sugerimos a leitura das obras *A ferro e fogo*, do brasilianista Warren Dean; e *Um sopro de destruição*, de José Augusto Pádua.

- 2 – Dialogam com quase todas as ciências naturais – inclusive as aplicadas – pertinentes ao entendimento dos quadros físicos e ecológicos das regiões estudadas.
- 3 – Explora as interações entre o quadro de recursos naturais úteis e inúteis e os diferentes estilos civilizatórios das sociedades humanas.
- 4 – Utiliza grande variedade de fontes pertinentes ao estudo das relações entre as sociedades e o seu ambiente.

A PRESENÇA DA NATUREZA NOS ESTUDOS DE CAIO PRADO JÚNIOR

As incursões de Caio Prado Júnior no campo da historiografia seguiram na contracorrente de muitos dos seus contemporâneos: contrariando a predominância positivista, esse autor não teve a excessiva preocupação com datas, dinastias e batalhas. O que lhe interessava era a vida diária, a produção, o movimento dos negócios, as técnicas de plantio, os costumes, o mecanismo de transmissão da propriedade, etc. Dado a esse aspecto, podemos afirmar que a sua obra abrange os variados campos das chamadas Humanidades.

Assim, ao nos enveredarmos numa busca pela variável ambiental nas obras *Formação do Brasil contemporâneo*, vamos perceber, logo de início, o quanto a Geografia foi utilizada por Prado Jr. como instrumento de trabalho para o conhecimento do país e para a compreensão da nossa história. Para Correa (2006, p. 66), Prado Jr. aprimorou, nessa obra, os estudos do historiador cearense Capistrano de Abreu, em cujo modelo o espaço geográfico foi claramente inserido no relato historiográfico.

Entretanto, para efeito de um estudo mais acurado sobre a presença do meio ambiente nessa obra, consideramos necessário salientar a tese principal do autor, haja vista que é na sua argumentação que o espaço natural brasileiro é trazido para o debate. É, portanto, ancorado numa concepção sobre a formação histórica brasileira, que irá apresentar os impactos que o sistema colonial causou à natureza, mas sem negligenciar ou obscurecer os entraves que o meio natural impôs à empresa colonial.

Em *Formação do Brasil contemporâneo*, Prado Jr. afirma que, para se compreender a história brasileira, é preciso localizar o sentido que revela a nossa formação colonial. A parte mais importante do livro é, que delinea a sua matriz historiográfica, encontra-se no capítulo “Sentido da colonização”, no qual define o caráter agroexportador da colônia, identificando-a como um organismo social orientado à produção para o mercado europeu. Esse direcionamento foi responsável pelo ordenamento da sociedade colonial brasileira e pela permanência de seus duradouros efeitos na sociedade contempo-

rânea. Por causa disso, teríamos uma independência política, mas com uma dependência econômica (BAPTISTA JR., p. 37).

Com a preocupação em apresentar as permanências do traço colonial no Brasil da sua época (1942), escreveu em *Formação ...*

Os depoimentos dos viajantes estrangeiros que nos visitaram em princípios do século XIX são frequentemente de flagrante atualidade. [...] Quem percorre o Brasil de hoje fica muitas vezes surpreendido com aspectos que se imagina existirem em nossos dias apenas em livros de história; e se atentar um pouco para eles, verá que não são apenas reminiscências anacrônicas (PRADO JÚNIOR, 2004a, p. 11).

Em seguida apresenta, como um exemplo dessas permanências, o atraso tecnológico causador de sérios danos de ordem ambiental: os processos rudimentares empregados na agricultura do país à sua época, “a fonte de boa parte dos males que afligiam a colônia e que ainda hoje afligem o Brasil nação de 1942”.

Apesar das críticas feitas ao seu “economicismo”, por se preocupar em analisar a colonização na América como decorrente do avanço do capitalismo, Prado Jr. salienta na obra em análise as vantagens, mas também os limites e desafios impostos pelas condições naturais dos territórios a serem povoados e explorados pelo processo colonizador. Por acreditar nisso, trata com desenvoltura de fatores ambientais como flora, fauna, topografia, solos, rios, etc. Discute com acuidade os meios de transporte, a disponibilidade de alimentos, os usos e as potencialidades que as terras e as águas brasileiras ofereciam aos nativos, escravos africanos e colonos europeus.

Partindo do pressuposto que o sistema colonizador é moldado de acordo com o que o território oferece como condições naturais, Prado Jr. distingue a colonização da América em duas áreas e tipos: nas regiões de clima *temperado*, no norte da América, a colonização foi realizada por camponeses e perseguidos religiosos europeus. Seu objetivo era constituir “um novo mundo” numa área de características semelhantes às da Europa. Essa colonização, conhecida como de Povoamento, teria sido completamente diferente daquela que se desenvolveu nos trópicos “brutos e indevassados” e de “natureza hostil e amesquinhadora do Homem”. As condições naturais dos trópicos repeliam o colono europeu haja vista que o meio era diferente e desconhecido. Para se instalarem nessas áreas, teriam que serem atraídos por grandes vantagens econômicas e sociais: tornar-se-iam empresários de um negócio rendoso – a lavoura açucareira, no caso brasileiro – que seria desenvolvido em grandes extensões de terras doadas pela

Coroa. Nas regiões impróprias para a monocultura do açúcar, como na Amazônia, por exemplo, a extração de produtos exóticos e não existentes na Europa passaram a ser fontes de lucros e de atração.

Dado o volume de informações em *Formação...* sobre a vida econômica, social, política e cultural brasileira durante os três séculos de colonização, dividiremos o texto a seguir em duas partes: na primeira, respeitando a ordem estabelecida pelo autor, apresentaremos como ele percebeu a natureza como elemento essencial para o estabelecimento populacional inicialmente no litoral; em seguida, abordaremos como Prado Jr. enfatizou, a importância do meio ambiente para a organização da exploração colonial bem como os efeitos que esta trouxe para os recursos naturais.

No início da obra, Prado Jr. salienta a irregularidade da distribuição populacional pelo território colonial, fato que considerava ainda presente na sua época. Depois de identificar os fatores para a dispersão do povoamento pelo litoral brasileiro, o autor, com base em documentos escritos pelos cronistas e viajantes, conclui que o povoamento costeiro se distribuiu irregularmente, e para isso, “os fatores naturais que construíram a costa brasileira intervêm aí claramente”

Em conjunto, nosso litoral se apresenta pouco favorável ao estabelecimento do Homem; desenvolve-se numa linha regular e uniforme, quase sem sinuosidades ou endentações. Os abrigos, mesmos para pequenas embarcações, são escassos; além disso, a orla marítima é bordada, em regra, quando não por territórios alagadiços [...], por grandes depósitos arenosos que obstruem as brechas abertas para o interior das terras: a barra dos rios ou as lagunas. Os raros pontos favoráveis foram por isso avidamente aproveitados, e neles se condensou a população. O mais interessante desses pontos, pela extensão que abrange o curioso fenômeno natural que o avantajaja, é toda aquela extremidade Nordeste do país que se alonga do cabo Calcanhar (Rio Grande do Norte) até a altura de Maceió (PRADO JÚNIOR, 2004a, p. 40).

Nessas áreas, favoráveis à navegação costeira e com rios permitindo um fácil acesso ao interior, “quis a Natureza crescer um território litorâneo avantajado – solo fértil, relevo propício, abundância de matas fornecedoras de combustível e de bom material de construção. [...] Tornou-se também por isso um dos de mais elevada concentração demográfica” (p. 41).

Ao lado dos três maiores núcleos de povoamento – Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco – surgiram outros “sem horizontes, de expressão econômica e demográfica quase nula.” Para o autor, “todos eles, maiores, médios, pequenos, ligam-se a condições particulares e locais da linha costeira [...]” daí se

pode concluir que “os trabalhos humanos nada tinham realizado ainda para suprir o que a Natureza negava: *condições naturais favoráveis. Onde elas faltam, onde tudo não é posto à disposição dele, o Homem está ausente*” (2004a, p. 43, grifo nosso).

Seguindo o litoral, “quase sempre ingrato”, vamos chegar ao norte. Ali encontra-se o Amapá praticamente despovoado durante todo o período colonial, uma vez que era uma região “formada no seu litoral por terras baixas e alagadiças onde a vegetação costeira é muito difícil pela falta de abrigos, e a penetração interior quase impossível.” Ao sul desse “trecho inóspito”, abre-se o imenso delta do Amazonas, cujo povoamento foi facilitado “mercê desta admirável rede hidrográfica de comunicações que oferecem o grande rio e seus tributários” (PRADO JR., 2004a, p. 43).

E assim, percebendo as condições desfavoráveis ou não ao povoamento colonizador, o autor segue as suas análises destacando a forma como se deu a penetração da colonização do interior em face, principalmente, da mineração e da pecuária. A primeira, ocorrida de forma “brusca e violenta”, gerou núcleos populacionais em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Prado Jr. assinala a importância da hidrografia, do relevo e da formação geológica dessas regiões para a instalação da população.

Com relação à pecuária – responsável pela ocupação de grande parte do território brasileiro – Prado Jr. ressalta as condições naturais responsáveis pelo estabelecimento dos currais de gado do Nordeste, em Minas Gerais e no Extremo-Sul. Nesse aspecto é válido destacar a riqueza de detalhes quanto ao meio natural do semi-árido nordestino e as limitações impostas por este para uma regularidade no estabelecimento populacional:

[o relevo] se constitui de largos chapadões de terreno mais ou menos unido e plano; e a vegetação, [...], é formada de uma associação florística que, sem ser rasteira, é bastante rala para oferecer passagem natural franca, dispensando para a instalação do Homem quaisquer trabalhos preliminares de desbravamento ou preparo do terreno. A agricultura era aí impossível: faltava água; mas o gado encontraria horizontes largos, podendo difundir-se à lei da Natureza [...]. A forragem que oferece a caatinga não é com certeza succulenta; concede no entanto um mínimo de subsistência para rebanhos pouco exigentes, de grande resistência [...]. A aspereza do clima também não era favorável ao progresso dos rebanhos; verdadeiras hecatombes são produzidas pelas secas prolongadas. Há, no entanto, a este respeito, zonas privilegiadas, como as margens do rio São Francisco, do Parnaíba e dos seus afluentes, e outros rios de águas perenes, exceções raras nesta vasta região e que garantem pelo

menos aquele elemento indispensável às populações locais e fazendas ribeirinhas (PRADO JR., 2004a, p. 61-62).

A natureza salina permitiu o surgimento dos chamados “lambedouros”, onde o gado encontrava o sal de que precisava. A exploração e a comercialização desse mineral também contribuiu para a fixação populacional nos sertões nordestinos. Porém, nada tão importante quanto a água “tão preciosa neste sertão semi-árido”. Afora o povoamento às margens dos grandes rios, como o São Francisco, os do Piauí e do alto Maranhão, as cacimbas e os poços d’água reuniam todo o resto do povoamento. “Assim, onde o lençol subterrâneo é mais permanente e resistente às secas, bem como acessível aos processos rudimentares de que dispõe a primitiva e miserável população sertaneja, o povoamento se adensa. ‘Olho d’água’ é uma designação que aparece frequentemente na toponímia do sertão” (2004a, p. 64).

Corrêa (2006) apresenta algumas críticas aos estudos do historiador paulista. Para ela, como o fez Capistrano de Abreu na obra *Caminhos Antigos*, publicada em 1924, Prado Jr. em *Formação ...*, ao descrever o povoamento do Brasil do século XVI ao XIX, priorizou nas suas análises apenas a recuperação das vilas, fazendas, produção e estradas. Os territórios indígenas, seus sítios, suas roças e caminhos, as aldeias vizinhas às vilas coloniais foram desprezadas nessas análises. O sertão, que fica além do povoamento português, é visto como um espaço natural, uma natureza virgem marcada por uma mata escura, fechada, tropical, pela caatinga, pela zona árida, mas também pelo espaço aberto de difícil trânsito, pelos campos com vegetação rasteira e por rios encachoeirados. “Não conseguimos imaginar as sociedades indígenas vivendo, produzindo, comunicando-se, movimentando-se nesse espaço”, comenta Corrêa (2006, p. 67).

Em outras palavras, para esta historiadora, Caio Prado ao traçar o povoamento português no território americano desconsiderou as transformações processadas naquela paisagem.

O historiador paulista considerava os índios totalmente incapazes de adequarem o meio natural à sua cultura e à sua vida material. Segundo ele, a mata era o esconderijo dos índios que fugiam do avanço português. Partia do pressuposto segundo o qual os índios pouco interferiam no meio natural, uma vez que os portugueses, ao chegarem, encontraram um ambiente semiselvagem. O grande empecilho aos intentos coloniais foram os acidentes geográficos. [...] procurou na geografia os dados sobre a costa brasileira e os projetos para os séculos XVI, XVII, XVIII e XIX (CORRÊA, 2006, p. 68).

Ainda para Corrêa, as análises pradianas provocam no leitor a sensação de que a vida, a história e o movimento transformador procediam dos estabelecimentos europeus. O que restava do território que viria a ser o Brasil, ocupado por sociedades tribais, estava isolado numa distância a-histórica e natural. O texto transmite, portanto, a falsa ideia de que aqui havia um vazio humano/cultural. Além disso, a autora em tela destaca que tanto Caio Prado quanto Capistrano de Abreu utilizaram predominantemente fontes do século XIX, quando há haviam se passado três séculos de ocupação portuguesa.

Contudo, as críticas feitas a Caio Prado Jr. não apagam o esmero com que ele detalhou os fatores naturais e a importância destes para o povoamento brasileiro em algumas áreas ou a inacessibilidade de outras. Mesmo que reconheçamos a procedência das críticas de Corrêa e de outros intelectuais, não podemos deixar de reconhecer que as abordagens do autor de *Formação...* são de grande valia não apenas para compreendermos o nosso passado, mas também para avaliarmos as interações que os nossos antepassados tiveram com o seu entorno ao longo da história.

Prado Jr. também foi enfático em sublinhar como traço permanente na nossa história econômica, o caráter *predatório e perdulário* do aproveitamento das riquezas das terras brasileiras, aspectos esses brilhantemente analisados nas obras de historiadores como Pádua (2004) e Dean (2004). Nos seus escritos, Prado Jr. examina as relações dos portugueses com os nativos, a terra, a fauna, a flora e a água, além de produzir um diagnóstico de destruição ambiental nada favorável aos senhores de engenho ou aos donos de minas, para citarmos apenas as economias mais fortes do período colonial.

A colonização portuguesa na América encontrou na agricultura, a partir de meados do século XVI, o meio recorrente de ocupação e de exploração. Para Caio Prado a atividade monocultora assumiu um aspecto comercial *devastador*, com a exploração absurda dos recursos naturais em proveito da economia portuguesa, satisfazendo assim o *sentido da colonização*: voltada para o mercado externo, para saciar as necessidades da metrópole.

Para o autor, independente da experiência que os portugueses tinham com a colonização dos trópicos ou de quaisquer outros motivos, as “condições naturais da colônia vinham ao encontro da política adotada”. A grande propriedade lavrada por trabalhadores dependentes, escravos ou assalariados foi o sistema de organização agrária que acabou dominando nos trópicos, mesmo quando outros são inicialmente tentados. “Combinam-se as dificuldades que o meio natural oferece ao trabalho de indivíduos isolados, [...], com as exigências técnicas de exploração tropical, [...], para fazer predominar aquele sistema” (PRADO JR., 2004a, p. 120).

Contava a produção de gêneros tropicais, sobretudo o açúcar, com um elemento natural de grande importância: a baixada litorânea *úmida e quente*, em que a qualidade excepcional de certos solos

vinha completar a excelência das condições climáticas³. O avanço das atividades agrícolas desenvolvidas na colônia foi considerável muito mais no aspecto *quantitativo* que *qualitativo*, uma vez que o progresso tecnológico da agricultura brasileira era praticamente nulo. Mesmo em princípios do século XIX, mantinham-se praticamente inalterados os processos técnicos do início da colonização. “Processos bárbaros, destrutivos, explicáveis e mesmo insubstituíveis na primeira fase da ocupação; mas que começavam já, pela insistência neles, em fazer sentir seus efeitos devastadores” (PRADO JR., 2004, p. 135).

O ínfimo nível técnico da atividade agrícola e dos engenhos de açúcar trouxe como resultados não só a baixa produtividade e a crise dessas economias, como também grandes e irreversíveis alterações na natureza, conforme denuncia Prado Jr. (2004a, p. 135) nas suas análises:

Para a instalação de novas culturas, nada de novo se realizara que o processo brutal, copiado dos indígenas, da ‘queimada’ para o problema do *esgotamento do solo*, outra solução não se descobrira ainda que o abandono puro e simples do local por anos e anos consecutivos, com prazos cada vez mais espaçados que o empobrecimento gradual do solo ia alargando. Para se tornar afinal definitivo. A mata, sempre escolhida pela propriedade natural do seu solo, e que dantes cobria densamente a maior parte das áreas ocupadas pela colonização, *desaparecia rapidamente devorada pelo fogo*. Assim, no litoral nordeste, entre outros exemplos, da densa e ininterrupta floresta, que se estendia na Paraíba até Alagoas, *sobravam apenas alguns restos* dos dois extremos de área (grifo nosso).

Contribuía para esta destruição o consumo indiscriminado e descontrolado de lenha pelos engenhos com suas vorazes fornalhas, como salientou Antonil em *Cultura e opulência do Brasil*, em 1711:

Querem as fornalhas, que por sete e oito meses ardem de dia e de noite, muita lenha; e, para isso, há mister dous barcos velejados para se buscar nos portos,

- 3 Na obra que estamos analisando, Caio Prado Jr. não se limita apenas a discutir as condições socioambientais da grande lavoura açucareira e as consequências desta. Pelo contrário, esforçou-se também em investigar esses aspectos em outras atividades agrícolas como o algodão, o tabaco e as lavouras de subsistência. Entretanto, para não prolongarmos o nosso tema, preferimos fazer um recorte e destacar a agromanufatura da cana, haja vista que esta foi a mais importante economia agrícola da colônia.

indo um atrás do outro sem parar, e muito dinheiro para a comprar; ou grandes matos com muitos carros e muitas juntas de bois para se trazer (ANTONIL, 2009).

Não se cogitava em utilizar o bagaço de cana como combustível, algo comum nas colônias inglesas, francesas e holandesas. A devastação das matas ocorria *pari passu* à expansão dos desertos estéreis, levando o colonizador a buscar solos frescos que não lhe exigissem muita energia, pois como assevera Prado Jr. (2004a, p. 207) “é a Natureza que realiza o melhor, e o *Homem confia mais nela que em seus esforços*” (grifo nosso). Tal situação, como não poderia ser diferente, trouxe a ruína de alguns engenhos por não terem acesso ao precioso combustível.

Quanto ao trato da terra, nada se fez para melhor aproveitar, restaurar ou conservar as propriedades naturais do solo.

Ela [a economia brasileira] fez convergir para um único fim, com o objetivo de um máximo e momentâneo proveito, todas as atenções e esforços; verdadeiro processo de bombeamento dos recursos naturais do solo, ‘agricultura extrativa’. A fatal separação entre a agricultura e a pecuária, corolário daquele sistema, [...] também foi funesta para o trato do solo, privando-o como privou do único elemento fertilizante de que poderia dispor: o estrume dos animais. E nem se procurou obviar ao inconveniente daquela separação, na medida do possível, aproveitando o gado que se empregava no manejo dos estabelecimentos rurais e que era numeroso. [...] Nem ao menos a bagaceira, inutilmente desperdiçada, se aproveitava como adubo. Quando estorvava pelo volume acumulado, incinerava-se (PRADO JR., 2004a, p. 136).

A ineficiência também era uma marca indelével no tocante à lavra da terra. Depois da *coivara*, processo há muito tempo usado pelos indígenas e apropriado pelos colonizadores, abria-se a terra para lançar nela a semente. Reforça o autor que aqui “[...] não se conhece mais que a enxada. *Nada mais primário*” (2004a, p. 137, grifo nosso).

Prado Jr. acrescenta ao baixo nível técnico dois aspectos que, na verdade, influenciam diretamente na manutenção desse padrão produtivo e nos seus efeitos: em primeiro lugar, a ineficiência do trabalho “semibárbaro do escravo africano”. Para ele, “seria difícil realizar qualquer coisa de melhor com trabalhadores dessa natureza. [...] A ignorância, a incapacidade, a falta de atenção e cuidado com que se maneja a fabricação do açúcar são de pasmar” (p. 139-140). Em segundo lugar, havia o reduzido nível

cultural da colônia, mergulhada na “mais baixa e crassa ignorância”⁴. Além disso, havia “uma administração mesquinha, ciosa unicamente dos rendimentos do fisco e dos particulares dessa chusma de burocratas incapazes e pouco escrupulosos que a metrópole nos remetia para este do Atlântico” (p. 140).

Entretanto, o autor adverte para o fato de que o baixo nível técnico das atividades agrícolas e os seus efeitos não se dão apenas pela incapacidade do colono, o qual em muitos casos não podia fazer melhor. Para ele, “o mal era mais profundo. Estava no próprio sistema, um sistema de agricultura extensiva que desbaratava com mãos pródigas uma riqueza que não podia repor” (p. 142). Para Martinez (2006), esse descompasso entre a extração de recursos da terra e a reposição de suas capacidades aproxima as análises de Caio Prado da observação feita por Marx quanto ao uso capitalista da terra e das dimensões que este irá assumir na era do industrialismo. Para o autor de *O Capital*, a perturbação no “metabolismo entre homem e terra”, provocada pela grande indústria, seria geradora de um crescente desequilíbrio entre os camponeses da terra e a restauração das condições naturais de fertilidade dos solos (MARTINEZ, 2006, p. 65).

Também uma das discussões mais ricas sobre as condições ambientais brasileiras e as ações humanas no processo de extração de riquezas encontra-se no capítulo de *Formação...* que trata da mineração. Nele, o autor examina a relação entre a forma como se processou a exploração aurífera e o declínio da produção do metal a partir da segunda metade do século XVIII. Apesar de elencar outros fatores de ordem econômica, social e política para a crise do ouro no Brasil colonial, Prado Jr. enfatiza os fatores naturais dessa decadência.

Assim, inicia a sua abordagem lembrando que o ouro explorado no Brasil provinha sobretudo de depósitos aluvionais recentes. Explorou-se inicialmente os *veios*, passando sucessivamente dos depósitos mais recentes e superficiais no leito dos rios para os mais antigos e profundos; depois para os *tabuleiros* e as *grupiaras*. A exploração das rochas matrizes, porém, não se fazia possível com os processos e instrumentos rudimentares utilizados na extração do ouro de aluvião, daí a impossibilidade, em certo momento e em determinados casos, de dar continuidade à extração. Resume, dessa maneira seu raciocínio:

- 4 Percebemos no texto de Caio Prado Jr. algumas considerações sobre as raças negra e indígena que podem ser vistas como etnocêntricas por alguns analistas. No capítulo intitulado “Organização social”, esse autor chega a afirmar que os indígenas da América e os negros africanos eram “povos de nível cultural ínfimo, comparado ao dos seus dominadores” (p. 271-272). Seriam, para ele, povos bárbaros, semibárbaros, passivos, ineficientes, daí o resultado não ser outro senão um “conglomerado incoerente e desconexo, mal amalgamado e repousado em bases precárias que é a sociedade colonial brasileira” (p. 276).

A indústria mineradora no Brasil nunca foi além, na verdade, dessa aventura passageira que mal tocava um ponto para abandoná-lo logo em seguida e passar adiante. E é esta a causa principal por que, apesar da riqueza relativamente avultada que produziu, drenada aliás toda para fora do país, deixou tão poucos vestígios, a não ser a *prodigiosa destruição dos recursos naturais que semeou pelos distritos mineradores*, e que ainda hoje fere a vista do observador [...] (PRADO JR., 2004a, p.171, grifo nosso).

Em síntese, a conquista do território brasileiro fez-se pela contínua exploração da natureza de uma região que, depois de apropriada, era abandonada em proveito de outras empresas e de outras terras, deixando para trás, e destroçados, homens, terras, rios, fauna e flora. Tratou-se, portanto, de uma forma de exploração dos recursos naturais caracterizada fundamentalmente pelo *utilitarismo* exacerbado, de caráter *predatório, perdulário, dissipador e destrutivo*; pelas drásticas intervenções nos ecossistemas causando impactos ambientais muitos dos quais irreversíveis; pelos fins mercantis e pela indiferença e ausência de racionalidade na manutenção de estoques dos recursos explorados (MARTINEZ, 2006, p. 68).

Todavia, é importante ressaltar o cuidado de não cometermos anacronismos e consideramos os colonos “culpados” pela devastação das áreas verdes, pois mesmo que à época tenham havido críticas e alertas quanto à devastação dos recursos naturais, a maioria deles sequer imaginava que seus atos poderiam implicar em futuros problemas de ordem ecológica. Ademais, seria uma posição simplista e bastante discutível considerar apenas esse fator em face da complexidade dos processos ligados à degradação de ecossistemas.

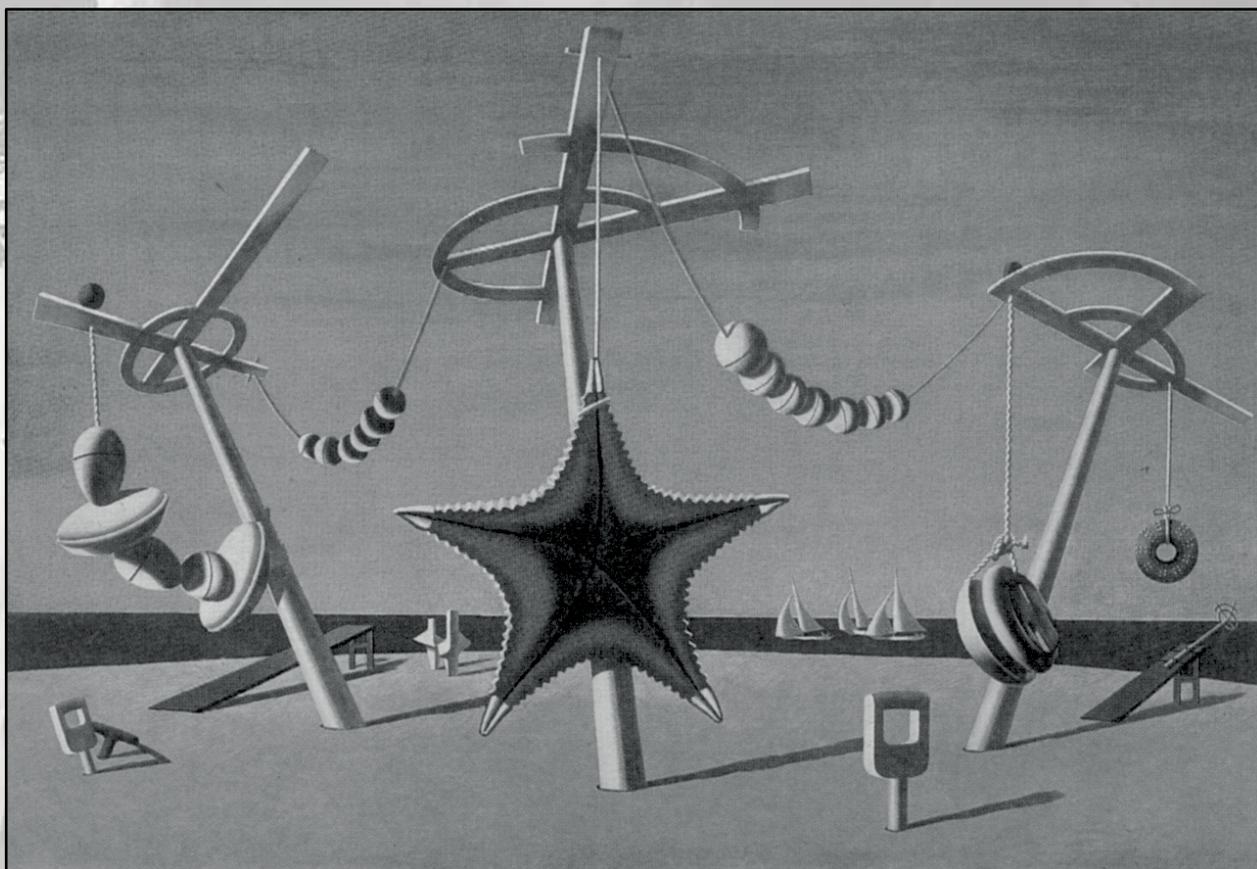
Atribuindo um caráter político nas relações do homem com o meio natural, Prado Jr. conclui que *na lógica da exploração colonial não havia outra possibilidade além da devastação*. Segundo ele, só uma transformação histórica radical acompanhada de reformas econômicas e sociais profundas poderia alterar esse quadro. Era necessário o rompimento definitivo com o passado colonial e a constituição de uma sociedade na qual os desafios da natureza tropical fossem vencidos por uma ação humana racional, construtiva, com a proteção do solo, das matas e toda a vida aqui existente.

REFERÊNCIAS

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. Disponível em: www.ufrgs.br/proin/versao_1/cultura/index03.html. Acesso em: 05 fev. 2009.

- BAPTISTA JR. A interpretação marxista aplicada ao caso brasileiro. **Biblioteca Entrelivros. Retratos do Brasil**, São Paulo: Duetto, n. 8, p. 30-34.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- CASTELANI, Gláucia R.; BELATTO, Luis F. B. **Caio Prado Júnior**: uma possível análise. Disponível em: <http://br.geocities.com/crb_bh/textos/Caio_Prado_Jr_-_Uma_possivel_analise.doc> Acesso em: 07 jul. 2008.
- CORRÊA, Dora S. Historiadores e cronistas e a paisagem da colônia Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, ANPUH, v. 26, n. 51, p. 63-87, jan./jun. 2006.
- DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da mata atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- DIEHL, Astor A. Caio Prado Júnior: as ideias de futuro que se tinha no passado e o pêndulo da razão. In: AXT, Gunter; SCHULER, Fernando (Org.). **Intérpretes do Brasil**: cultura e identidade. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004. p. 348-362.
- DRUMMOND, José A. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.
- DUARTE, Regina H. **História & Natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- MARTINEZ, Paulo H. **História ambiental no Brasil**: pesquisa e ensino. São Paulo: Cortez, 2006.
- MARTINS, Marcos L. **História e meio ambiente**. São Paulo: Annablume; Faculdades Pedro Leopoldo, 2007.
- PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- _____. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- REIS, José C. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 9. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- RICUPERO, Bernardo. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2007.
- WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p.199, 1991.





Entrevista

Uma vida dedicada à segurança alimentar: entrevista com Renato Maluf sobre Josué de Castro

Entrevistado por Renato Carvalheira do Nascimento

Casado, pai de duas filhas, 56 anos, nascido e criado em Piracicaba, interior de São Paulo, a trajetória de Renato Sérgio Jamil Maluf tem uma ligação profunda com o tema da segurança alimentar e nutricional no Brasil. De uma família de cinco irmãos, pai comerciante e mãe dona de casa, “a alimentação sempre foi uma preocupação para uma família de origem libanesa”, afirma.

Em 1985 participa da equipe que elabora o documento *Segurança Alimentar – proposta de uma política contra a fome*, marco na história das políticas públicas de alimentação e nutrição no Brasil, pois foi a primeira vez que o termo foi utilizado com a finalidade de propor uma política.

Em 1991, ele foi um dos principais articuladores do grupo de trabalho do chamado Governo Paralelo para a elaboração da primeira proposta de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional para o País. O projeto foi entregue pelo atual Presidente Lula ao então presidente Itamar Franco e resultou na criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA).

Vale lembrar que o patrono do CONSEA é Josué de Castro, que teve seu nome aprovado por unanimidade pelos membros em 2003, no mesmo ano que o Conselho foi recriado.

O professor e economista Renato Maluf é atual Presidente do CONSEA da Presidência da República. Seu mandato de dois anos iniciou logo após a III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Fortaleza), em novembro de 2007. Possui pós-doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales (França, 2000-2001) e na Universidade de Oxford (1996-1997). É doutor desde 1988, com a tese *Um “Mal Necessário”? Comercialização Agrícola e Desenvolvimento Capitalista no Brasil* e mestre desde 1977 com a dissertação *Expansão do Capitalismo no Campo: o Arroz no Maranhão*, ambos em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Graduiu-se em Economia na Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) em 1973.

Além de professor do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) é coordenador do Centro de Referência de Segurança Alimentar e Nutricional (CERESAN) localizada na mesma universidade, e integra o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN).

Apesar de não se considerar “um bom conhecedor” de Josué de Castro, a conversa foi longe. Entrevista realizada no Rio de Janeiro, no dia 13 de março de 2009.

R. C. N.: Como surgiu o interesse pelo tema da fome e da alimentação na sua vida?

R. M.: A alimentação sempre foi uma preocupação para uma família libanesa numerosa como a minha, são cinco irmãos, sou o segundo mais velho. Meu pai era comerciante, já faleceu. Minha mãe é dona de casa, ainda viva. Meus pais são primos, por isso só tenho um sobrenome, Maluf. Depois seguiu com a minha formação e interesse de pesquisa.

R. C. N.: Qual foi a sua formação? Por que escolheu Economia?

Sou economista, formado em Piracicaba mesmo. Lembro que para escolher fiz um teste de aptidão, aconselhado pela minha mãe. Acho que deu Administração ou algo parecido. Tinha uma preocupação material, não no sentido materialista do termo, mas da vida material, como são produzidos e distribuídos os bens numa sociedade. Além disso, não queria sair da cidade, como alguns amigos meus que foram para Campinas e São Paulo (capital). Também não queria fazer as engenharias, como era moda na época. Daí acabei optando por Economia. Era um curso que englobava Contabilidade e Administração, afunilando para Economia só no quarto ano. Trabalhava na loja do meu pai de dia e estudava à noite. Era um contexto da ditadura, mas havia professores de esquerda de outras cidades, por exemplo da Unicamp, que faziam do curso algo interessante. No final de 1973 acabei o curso e fiz a prova da Associação Nacional de Pesquisa em Economia (ANPEC) e passei. Optei pelo mestrado em Campinas, originalmente com interesse na área de comércio internacional, mas depois virou para a área da agricultura e alimentos. Essa opção temática reflete muito a formação familiar, os libaneses valorizam muito a relação com os alimentos. É uma relação forte, da essencialidade e sacralização dos alimentos. Como estava participando de um projeto de pesquisa sobre comercialização agrícola que tinha entre seus coordenadores meu colega professor Nelson Delgado¹, acabado de chegar dos EUA, e neste projeto fui designado para

1 Atualmente é colega do prof. Renato Maluf no CPDA/ UFRRJ.

trabalhar a produção de arroz no Estado do Maranhão acabei por fazer minha dissertação sobre isso, em 1977. O doutorado também seguiu o mesmo tema da comercialização agrícola e alimentos.

R. C. N.: Era pleno anos 1970, um período conturbado de nossa história, o que você fez depois do mestrado?

R. M.: Em 1975 tornei-me professor da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), no Departamento de Economia. Já participava do que se chamava MDB Jovem, era militante partidário. Juntamente com colegas fundei o Partido dos Trabalhadores em Piracicaba, fui presidente inclusive. Fui militante sindical, presidi a Associação dos docentes da UNIMEP (ADUNIMEP) e participei da fundação da Associação Nacional do Docentes de Ensino Superior² lá na cidade. Fiz greves, passeatas. Particpei da seção local do Comitê Brasileiro de Anistia. Era bastante envolvido com a política local, fui até candidato a prefeito de Piracicaba em 1982 pelo PT. Era apenas para concorrer, não tinha nenhuma chance de ganhar. Na verdade, apesar de me dedicar bastante, não queria ser prefeito.

Lembro que nos anos 1980 fazia muita coisa, tinha me casado em 1975, era professor, já tinha minhas duas filhas, tinha entrado no doutorado em 1979 também na Unicamp e escrevia a versão final da tese em plena campanha eleitoral em 1988, quando o prefeito José Machado foi eleito pelo PT para o mandato de 1989 à 1992. Trabalhei na campanha e fui chefe de gabinete do prefeito até janeiro de 1990, quando fui chamado no concurso para professor no CPDA que tinha feito em 1988. Esse ano, aliás, foi especial, defendi meu doutorado e fiz minha primeira viagem à Europa.

R. C. N.: Por que escolheu o Rio de Janeiro para morar?

R. M.: Tenho uma longa relação com a cidade. Passei minha lua-de-mel aqui e sempre gostei de samba, minha mãe falava que quando criança eu dizia que iria me casar com uma “preta” da Mangueira. Gosto muito dessa cidade, sempre gostei de samba e carnaval.

R. C. N.: Como se deu o histórico trabalho para o então ministério da agricultura em 1985?

2 A partir da Constituição Federal de 1988, passa a se chamar Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES-SN.

R. M.: Foi um trabalho de equipe, envolvendo umas oito pessoas, coordenado por Ronaldo Garcia, na época superintendente de planejamento do Ministério e que pertencia aos quadros do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Originalmente não era um trabalho sobre fome, mas sobre agricultura e abastecimento alimentar. Foi tomando forma e o que era fome passou a ser segurança alimentar; não quisemos adotar o espanholismo seguridade alimentar, como propuseram alguns posteriormente. O termo segurança foi preferido justamente para se contrapor aos militares e seu conceito de segurança nacional. Era para ir contra mesmo. Depois fiz uma consultoria para o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)³ sobre o mesmo tema. Dando continuidade, participei no início dos anos 1990 dos trabalhos do Governo Paralelo, presidido pelo atual presidente Lula, na área coordenada pelo saudoso José Gomes da Silva⁴, na qual foram produzidos documentos sobre política agrícola, política agrária e o nosso da política nacional de segurança alimentar. Nesse trabalho participaram, entre outros, Flávio Valente, então em Florianópolis, e José Roberto Escórcio que trabalhava na Secretaria Municipal de Abastecimento da prefeita Luiza Erundina.

R. C. N.: Quando foi o primeiro contato com Josué de Castro?

R. M.: Infelizmente, foi tardio. Até no mestrado, por defeito meu, tive pouco contato com o autor, só conhecia superficialmente o *Geografia da Fome*. Ler para valer mesmo foi entre 1990 e 1992 quando Betinho falava da fome e citava Josué de Castro. Foi quando li mais profundamente *Geografia da Fome* e também *Geopolítica da Fome*. Mas nunca parei para escrever algo sobre ele, só fiquei mais seguro com o autor quando, alguns depois, estando em pós-doutoramento na Inglaterra, o Nelson (Delgado, professor do CPDA) me enviou uma reedição em capa dura do *Geografia da Fome*. Foi um choque de vanguarda essa releitura. Na época li também *Homens e Caranguejos*, uma outra vertente que não conhecia nele, a de romancista. Foram as ideias de tabu da fome e de sexo, bem como a de enxergar alimento dentro do quadro regional e ecológico que me chamaram a atenção. Em relação a primeira ideia lembro que tinha lido na biblioteca de Oxford um livro intitulado HUNGRY FOR YOU. A autora falava sobre a relação comida, mulher e sexo. Tinha uma analogia com o que Josué tinha falado sobre a

3 Ligado à Organização dos Estados Americanos.

4 Engenheiro agrônomo, conhecido como “Zé Sojinha”, foi um dos principais defensores da reforma agrária no Brasil. O coordenador do Plano de Segurança Alimentar do Governo Paralelo foi secretário de Agricultura e presidente do Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA.

fome e o sexo serem dois tabus no nosso mundo, o segundo desvendado por Freud. A fome de alimentos restou como algo proibido, que não se discute, que não se fala. Essa ideia era fantástica. A outra ideia era do alimento como elo entre os grupos humanos e o seu meio. Muito na linha do que fizemos no artigo⁵ apresentado no *Colloque Josué de Castro dans le XXIe Siècle* em Paris (15 a 17 de janeiro de 2009). Josué foi um dos que inaugurou a tradição de inserir a questão alimentar e nutricional nos processos de desenvolvimento por seu pioneirismo ao destacar a relação entre a natureza e o social. Uma relação que se perturbada se manifesta na fome, como bem estabelece Josué de Castro.

Era época também da Cúpula Mundial da Alimentação realizada em Roma em 1996. O tema da fome estava em alta, daí para frente meu interesse por Josué de Castro só foi aumentando. Criamos também o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar, em São Paulo, em 1998. Foi um fato importante para a sociedade civil se reestruturar em torno da questão. Li sua dissertação de mestrado, depois foram aparecendo textos e reedições sobre ele. Em 2006 foi o cinquentenário de Geografia da Fome e em 2008 o centenário de nascimento.

R. C. N.: Houve alguma menção a Josué de Castro em 1993 quando foi criado o primeiro CONSEA e na I Conferência Nacional de Segurança Alimentar em 1994?

R. M.: Minha participação no primeiro CONSEA limitou-se aos momentos anteriores a sua instalação, como participante da equipe do Governo Paralelo. Não fui convidado a integrá-lo como conselheiro. Já em 1994 quando da realização da primeira conferência na Universidade de Brasília lembro que cheguei na manhã seguinte da abertura, fiz uma apresentação que me deixou muito satisfeito sobre a abordagem da segurança alimentar que vínhamos desenvolvendo. Não participei diretamente da organização do

5 O artigo a que se refere é A Alimentação como Elo entre Grupos Humanos e Natureza na Obra de Josué de Castro, apresentado por Renato Maluf no Colóquio organizado pelo Departamento de Geografia da Universidade de Paris VIII – Vincennes, onde Josué de Castro deu aulas logo após o golpe de 1964. Era responsável pela cadeira de Geografia dos Países Subdesenvolvidos e no ano de 1970 institui e coordena o grupo de pesquisa em ecologia humana nessa mesma universidade.

evento, liderada pelo Flávio Valente⁶, Dom Mauro Morelli⁷ e, da parte do governo, por Nathalie Beghin⁸ e Anna Peliano⁹, ambas pelo IPEA. Eles podem dar mais detalhes sobre as referências à Josué. Mas era com certeza lembrado nas reuniões do Conselho e na fala dos conferencistas, porque a discussão passa necessariamente por Josué de Castro, por questões que ele abordou. O primeiro Consea foi uma experiência que durou apenas dois anos e na retomada do Conselho, em 2003, a importância que Josué de Castro recebe é muito maior. Não me lembro de quem foi a ideia de tê-lo como patrono. A visibilidade que ganhou com o governo Lula foi muito grande, merecida.

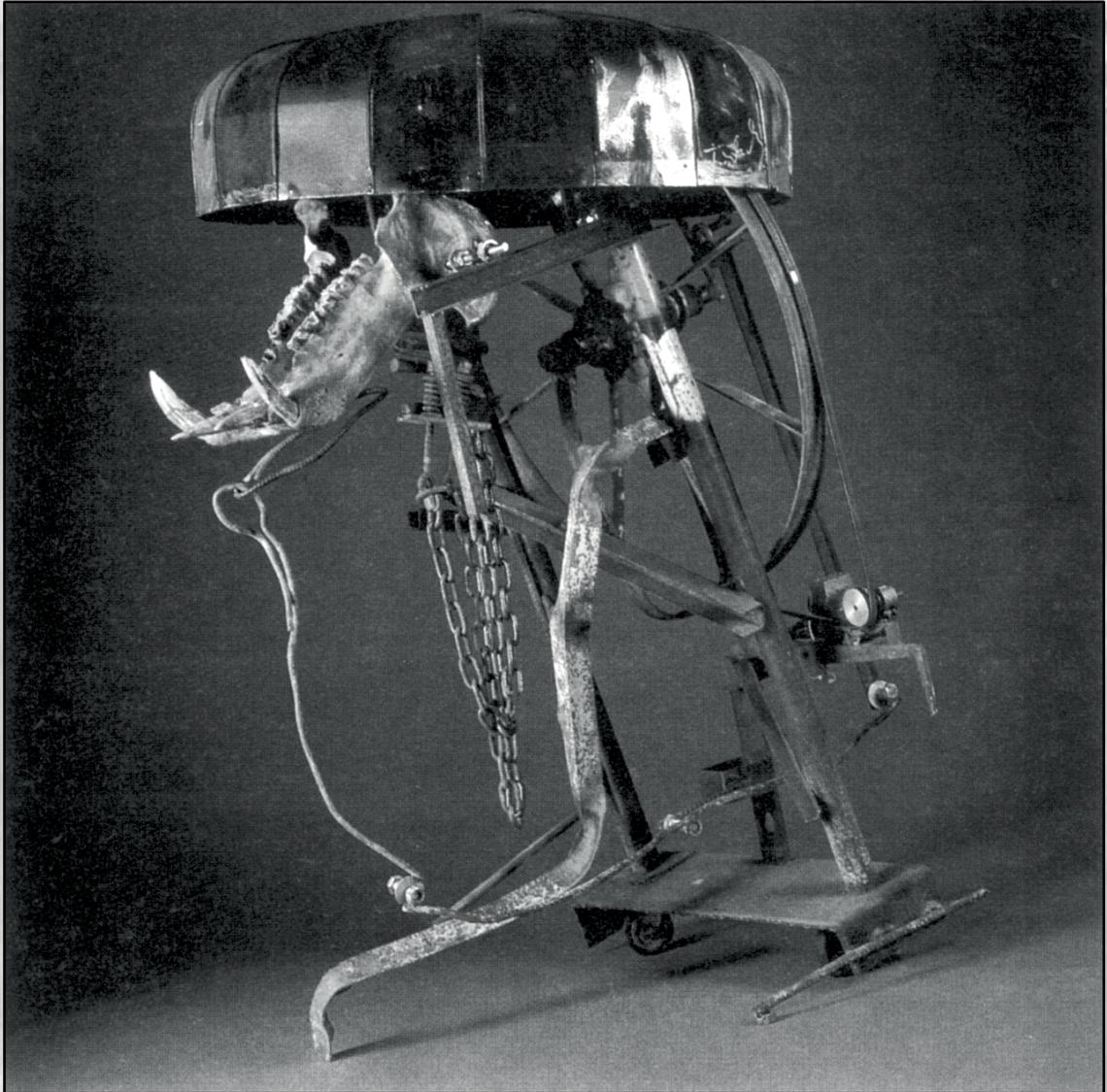
R. C. N.: Qual a importância hoje da obra de Josué de Castro?

R. M.: Suas análises permanecem bastante atuais como pude verificar ao avaliar os 10 Pontos para Vencer a Fome¹⁰, uma proposta dele quando presidia o Conselho-Executivo da FAO nos anos 1950. Dos dez pontos propostos, oito são atuais para o Brasil. Ele foi realmente muito visionário. O que chama a atenção é sua forma multidisciplinar de ver o fenômeno da fome, relacionada à agricultura, à nutrição, ao latifúndio, à política. Ele recoloca a questão da fome em outro patamar de discussão. Lembro do discurso do Presidente Lula quando da plenária do CONSEA em Recife, dia 05 de setembro, para comemorar o cinquentenário de seu nascimento, quando disse que a coragem e a determinação de Josué de Castro serviram de inspiração para a criação do conselho e do próprio Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que se preocupam hoje com as mesmas coisas que o pesquisador, 35 anos após a sua morte. O Presidente afirmou ainda que, naquele momento, a sociedade brasileira estava recuperando Josué de Castro, recolocando-o no lugar que merece. Em lugar de criticar os adversários, estávamos celebrando nossos heróis. A socióloga e doutora Ana Maria de Castro, filha de Josué, também fez um discurso

- 6 Foi um dos organizadores do evento que contou com quase 2.000 pessoas entre delegados, convidados e observadores. Secretário-geral da Fian Internacional, situada na Alemanha que atua na defesa dos Direitos Humanos. Foi relator nacional de Direitos Humanos no Brasil e secretário-geral do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar.
- 7 Atual Presidente do Conselho Estadual de Segurança Alimentar de Minas Gerais, é bispo emérito de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense.
- 8 Presidente da Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos, antigamente coordenada por Flávio Valente.
- 9 Socióloga, ainda permanece no IPEA.
- 10 Artigo sob forma de entrevista realizada por Vandek Santiago, dia 05 de setembro de 2008, Diário de Pernambuco, Caderno Vida Urbana, p. C-4.

que me tocou, falando que o pai tinha retornado à sua terra natal na forma de um “gigante”, na presidência de outro ilustre pernambucano, fechando um ciclo. Foi um momento muito simbólico essa plenária em Recife, cuja ideia foi do Conselheiro e médico pernambucano Malaquias Baptista. Foi dele a ideia do local e do remanejamento da data para cair exatamente no dia 5 de setembro, quando Josué de Castro completaria exatos 100 anos. Foram muitas coisas bonitas, foi um desses momentos mágicos da vida. Foi um culto à memória desse personagem tão importante para a política de combate à fome no Brasil.





Poemas

A poética de Jarbas Martins

Homero de Oliveira Costa – UFRN

Jarbas Martins é seguramente um dos mais destacados poetas do Rio Grande do Norte. Embora sua produção poética não seja muito extensa, é muita rica em qualidade, em especial o livro “Contracanto”, publicado pela Editora da UFRN em 1996, que teve ampla repercussão no ambiente intelectual da cidade, sendo considerado um dos mais importantes livros de poesia publicado no Rio Grande do Norte. Em 2008 publicou pela Editora Sebo Vermelho um livro-poema “Antielegia para Emmanuel Bezerra: um nome por fazer”.

O autor nasceu na cidade de Angicos (RN) em 28/06/1943. É formado em Direito (UFRN), com especialização em Ciência Política (PUC/SP, onde também frequentou o mestrado de Comunicação e Semiótica). Foi promotor de Justiça do Ministério Público do Estado e atualmente é professor da UFRN, lotado no Departamento de Comunicações, lecionando as disciplinas Cultura Brasileira e Comunicação e Artes Visuais.

Além de professor e poeta, também colabora nos jornais da cidade, tendo escrito diversas resenhas de livros de poesias nos Jornais Tribuna do Norte e Jornal de Hoje. Sempre teve ativa participação em eventos culturais da cidade, tendo feito parte do grupo DES, que lançou, em 1966, a poesia concreta no Rio Grande do Norte, cujo lema era “Por uma poesia revolucionária, formal e tematicamente”. Nos anos 1970, foi representante, em Natal, da revista cultural Escrita, publicação alternativa que circulou na época em São Paulo. Integra a “Antologia de Tradutores Norte Rio-Grandenses” (Editora da UFRN, 2008), org. por Nelson Patriota.

Os sonetos que apresentamos do autor fazem parte de um livro inédito, “Revisões”, cujo propósito, segundo o autor “é a desconstrução dos mitos que fazem parte do nosso imaginário, figuras populares messiânicas (Lampião, Frei Damião); mitos integrados a massa cultura pop-midiática (Garrincha etc.) e ícones da nossa história como Luiz Carlos Prestes”.

VIRGULINO

a Manoel Onofre Jr.

A estrela como ultraje no chapéu.
Já não bastava? Em sua carne fria
trazia assinalado outro troféu:
a morte, essa jocosa companhia.

No horizonte de pedra e cascavel,
pressagiava, ao sol, o irado Dia;
Mais aquém as pegada de Lusbel
– que o seu único olho entrevia.

Acovardado, sim. Mas que esperto!
Adotara o punhal, o chão deserto,
o rosário, o bernal e a quizília.

Esconjurava a noite e a quadrilha
dos remorsos. Mas Deus (que é santo velho)
Decretou a irrisão como evangelho.

...

Decretou a irrisão como evangelho.
Que Deus cego enroscou-se em tal maranha?
Amancebado, a infância o acompanha,
Grudada ao rosto a máscara – espelho.

A treva o cerca, a caatinga o estranha.
Reza o ofício, e chama de joelho,
venha a benção do céu, fel da entranha,
que o mais é sem conserto, ó mundo velho.

Uma carabina em cada mão, o rim
cingido por um cinturão de balas,
Maldiz-se e baba, corta a sua fala,

da chaga exposta escorre o sangue ruim.
Presente, ao lado, o Demo – seu igual.
E ensaia no deserto o carnaval.

FREI DAMIÃO

a Inácio Magalhães de Sena

Chegado a este sertão, onde escondera-
se o pecado mortal por pensamento,
viu uma cruz, sob o sol que a derreteria,
e o Diabo com sua calda de espavento.

Espantalho de cera, e pano, e vento,
o olho azul a estourar-lhe a cara,
pregava em um deserto, onde acampara,
por graça do Demônio e seus inventos.

Quem não lembra o toscano, esse Aretino
de Deus, a desatar o nó de sexo,
e trazer a luxúria ao peregrino,

com imprecações, e rezas, e bravatas,
e gozoso sugar, em meio ao séquito,
num peito magro, o leite das beatas?





Resenhas

Para além da transitologia e da consolidologia: uma análise da democracia na Argentina contemporânea

Dannyel Brunno Herculano Rezende – UFRN

VITULLO, Gabriel Eduardo. **Teorias da democratização e democracia na Argentina contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

Para uma leitura crítica das teorias da transitologia e da consolidologia, bem como uma postura radical face às concepções minimalistas da democracia, Gabriel Eduardo Vitullo, na sua recente e intitulada obra: *Teorias da democratização e democracia na Argentina contemporânea* (Sulina, 2007), nos fornece uma visão profundamente questionadora sobre as teorias da transição e consolidação com as quais buscou-se explicar as mudanças de regimes políticos na América Latina nestes últimos lustros. Tece, do mesmo modo, uma reflexão acerca das atuais e tangíveis condições das democracias no continente, particularmente uma análise interrogativa da Argentina contemporânea.

Gabriel Vitullo doutorou-se em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), atualmente é Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) onde coordena o Curso de Ciências Sociais e leciona, em mesmo curso, para os níveis de Graduação e Pós-Graduação. Tem se dedicado ao estudo da Política com ênfase em Teoria Política Contemporânea, Teoria Democrática e Política Latino-Americana. Na linha de investigação das democracias publicou muitos trabalhos, é o caso, entre outros, dos artigos: *As teorias da democratização frente às democracias latino-americanas* (Opinião Pública, v. 12, 2006) e *Transitologia, consolidologia e democracia na América Latina: uma revisão crítica* (pela Revista de Sociologia e Política, n. 17, 2001).

Resultado de sua tese de doutoramento, *Além da transitologia e consolidologia: um estudo da democracia Argentina realmente existente* (UFRGS, 2005), a obra que hora resenhamos, ligeiramente modificada, contempla em sua estrutura uma laboriosa organização intelectual a qual está alicerçada em quatro destacados capítulos, bem como apresenta uma esclarecedora introdução que favorece uma leitura ainda mais consistente e integradora de sua produção.

Com objetivos plenamente elucidativos de revisar as teorias da democratização e realizar uma reflexão minuciosa, a partir de tal revisão, acerca da realidade política contemporânea da América Latina, Gabriel Vitullo arranja sua produção nos seguintes termos: no capítulo primeiro realiza *Uma releitura*

das análises clássicas da transição e da consolidação; posteriormente, capítulo segundo, reflete acerca das *Percepções cidadãos sobre a democracia representativa e suas instituições*; logo em seguida, capítulo terceiro, discute os *Desafios dos novos atores sociopolíticos às instituições democrático-representativas na Argentina*; por fim, quarto e último capítulo, debruça-se, em entendimento, sobre os *Novos comportamentos do eleitorado argentino*.

Desse modo, de acordo com tal perfilamento capitular, Vitullo endereça sua crítica, no primeiro momento de sua obra, para a postura extremamente elitista que assumem na ciência política contemporânea as teorias transitológicas e consolidológicas. Segundo o autor, as análises realizadas por tais teorias quando chamadas a avaliar os recentes processos de democratização que têm alcançado as diversas e atuais sociedades, orientam suas atenções, em absoluta primazia, às atitudes e comportamentos político-estratégicos das elites, não contemplando, em suas explicações, outras dimensões de importância econômica e social. Em sua apreciação, *ipso facto*, “a democracia passou a ser vista, a partir de então, como resultado das habilidades, tomadas de decisões e estratégias racionais seguidas pelos grupos dirigentes e atores políticos mais relevantes” (p. 23).

Critica assim o autor, entre outros, a posição analítica que tem em consideração apenas os partidos e os líderes mais destacados quando se examina “o grau de consolidação de uma democracia”; a não inclusão avaliativa, incidente em um regime político, das influências externas em seu processo democrático; e ainda, o argumento etapista que relega a segundo plano agentes importantes num processo democratizador. Todavia, como bem assinala Vitullo “não há como concordar com os transitólogos e consolidólogos”, pois desconsideram a importante presença dos movimentos sociais, associações, comunidades locais e demais agrupamentos sócio-políticos de relevância. Não notificam os casos de influências outras nos recentes processos de democratização na América Latina, e assim, como também, experiências têm mostrado que nada justifica o elitismo de seu modelo gradual que torna acessórios tais movimentos.

Pautado em um vasto e profundo conhecimento do tema, Vitullo claramente identifica em Max Weber, Joseph Schumpeter, Giovanni Sartori e demais interlocutores os antecedentes dessa concepção elitista (minimalista e conservadora) da democracia que tanta força tem adquirido na ciência política do século XX, responsável pela solidificação do que se convencionou chamar de “conceito hegemônico de democracia”. Em contra partida, propõe o autor um novo conceito de democracia e um outro tipo de leitura dos regimes políticos do continente. Uma democracia ampla e também substantiva; um outro tipo de leitura que incorpore as ações e os sentimentos dos setores subalternos frente à atual realidade política. Para tanto, sugere o autor o abandono de noções como “consolidação”, “estabilidade”, “ordem” e outros termos mais. E tudo isso implica, como seguramente notifica, “também uma mudança

significativa no campo de atuação da ciência política” a partir da qual “seja possível entender melhor a relação entre democracia e emancipação social” (p. 60).

Situado então por uma crítica revisão, o autor, com grande propriedade, lança mão de alguns recursos metodológicos fundamentais para entender o que acontece em países como a Argentina, onde suas instituições representativas vêm sendo constantemente desafiadas. Vale-se, na parte empírica de sua investigação, de um triplo enfoque que considera – “o exame de pesquisas de opinião pública, elucidação do papel que desempenham os novos movimentos sociais na cena pública e a análise de modalidades ‘contestatárias’ ou ‘disruptivas’ de comportamento eleitoral” – essenciais para escapar das interpretações limitadas, predominantes nas correntes hegemônicas da ciência política.

Justamente nessa direção, faz uso, em seu segundo capítulo, das pesquisas de opinião pública efetuadas pelo Latino-barômetro desde 1995, tentando decifrar os sentidos e significados que a cidadania atribui à democracia e suas instituições. O autor compreende perfeitamente que há um acentuado desgaste, em termos de legitimidade, das instituições políticas da Argentina e do continente, mas que a democracia ainda concita forte apoio enquanto ideário político. Perguntas que apontam para a preferência que tem a cidadania pelo regime democrático são úteis para mostrar o alto grau de adesão popular à democracia; afirmações que indicam para um acúmulo significativo de votações em alternativas como “não muito satisfeito” e “nada satisfeito” com a democracia real, evidencia o acentuado grau de rejeição popular ao funcionamento institucional democrático existente.

De toda sorte, a análise das opiniões acerca das características mais importantes que reúne uma democracia remete ao plano representativo, para um número importante de entrevistados, ao qual a democracia não é apenas procedimento, mas é também substantividade, “o que deixa em evidência a necessidade de estudar a democracia como um complexo processo de construção sociocultural e não meramente como um conjunto de regras formais e instituições políticas” (p.86). Percebe-se, com o exame das opiniões, que o descontentamento existe frente ao mau funcionamento das instituições e não à ideia democrática, portanto, nas palavras do autor: “o que está em crise não é a democracia como utopia, como aspiração a uma vida melhor. O que está em questão, sem sobra de dúvidas, é sua tradução político-institucional” (p. 101).

Com efeito, a resposta para o aparente quadro vêm sendo mostrada, como detalha Vitullo no capítulo de número terceiro, através de movimentos e articulações sociais que fogem do centralismo formal e burocrático das instituições do Estado. Tais movimentos e organizações apontaram e apontam para uma recomposição política e social das classes e setores mais agredidos pelo modelo econômico neoliberal, substituindo por novas, antigas modalidades sociais de protestos. Nesse sentido, o estudo mais do que substancial do movimento dos *piqueteiros*, movimento de trabalhadores desempregados

da Argentina, como parte importante da cidadania, ratifica, em vontades e reações, a não adesão a um sistema precário em funcionamento do regime político argentino.

A avaliação que fazem de suas instituições democráticas frente à crise econômica, política e social no continente a partir da adoção do citado modelo neoliberal deixa mais do que claro a necessidade de reformulação ou ressignificação da democracia enquanto projeto existencial e conceito político. Não resta dúvida que tal movimento, incorporando demandas outras, substitui na prática a concepção de democracia limitada, adotada pelas correntes elitistas cujas definições estão na base das leituras levadas a cabo pelos transitólogos e consolidólogos, por uma democracia ampla ou participativa tão defendida por expoentes da ciência política, tais como, Crawford Macpherson, Carole Pateman, David Held, entre outros, revitalizando na *práxis* o sentido maior do termo democracia.

É no quarto e último capítulo que o professor Vitullo, interpretando ainda os anseios e condutas das amplas maiorias frente ao deficiente funcionamento do regime democrático-representativo argentino, observa por um outro ângulo, o sentido que a cidadania confere à democracia e suas instituições. O autor, por meio de uma análise suficientemente criteriosa da trajetória eleitoral argentina, expressa nos votos brancos, nulos e abstenções dos últimos pleitos (1983-2003), explica, em razões, o alto índice de rejeição e desconfiança social para com os partidos e as eleições. Reconhece, nesse sentido, a evidência de um complexo motivador de atitudes comportamentais que vai de problemas estruturais a conjunturais da sociedade e da política do país, mas claramente tem no agravamento da exclusão social com a piora das condições de vida de amplos setores sociais produzida pelas políticas neoliberais motivos suficientes para erodir a credibilidade institucional da democracia representativa.

Dessa forma, Vitullo evidencia não só o aumento do abstencionismo eleitoral, bem como a chamada “explosão do voto ‘bronca’” (brancos e nulos), mas, fundamentalmente, torna claro o início de revitalização da democracia aos novos usos da instância eleitoral, expressa nas intituladas e diligentes modalidades “contestatárias” ou “disruptivas”. Tais modalidades manifestam-se como instrumentos de repúdio à classe política e à pobreza funcional das instituições políticas do país, quando do depósito voto, em pleitos eleitorais, a sociedade expressa seu descontentamento em frases bilhetais como: voto em “Clemente”, “Mafalda”, “Bin Laden” etc. Claro está, em sua competente avaliação, que as referenciadas atitudes sugerem novas possibilidades para a sociedade argentina, dado o colapso de seu sistema partidário, pois “novas práticas sociopolíticas infundem esperanças na revitalização e na regeneração do tecido democrático” (p. 243).

Pode-se, por fim, e também como exemplo, até se apropriar dessa última formulação para pensar, assim como Vitullo, na necessidade contemporânea de novas práticas sociais e políticas. Formas outras de expressão popular que não só inspira esperança, mas estimula o real alargamento do campo

da participação política e, obviamente, dos horizontes democráticos. É um estímulo à superação dos limites, principalmente institucionais, em que se encontram as democracias “realmente existentes” no continente latino-americano. Definitivamente, esta publicação se constitui como verdadeira obra crítica no campo da ciência política, ensejando o inconformismo e a superação da realidade existente. É por isso e muito mais que se recomenda este livro principalmente para o leitor afeito às Ciências Sociais e de maneira ampla às Ciências Humanas bem como, para que não haja restrições, a todos aqueles interessados em uma apreciação social inteiramente incisiva e radical.

A democratização da natureza no contexto da Política e da Ciência

Renata Coelho Sartori – UFRN

LATOUR, Bruno. **Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia**. Tradução de Carlos Aurélio Mota de Souza. São Paulo/Bauru: Edusc, 2004. 412 p.

O livro *Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia*, do sociólogo francês Bruno Latour, composto por cinco capítulos, é uma obra de filosofia política da natureza ou, ainda, da epistemologia da política. A reflexão central da obra é norteadada pela importância da discussão pública dos problemas ecológicos.

No final há um glossário e uma recapitulação de conjunto dos capítulos como contribuições para a compreensão do leitor, e como o próprio autor menciona em nota de rodapé, o livro foi escrito, também, visando o leitor que desconhece suas pesquisas antecedentes, logo o leitor tem a chance de ler e rele Latour até entender ou não.

O autor inicia instigando o leitor com duas perguntas. A primeira: o que fazer da ecologia política? Ele responde: nada. A partir dessa afirmação ele apresenta severas críticas aos movimentos “verdes” e afirma que a montanha pariu um rato, apontando para a decepção que estes movimentos causaram para quem esperava uma renovação da vida pública. Tais movimentos encontram-se, para Latour, estagnados num debate “congelado”, deixaram de pensar. À segunda pergunta, “que fazer?”, ele responde: uma ecologia política. Para tanto, é preciso repensar a ecologia através de uma reformulação radical. Somente falar de natureza e da política não é suficiente. É necessário também falar da ciência, pois esta tem sido ignorada pelos movimentos ecológicos com o intuito de acelerar sua militância. Diante disso, o autor adverte que o livro não possui tons de militância, ou seja, de denúncias, nem tons proféticos, “que muitas vezes acompanham os trabalhos de ecologia política” (p. 19), mas sim a proposição de que não existe de um lado política e do outro natureza, e acrescenta que esta apenas se torna conhecida através das ciências.

Sabe-se que um dos papéis da ciência é construir conhecimentos que permitam uma melhor formulação e seleção das políticas de meio ambiente e desenvolvimento no processo de tomada de decisões. Nesse contexto, é indispensável desenvolver o conhecimento científico baseado em um novo paradigma, ou seja, uma nova forma de ver e pensar a realidade, conforme explica Fritjof Capra nos princípios

básicos ecológicos, Henrique Leff na sua teoria do saber ambiental, Edgar Morin pelo paradigma da complexidade, Boaventura de Sousa Santos através do paradigma emergente, entre outros.

A ideia central do livro também propõe um novo pensamento, bem elaborado, sobre a atividade científica e política, uma vez que, para Latour fazer ecologia política é primeiramente sair da Caverna, uma alusão à atualidade do mito da Caverna de Platão (p. 27).

Esse é um trecho bastante interessante do livro, onde o mito permite uma constituição “moderna” do conhecimento em duas câmaras (p. 33): a primeira é composta pela totalidade dos humanos falantes desprovidos de qualquer poder, e a segunda se compõe por objetos reais, insensíveis às denúncias, disputas e ignorâncias humanas, e que não possuem o dom da palavra, embora sirvam para definir o que existe. Uma câmara tem autoridade e não a palavra, a outra tem a palavra e não a autoridade. Entre as duas câmaras existe um pequeno número de pessoas, tais como alguns experts e sábios, eleitos e capazes de fazer a ligação entre elas e de converter a autoridade de uma sobre a outra e vice-versa. Para o autor, “esses poucos eleitos poderiam ver-se dotados da mais fabulosa capacidade política jamais inventada: fazer falar o mundo mudo, dizer a verdade sem ser discutida, pôr fim aos debates intermináveis por uma forma indiscutível de autoridade, que se limitaria às próprias coisas” (p. 34).

Latour rediscute através do mito da Caverna, e particularmente das duas câmaras, as instâncias denominadas de Ciência e Política. Para construir uma vida pública que rompa com a Caverna, é preciso “inventar uma democracia” que liberte as ciências da obrigação de servir politicamente a Ciência. Para tanto lança a hipótese de dissociar as ciências da Ciência, alegando que esta não mantém nenhuma relação direta com a vida das ciências; que o problema do conhecimento se põe muito diferentemente, conforme debatemos a Ciência, e define esta como a politização das ciências pela epistemologia, a fim de tornar impotente a vida política ordinária, fazendo pesar sobre ela a ameaça de uma natureza indiscutível.

Essa distinção fica mais nítida para os leitores que leram algumas obras anteriores do autor, como: “*A esperança de Pandora*” (2001) e “*Jamais fomos modernos*” (1994), bem como a obra da filósofa Isabelle Stenger, “*A invenção das ciências modernas*” (2002), na qual Latour é referência matricial. Abordar a ciência feita na prática dos laboratórios, e descobrir que há um processo de negociação, de investigação e debate coletivo, semelhante ao da política é o tecido de uma epistemologia ética que se encontra na base dos argumentos do autor. Para ele as interpretações e teorias científicas refletem, inevitavelmente, interesses econômicos, políticos e morais.

A ideia chave proposta na obra está baseada no fato dos laboratórios serem vistos como “reservatório de democracia”, destacando a importância de transpor para a discussão política a multiplicidade das vozes que aí se podem ouvir. Por este fio condutor cita como exemplo a conferência de Kyoto, 1997,

como um evento que conseguiu formar num único conclave, um ajuntamento das duas câmaras: príncipes, lobistas, empresários, pesquisadores, chefes de Estado, industriais e artistas, entre outros, para analisarem e discutirem em comum como estava a situação do planeta, e como nos devíamos comportar para conservar a “qualidade do nosso céu” (p. 112).

Quando o problema é global a solução deve ser também de caráter global. Se é global significa que atinge cada pessoa e cada ser. E cada pessoa deve ser convocada a dar a sua colaboração. Por isso questões sobre camadas de ozônio e efeito estufa, entre outras, devem ser vistas de modo mais amplo, pois como indivíduos não temos condições de modificar o mundo. Podemos, entretanto, modificar aquele pedaço de mundo que somos cada um de nós, pois sabemos que todos estão emendados em redes de energias e de relações.

A ecologia política é sugerida no livro como portadora de um caráter profundamente democrático, uma articuladora do coletivo, pois pressupõe a participação de todas as partes interessadas. Urge, pois associar humanos e não-humanos, como uma manada de elefantes, uma floresta, um rio, etc, representados por cientistas e defensores dos animais, ao lado de diversos segmentos da sociedade como garimpeiros, índios, economistas entre outros.

Em suma, a ecologia política definir-se-á então como a conjunção da ecologia e da política, das coisas e das pessoas, da natureza e da sociedade e poderá servir para assimilar as “tomadas de posição” (p. 153). Assim a conscientização de cada cidadão, a percepção crítica das grandes questões de fundo que movem as decisões políticas são passos importantes. Com isso, confirma-se a proposta que o autor apresenta no livro, descrita desde o seu início: a constituição de um *coletivo*. Latour considera que para o coletivo, ou seja, a coligação das associações de humanos e de não-humanos, efetue formalmente a procura do mundo comum e que é imprescindível que todas as profissões participem das mesmas “seis funções do coletivo”, principalmente quanto às ciências as quais devem participar dessas funções tendo a contribuição de outros corpos de trabalho, tais como políticos, economistas e moralistas (p. 269). Este coletivo deve ser integrado por três poderes que são fundamentais para o seu funcionamento: consideração, organização ou ordenamento e acompanhamento.

A *consideração* ou *câmara alta* visa conhecer as proposições novas, ou seja, a diversidade das propostas. A *organização* ou *câmara baixa* discute a formação e compatibilidade, ou seja, o seu lugar na hierarquia do mundo comum. O *acompanhamento* atua juntamente com os outros dois poderes, voltado para a arte de governar, aonde repousa a questão do Estado, mas não como domínio, e sim como diplomacia, acompanhando a legitimidade das ações dos outros poderes. Este último poder acaba sendo um desafio, pois, segundo o autor, está ainda por inventar, e isso justifica seu argumento no início do livro, de que a ecologia política é uma empreitada nova que nem sequer começou (p. 12).

Na ecologia política Latour considera a prática de oposição e abandono ao mito da Caverna, propondo um novo sentido para ela o que supõe a redistribuição dos papéis entre políticos e cientistas. Aqui estaria a superação da Ciência pelas ciências concebidas como socialização dos não-humanos explorando o mundo comum para que possamos habitar uma casa comum.

O livro é uma oportunidade de analisar e refletir, com profundidade, uma linha de raciocínio que lança duas flechas do tempo: a primeira – modernista – lançada em direção ao desligamento; a segunda – não-moderna – lançada em direção à religação entre homem e natureza (p.316). No alvo está o coletivo atuante, tão necessário para a realização de uma ecologia política, tendo como finalidade conceder à ecologia política um lugar legítimo, fazendo entrar as ciências na democracia, despertando novas formas de pensar, novas consciências e responsabilidades por um futuro comum da Terra e da Humanidade.



Dossiê dos Autores

ANTONIO ALFREDO TELES DE CARVALHO

Graduado em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco. Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco e Doutor em Geografia Humana pela FFLCH/USP. Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL – Campus I – Arapiraca), onde coordena o Núcleo de Estudos Josué de Castro. Tem experiência na área de Geografia com ênfase em História do Pensamento Geográfico e Geografia Econômica.
E-mail: alfredo.carvalho@uneal.edu.br.

DANNYEL BRUNNO HERCULANO REZENDE

Graduado em Ciências Sociais/UFRN (Bacharelado em Política e Sociologia); é reingressante em Ciências Sociais/UFRN (Licenciatura plena). Membro da Base de Pesquisa Política, Cultura e Educação e pesquisador do Grupo de Estudo Mídia e Poder/GEMP/UFRN. Linha de pesquisa: Política, Democracia e Sociedade.
E-mail: drezende@bol.com.br

FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA SOUZA

Professor do CEFET/RN, campus de Mossoró; Graduado em História (UFPB), mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UERN) e doutorando em Educação (UFRN). Pesquisador do Grupo de estudos da Complexidade – GRECOM.
E-mail: franciscosouza@cefetrn.br e chagasouza@hotmail.com

HOMERO DE OLIVEIRA COSTA

Professor Associado I do Departamento de Ciências Sociais da UFRN. Graduado em Ciências Sociais (UFRN), com Habilitação em Sociologia e Política, fez Mestrado em Ciência Política na Unicamp e Doutorado em Ciências Sociais (Área de Política) na PUC-SP. Últimas publicações: *A Insurreição Comunista de 1935: o caso de Natal* (Editora Ensaio/SP, 1995), *A reforma política e outros ensaios* (Editora Sebo Vermelho/Natal-RN) e *Democracia e representação política no Brasil: uma análise das eleições presidenciais: 1989 a 2002* (Editora Sulina/RS, 2007). Participou do livro *Dicionário Crítico Câmara Cascudo*, Org. Marcos Silva (Editora Perspectiva/SP, 2003). Em termos de pesquisa acadêmica, trabalha principalmente nos seguintes temas: partidos políticos, comportamento eleitoral, mídia e política.

E-mail: homero-costa@uol.com.br

JARBAS MARTINS

Bacharel em Direito (UFRN), especialista em Ciência Política e mestre em Comunicação e Semiótica (PUC/SP). Foi promotor de Justiça do Ministério Público do Estado e atualmente é professor da UFRN, lotado no Departamento de Comunicações, lecionando as disciplinas Cultura Brasileira e Comunicação e Artes Visuais. Além de Professor e poeta, também colabora nos jornais da cidade, tendo escrito diversas resenhas de livros de poesias nos Jornais Tribuna do Norte e Jornal de Hoje. Em 2008 publicou pela Editora Sebo Vermelho um livro-poema “Antielegia para Emmanuel Bezerra: um nome por fazer”.

E-mail: jarbasmartins43@yahoo.com.br

MARIA APARECIDA LOPES NOGUEIRA

Professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Coordenadora do Núcleo Ariano Suassuna de Estudos Brasileiros/UFPE. Possui graduação em Psicologia – Institutos Paraibanos de Educação Instituto de Psicologia (1979), mestrado em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco (1994), doutorado em Ciências Sociais (área de concentração: Antropologia) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2000) e pós-doutorado em Ciências Sociais (área de concentração: Antropologia) pela PUC/SP (2006). Tem experiência na área de Antropologia, atuando principalmente nos seguintes temas: novas epistemologias na antropologia, imaginário, complexidade, cultura, saberes e práticas da tradição e Ariano Suassuna.

E-mail: antrop@npd.ufpe.br e cidanogu@hotmail.com.br

RENATA COELHO SARTORI

Graduada em Comunicação Social/Jornalismo, UNIMEP/SP. Especialização em Arte-Educação-Comunicação, FPA/SP. Mestrado em Ecologia de Agroecossistemas pela Universidade de São Paulo – USP/ESALQ. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFRN/RN. Pesquisadora do Grecom/UFRN – Grupo de Estudos da Complexidade. Publicações: *O pensamento ambiental sistêmico: uma análise das teses de livre docência desenvolvidas pela ESALQ/USP*. (Holos Environment. Rio Claro: UNESP, 2009, no prelo); *O conhecimento científico moderno e a crise ambiental*. (REMEA/FURG, Porto Alegre, v. 16, p.120 – 130, 2006); *A Avaliação Ecológica do Milênio na Mídia*. (Revista Espiral. São Paulo: USP, v. 6, 2005); *Comunicação científica: considerações sobre a difusão da pesquisa ambiental*. (Revista Comunicação em Agribusiness & Meio Ambiente. São Paulo, v. 2, 2005); *Recursos Pesqueiros: um estudo sobre pescadores artesanais*. (Revista Sociedade e Território. Natal, v. 16, p.73-90, 2004. Em co-autoria com SILVA, M. R.; MARTINS, J. S.; MOLINA, S.). E-mail: resartori@ibest.com.br

RENATO CARVALHEIRA DO NASCIMENTO

Bacharel em Sociologia e Relações Internacionais, Mestre em Sociologia pela Universidade de Brasília com a Dissertação Josué de Castro: o Sociólogo da Fome. Ex-consultor da FAO e UNESCO, em Brasília. Atualmente é Doutorando no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – CPDA/UFRRJ e Pesquisador do Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional – CERESAN/UFRRJ. E-mail: natomar@uol.com.br

RENATO SÉRGIO JAMIL MALUF

Professor e economista, atual Presidente do CONSEA da Presidência da República. Seu mandato de dois anos iniciou logo após a III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Fortaleza), em novembro de 2007. Possui pós-doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales (França, 2000-2001) e na Universidade de Oxford (1996-1997). É doutor desde 1988, com a tese *Um “Mal Necessário”? Comercialização Agrícola e Desenvolvimento Capitalista no Brasil* e mestre desde 1977 com a dissertação *Expansão do Capitalismo no Campo: o arroz no Maranhão*, ambos em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Graduiu-se em Economia na Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) em 1973. Além de professor do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) é coordenador do Centro de Referência de Segurança Alimentar e Nutricional (CERESAN) localizada na mesma universidade, e integra o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN).

E-mail: rmaluf@ax.apc.org

TANIA ELIAS MAGNO DA SILVA

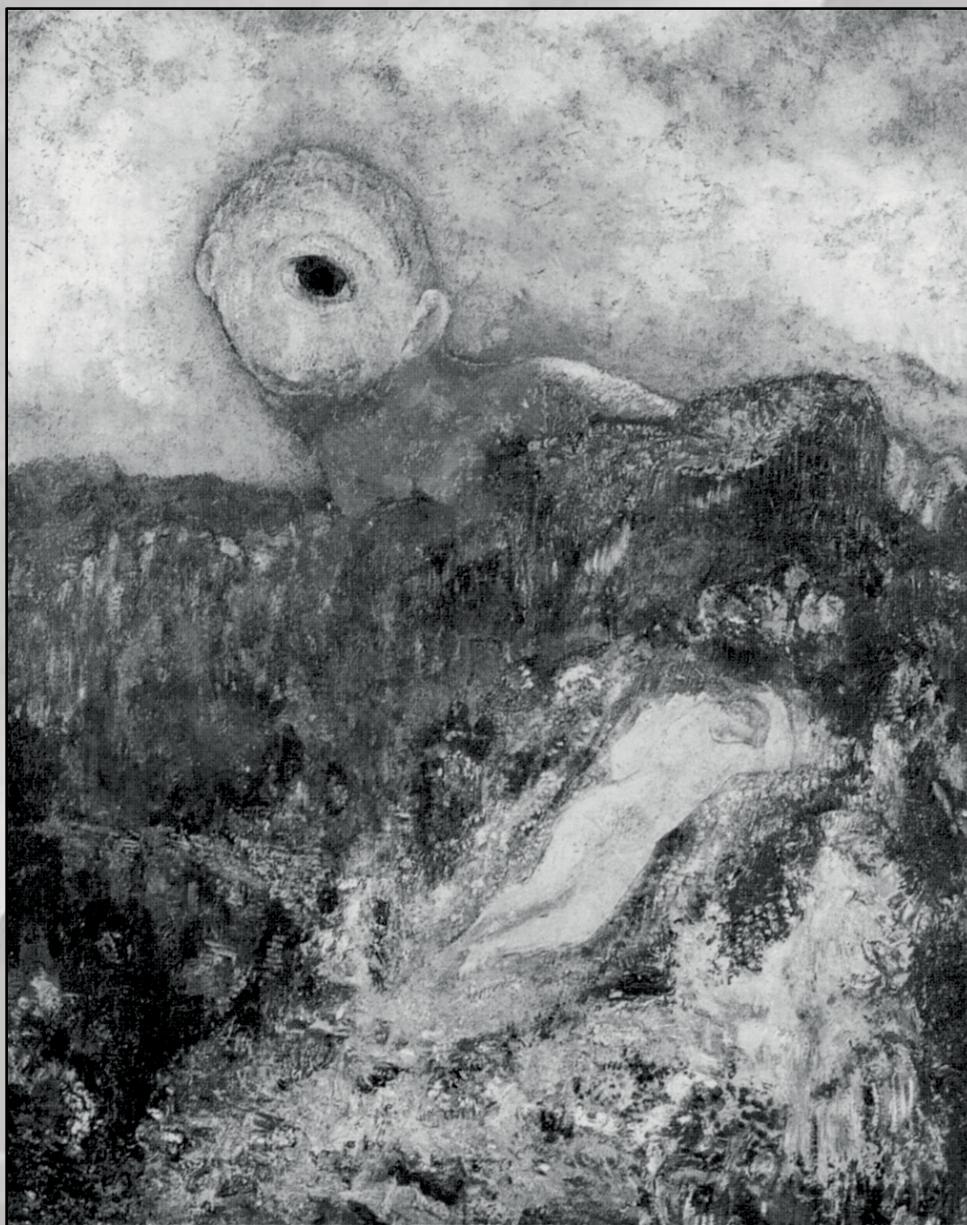
Professora do Mestrado em Sociologia da UFS. Membro da Rede Nacional Nanotecnologia, Sociedade e Meio Ambiente (RENANOSOMA), Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Itinerários Intelectuais, Imagem e Sociedade/UFS, autora de vários artigos sobre Josué de Castro e coordenadora do volume Josué de Castro da Coleção Memórias do Saber produzida pelo CNPq.

E-mail: taniamagno@uol.com.br

TAYGUARA TORRES CARDOSO

Professor de Sociologia da Rede Estadual de Educação Básica do Estado do Rio de Janeiro. Possui graduação e mestrado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2003 e 2007) (PPCIS/UERJ). Tem experiência na área de Antropologia e Sociologia, com ênfase em Antropologia Política, atuando principalmente nos seguintes temas: canudos, os sertões, desenvolvimento, Josué de Castro, Celso Furtado, fome, secas e imprensa do Rio de Janeiro.

E-mail: tayguaratorres@ig.com.br



Normas para Publicação de Artigos

CRONOS, Revista semestral da UFRN, CCHLA. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais é impressa nas dimensões do presente volume (22cm x 23,5cm).

- 1) Os artigos originais apresentados devem ser entregues em três cópias, digitados em *times new roman*, espaço duplo, tamanho 12. Não devem ultrapassar 30 laudas e as resenhas cinco laudas. Cada artigo deve conter um resumo (no máximo 10 linhas) com tradução (inglês ou francês) e três a cinco palavras-chave. Deverão ser enviados à Comissão Editorial da Revista: UFRN, CCHLA. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Av. Senador Salgado Filho, 3000 - Lagoa Nova - Natal/RN - CEP: 59072-970. E-mail: cronos@cchla.ufrn.br
- 2) Todos os artigos, resenhas e outros tipos de trabalhos acadêmicos encaminhados a CRONOS para publicação, serão avaliados por pareceristas *ad hoc*.
- 3) A primeira página deve conter: título do trabalho, autoria, endereço e dados sobre o autor (endereço e telefone para contato, e-mail, instituição, cargo, áreas de interesse, últimas publicações etc.).
- 4) Os autores cujos textos forem aprovados para publicação entregarão seu trabalho em disquete ou CD, com cópia em papel.
- 5) A citação deverá ser indicada através do sistema autor-data. Ex: Teixeira (1992, p. 46); (TEIXEIRA, 1992, p. 30); para obras sem autoria, entrar pela primeira palavra do título em maiúscula. Ex: (A PREVIDÊNCIA social..., 1978, p. 58). De acordo com a NBR 10520/2002.
- 6) As notas de rodapé devem ser explicativas e não de referências. A numeração é feita em algarismos arábicos e deve ser única e consecutiva da primeira à última página.
- 7) As ilustrações devem ser inseridas no corpo do texto. Qualquer que seja seu tipo (desenhos, esquemas, fluxogramas, gráficos, mapas, organogramas, plantas, fotografias, quadros e outros), sua identificação aparece na parte inferior, precedida do tipo designativo, seguida do número de ordem de ocorrência no texto, em algarismos arábicos, e do respectivo título (NBR 6022/2003). Colocar a fonte de onde foi retirada a ilustração logo abaixo da mesma no canto inferior esquerdo: Fonte: Autor, ano e página. No caso de fotografias usar: Foto: Nome do fotógrafo, mês/ano. Quanto aos mapas, croquis, plantas, cartogramas ou outros tipos de ilustrações que forem adaptadas pelo autor do artigo, colocar após a fonte a informação: Adaptado por: Nome, mês/ano. As Tabelas não são ilustrações e seguem as *Normas de apresentação tabular* do IBGE (1993). Tabela é uma “forma não discursiva de apresentar informações, das quais o dado numérico se destaca como informação central” (IBGE, 1993, p. 9).
- 8) As referências devem listar todas as citações mencionadas no texto. Devem ser organizadas em ordem alfabética de sobrenome de autor e redigidas segundo a norma brasileira da ABNT, NBR - 6023, 2002. A lista de REFERÊNCIAS deve vir, sob este título, no final do texto.

Natal (RN), 2009.

CRONOS is a biannual publication of the UFRN Center for Human Sciences, Letters and Arts (CCHLA) – Post-Graduation Program in Social Sciences. It is published at the present size (22cm x 23,5cm).

- 1) Original articles should be rendered in three copies, typed in times new roman letters, size 12, double space. Articles may not exceed 30 pages; reviews, five pages. Each article must bring in an abstract (no longer than 10 lines), translated in English or French, and including from three to five keywords. Articles and reviews can be sent to Cronos' Editorial Board: UFRN, CCHLA. Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas. Av. Senador Salgado Filho, 3000 – Lagoa Nova – Natal/RN – CEP: 59072-970. Email: cronos@cchla.ufrn.br
- 2) Any article, review or other kind of academic paper that should be sent to Cronos for publishing will be submitted to analysis by *ad hoc* experts.
- 3) On first page should be typed the following information: title, name, address and other author's data, like: telephone number, email, institution, position, interest areas, last publications etc.
- 4) The authors whose works come to be approved for publishing will be asked to send their works on diskette or CD, as well as in a paper copy.
- 5) Quotations should be ruled by the author-date system. For example: Teixeira (1992, p. 46) (TEIXEIRA, 1992, p. 30). Works without authorship should follow this way: the first word of the title in majuscule. As in: (A PREVIDÊNCIA social..., 1978, p. 58), according to NBR 10520/2002.
- 6) Footnotes should be of an explaining kind, not referential ones. The numbers must be placed in Arabic numerals, obeying an only and sequential order from the first to the last page.
- 7) Illustrations should be inserted amid texts, independently of their kinds (drawings, sketches, organization charts, plans, photos, pictures and others). Their identification should be given at the bottom of the page, coming before the denominating type, and followed by the order of appearance in the text, in Arabic numerals, and with their respective titles (NBR 6022/2003). The illustration must inform its source right under the left angle of the page: Source: author, year and page. What concerns maps, sketches, plans, cartograms and other kinds of illustration employed by the authors in their articles, they should come after the indicated source. Thus: adapted by: Name, month, and year. Charts are not illustrations, so they need to follow the *Rules for presenting charts* (IBGE, 1993, p.3). "Chart is a non-discursive kind of presenting information in which the numerical data stand out as central information" (IBGE, 1993, p. 9).
- 8) References should list all quotations of the text in alphabetic order starting from the author's surname and obeying the Brazilian ABNT's rule, NBR- 6023, 2002. REFERENCES ought to come under this title in the end of the text.

Natal (RN), 2009.

Cronos – Volume 1 – Número 1 – janeiro/junho – 2000

DOSSIÊ CÂMARA CASCUDO

Francisco de Assis de Sousa Lima – Conto popular: o legado de uma tradição

Gilberto Felisberto Vasconcellos – O ensaio de Luís da Câmara Cascudo na interpretação da cultura brasileira

Ilza Matias de Sousa – Câmara Cascudo e a história dos nossos gestos: o homem, um signo

Vânia de Vasconcelos Gico – Luís da Câmara Cascudo e o conhecimento da tradição

ARTIGOS

Norma Takeuti – Desafios sociais e abordagens socioclínicas: por V. de Gaulejac

Robert Austin – Neoliberalismo y renovacion pos dictatorial em la educacion superior chilena, 1989-1997

Cronos – Volume 1 – Número 2 – julho/dezembro – 2000

DOSSIÊ VISÕES DO BRASIL

Brasília Carlos Ferreira – Antonio Candido: um homem simples

Dalcy da Silva Cruz – Caio Prado Júnior: uma nova possibilidade de olhar o Brasil

Marta Maria de Araújo – Um capítulo da história intelectual dos anos de 1930 aos de 1950 e a presença de Anísio Teixeira

Ana Laudelina Ferreira Gomes – Auta de Souza e a escrita feminina nos oitocentos

Afonso Henrique Fávero – Pedro Nava: um memorista e tanto

Tânia Elias Magno da Silva – Imagens da fome e o itinerário intelectual de Josué de Castro

Idilva Maria Pires Germano – Nações de papel: livros e povos

ARTIGOS

Maria da Conceição Xavier de Almeida – O ensino das Ciências Sociais no Brasil

Norma Takeuti – Imaginário social “mortífero”: a questão da delinquência juvenil no Brasil

Maria Helena Braga e Vaz da Costa – A cor no cinema: signos da linguagem

Cronos – Volume 2 – Número 1 – janeiro/junho – 2001

DOSSIÊ TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

- Brasília Carlos Ferreira* – Trabalhadores e cidadania: metamorfoses sindicais
Eleonora Tinoco Beaugrand – A nova economia e a frágil euforia por mais empregos
Cristiano German – Acesso Denid: marginalização na era da informação
Alexandre Carneiro de Souza – As dimensões do trabalho
Dinah dos Santos Tinôco – As políticas de emprego: uma abordagem comparativa das principais medidas de combate ao desemprego no Brasil
Edilson José Graciolli – Reestruturação produtiva e movimento sindical
Aldenôr Gomes da Silva – Irrigação informatizada: a fase superior da automação do trabalho na agricultura moderna
 Henrique Caetano Nardi – Dois cenários, duas gerações: os impactos da reestruturação produtiva nos processos de subjetivação

ARTIGOS

- Vincent de Gaulejac* – A gênese social dos conflitos psíquicos
Pedro Vicente Costa Sobrinho – Revendo uma certa literatura sobre a imprensa alternativa no Brasil
Daniele Gugelmo Dias – Aplicando a sistêmica à composição dos séculos
Mauro Guilherme Pinheiro Koury – Enraizamento, pertença e ação cultural

Cronos – Volume 2 – Número 2 – julho/dezembro – 2001

DOSSIÊ COMPLEXIDADE – CAMINHOS

- Maria da Conceição Xavier de Almeida* – Reforma do pensamento e extensão universitária
Edgar Morin – A suportável realidade
José Luiz Salana Ruiz – Sobre el concepto de complejidad: de lo insimplificable a la fraternidad amante
Juremir Machado da Silva – Da impossibilidade do método
Orivaldo Pimentel Lopes Júnior – As ciências do diálogo
Edgard de Assis Carvalho – Tecnociência e complexidade da vida
Henri Atlan – Viver e conhecer

ARTIGOS

Jean Philippe Bouilloud – Recepção e sociologia

Beatriz Maria Soares Pontes – Globalização, processo produtivo e território

Maria Helena Braga e Vaz da Costa – A face escura do cinema: interpretação sobre o espaço urbano no filme *Noir*

Cronos – Volume 3 – Número 1 – janeiro/junho – 2002

DOSSIÊ COMPLEXIDADE – MOVIMENTOS

Aldo Aloízio Dantas da Silva – Complexidade e geografia

Ana Sánchez – Complexidade e feminismo

Cezar González Ochoa – A dimensão do tempo nas culturas

Gustavo de Castro e Silva – Seis ou sete motivos para o amanhã

Jean Tellez – O sujeito complexo

Lisabete Coradini – Cidades, imagens e desordem

Tereza Mendonça – Complexidade, educação e ética da responsabilidade

ARTIGOS

Michel Maffesoli – É tempo de rebelião!

Mauro Guilherme Pinheiro Koury – Medos corriqueiros: em busca de uma aproximação metodológica

Almir de Carvalho Bueno – Poder central e autonomia estadual no início da República no Rio Grande do Norte

Francisco Rudiger – A modernidade como época de crise: Leo Strauss e as raízes do niilismo ocidental

Cronos – Volume 3 – Número 2 – julho/dezembro – 2002

DOSSIÊ EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

Anne-Marie Fixot – Educação, cidade e democracia

Evson Malaquias de Moraes Santos – Afetividade e gestão democrática na Escola Pública patrimonialista

José Wellington Germano – Imagens da destituição: os pobres e a educação no Brasil

Melânia Mendonça Rodrigues – Fórum Municipal de Educação de João Pessoa: espaço de participação?

Michel Thiollent – Construção do conhecimento e metodologia da extensão

Norma Missae Takeuti – Os jovens e a “fome de cultura”

Paulo Henrique Martins – Educação, cidadania e emancipação:
explorando as teses antiutilitaristas de Anne-Marie Fixot

Robert Austin e Paulina Vidal – La pared invisible: género, intelectuales
y educación superior en Chile en el largo siglo XX

ARTIGOS

Dalva Maria da Mota – Frutas de Sergipe, mercado do Brasil: política de irrigação,
agricultura empresarial e trabalho no platô de Neópolis/Sergipe.

Evaldo Vieira – As eleições de 2002 e a vontade popular

Heribert Schmitz – Uma assistência técnica participativa para a agricultura familiar

José Castello – Literatura e jornalismo literário num mundo em fragmentos

Luciano Vasapollo – Integración europea y moderna competencia
global: la nueva redistribución territorial del dominio

Marcos Falchero Falleiros – Presépio animado

Maria de Lourdes Patrini – Vida e fatos passados a limpo

Cronos – Volume 4 – Número 1/2 – janeiro/dezembro – 2003

DOSSIÊ GASTON BACHELARD

Jean-Jacques Wunenburger – O pensamento rhenano de Gaston
Bachelard: conflito ou aliança da razão e da imaginação?

Fábio Ferreira – O valor ontológico do pensamento bachelardiano

Elyana Barbosa – Gaston Bachelard e o racionalismo aplicado

Marly Bulcão – Tempo e matéria na poesia visceral de Lautréamont

Ana Laudelina Ferreira Gomes – A demiurgia da mão no cosmos poético de Sertania, de Nivaldete Ferreira

Catarina Sant’Anna – Gaston Bachelard : os índices do dramático no seio do lírico

Alvaro de Pinheiro Gouvêa – O feminino em Bachelard: A gênese do devaneio

Adailson Tavares de Macedo – A casa do sertão

Cláudia Netto do Valle – Histórias brasileiras

Maurício de C. T. Panella – País da infância imóvel

Cronos – Volume 5/6 – Número 1/2 – janeiro/dezembro – 2004/2005

DOSSIÊ SOCIOLOGIA CLÍNICA

Norma Missae Takeuti – Apresentação*Eugène Enriquez* – Da solidão imposta a uma solidão solidária*Norma Missae Takeuti* – O difícil exercício da alteridade*Aécio Gomes de Matos* – A democracia na miséria*Vincent de Gaulejac* – O âmago da discussão: da sociologia do indivíduo à sociologia do sujeito*Christophe Niewiadomski* – Indivíduo pós-moderno, sofrimento psíquico e desafios do trabalho social*José Newton Garcia de Araújo e Maria Mercedes Merry Brito* – Loucos pela rua: escolha ou contingência?*Tereza Cristina Carreiro e Cristine M. Mattar* – História de vida, subjetividade e violência conjugal*Jean Gabriel Offroy* – O prenome e a identidade social: do projeto social e familiar ao projeto parental

ARTIGOS

Maria da Conceição de Almeida – Novos contextos das Ciências Sociais*Celso Frederico* – O marxismo de Lucien Goldmann*Assis Brandão* – As polêmicas de Bobbio com os comunistas italianos*Maria José de Rezende* – Diferenciação, evolução e mudança social em Fernando de Azevedo*Marcos M. B. de Mesquita* – O barroco ibero-americano: “ausência de síntese”?*Maria Célia Leonel, José Antonio Segatto* – Desmandos e violência no sertão rosiano*John Lemons* – Conservação e uso sustentável da biodiversidade: um portfolio de estudos de caso de regiões áridas da América Latina e do Caribe*Maria Noel Lapoujade* – Los imaginarios en la construcción de la identidad latinoamericana*Soraya Fleische* – Entre silêncios e esperas: uma aproximação do mundo feminino tunisiano através dos filmes de Moufida Tlatli*Márcio de Oliveira* – Juscelino Kubitschek e a construção de Brasília*Alan Daniel Freire de Lacerda, Bruno Cesário de Oliveira* – Patronagem e formação de coalizões: o caso da Unidade Popular no RN*Ivanaldo Santos* – Da gênese à crise do Estado de bem-estar*Márcio de Lima Dantas* – Valdetário Carneiro: mártir e comediante

Cronos – Volume 7 – Número 1 – janeiro/junho – 2006

DOSSIÊ POLÍTICAS PÚBLICAS

Vera Schattan Ruas P. Coelho, Ilza Araújo L. de Andrade, Mariana C. Montoya – Fóruns deliberativos: uma boa estratégia para melhorar nossas políticas sociais?

Maria do Livramento Miranda Clementino – Inovando no desenho das relações intermunicipais: o pacto territorial

Aldenôr Gomes – A gestão participativa nas políticas públicas: a experiência do Programa Fome Zero no semi-árido nordestino

Fernando Bastos – Estabelecidos e *outsiders* nas políticas de crédito: o caso do PRONAF B

Mónica Isabel Bendini, Pedro Damián Tsakoumagkos – Las tramas sociales en los procesos de modernización y globalización en los valles frutícolas del río Negro, Argentina

Lincoln Moraes de Souza – A agenda e as agendas no Brasil

ARTIGOS

Elda Rizzo de Oliveira – Comunicação mediática, modelo biomédico e curas mediúnicas

Célia Regina Congílio Borges – Ações governamentais e reestruturações produtivas no Brasil: o mito do Estado mínimo

Jean Carlo de Carvalho Costa – Sílvio Romero e a “ideia das três raças”: uma hermenêutica do nacional a partir da categoria miscigenação

Edison Bariani – Padrão e salvação: o debate Florestan Fernandes x Guerreiro Ramos

Fernando Bessa Ribeiro, Octávio Sacramento – Sexo, amor e interesse entre *gringos* e *garotas* em Natal

Marina Soler Jorge – Cultura popular, cultura erudita e cultura de massas no cinema brasileiro

Cronos – Volume 7 – Número 2 – julho/dezembro – 2006

DOSSIÊ MODERNIDADE & PÓS-MODERNIDADE: REFLEXÕES

Olgária Matos – Metrópole e angústia: acosmismo e cosmopolitismo

João Emanuel Evangelista – Teoria social e pós-modernismo: a resposta do marxismo aos enigmas teóricos contemporâneos

Michel Maffesoli – Religação imaginal

Renarde Freire Nobre – Weber e a influência do protestantismo na configuração da modernidade ocidental

Wilma de Nazaré Baía Coelho – Igualdade e diferença na escola: um desafio à formação de professores

Lúcia Leitão – Um traço, muitos riscos

Paulo Roberto Ceccarelli – As repercussões das novas organizações familiares nas relações de gênero

Maria Ruth Sousa Dantas de Araújo – Um lugar onde se situar

ARTIGOS

Benedito Nunes – Volta ao Mito na ficção brasileira

Flavio Lúcio R. Vieira – O método sem história: uma crítica da metodologia moriniana da complexidade

Edmilson Lopes Júnior – Os cangaceiros viajam de Hilux: as novas faces do crime organizado no interior do Nordeste do Brasil

Giovanni Alves – Trabalho, técnica e estranhamento: uma análise sociológica do filme “Matrix”

Maria Tereza Garcia – Violência e medo, elementos extintos no *newsmaking* do jornalismo público?

Cristiano Lima Ferraz – Repensar 1942: o SENAI frente à metamorfose do industrialismo

Cronos – Volume 8 – Número 1 – janeiro/junho – 2007

DOSSIÊ GLOBALIZAÇÕES ALTERNATIVAS

Boaventura de Sousa Santos – Os direitos humanos na zona de contacto entre globalizações rivais

José Willington Germano – Globalização contra-hegemônica, solidariedade e emancipação social

Elida Lauris – Pluralismo emancipatório? Uma abordagem a partir dos movimentos indígenas da América Latina

Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio, Mariana Siena, Victor Marchezini e Daniela de Cunha Lopes – O desastre como desafio para construção de uma hermenêutica diatópica entre o Estado e os afetados

Cristiane do Socorro Loureiro Lima – Reinvenções necessárias no século XXI: democracia direitos humanos e instituições de segurança

Eunice Cristina do Nascimento Castro Seixas – Discursos pós-coloniais sobre a lusofonia: comparando Agualusa e Saramago

Luciana Rosa Marques – Políticas de democratização da educação: um estudo com base no pensamento de Boaventura de Sousa Santos

Débora Regina Pastana – O “Estado punitivo brasileiro” e a “democracia representativa elitista” de Boaventura de Sousa Santos

ARTIGOS

- Maria Noel Lapoujade* – Traduzido por Nelson Patriota – Ariel e Calibã como protótipos da espécie humana
- Homero de Oliveira Costa* – Democracia e participação na teoria pluralista
- Dacier de Barros e Silva* – Fragilidades de uma sociedade: em busca de um eu não perdido, ou os entraves do desenvolvimento nacional
- Daniel Pereira Andrade* – O perigo da “normalidade”: o caso Eichmann
- Luciana Carlos Celestino* – História da Donzela Teodora: uma narrativa de transgressão feminina em direção ao reino da Alma Selvagem

Cronos – Volume 8 – Número 2 – julho/dezembro – 2007

DOSSIÊ ENSINO DA SOCIOLOGIA NO BRASIL

- Heloísa Martins* – O ensino de métodos e técnicas de pesquisa nos cursos de Ciências Sociais
- Amaury Cesar Moraes* – O que temos de aprender para ensinar ciências sociais?
- Ileizi Fiorelli Silva* – A sociologia no ensino médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina
- Tânia Elias* – Trajetórias da Sociologia Brasileira: considerações históricas
- Simone Meucci* – Entre a escola nova e a oligarquia: a institucionalização da sociologia na escola normal de Pernambuco – 1929-1930
- Ana Laudelina Ferreira Gomes* – Notas críticas sobre as Orientações Curriculares Nacionais (OCN's) para o ensino de Sociologia no Ensino Médio

ARTIGOS

- Beatriz Maria Soares Pontes* – Região e regionalização no contexto da globalização: a região sob diferentes óticas, no contexto do método dialético
- Patrícia Alves Ramiro* – Ensaio sobre a renda
- Ana Paula Pereira Gomes* – O Negro – Individual, coletivo, self, raça e identidade: algumas questões sobre o tornar-se negro e a auto-rejeição
- Arilson Silva de Oliveira* – O jardim encantado da religião chinesa sob o olhar weberiano
- José Antonio Spinelli e Rubens Pinto Lyra* – Capitalismo de acumulação flexível e as categorias gramscianas

Cronos – Volume 9 – Número 1 – janeiro/junho – 2008

DOSSIÊ UTOPIAS URBANAS

Laurent Vidal – Utopias urbanas no Brasil contemporâneo dos equívocos do nome à multiplicidade das experiências

Maria da Conceição Coelho Ferreira – O sertanejo e a cidade, uma imagem utópica

Remy Lucas O ano em que Zumbi tomou o Rio ou a utopia revolucionária das favelas

Inaê Elias Magno da Silva – Utopia e silêncio: vida pedestre, imagem e emoção em Brasília

Christiane Machado Coelho – Utopias urbanas: o caso de Brasília e Vila Planalto

Daniella de Castro Rocha – Da utopia brasiliense à realidade do Distrito Federal: a emergência e a difícil estabilização de um espaço político específico em Brasília

Maria Isabel de Jesus Chrysostomo – Um projeto de cidade-indústria no Brasil moderno: o caso de Ipatinga (1950-1964)

ARTIGOS

Ricardo Luiz de Souza – A ordem e a síntese: aspectos da sociologia de Auguste Comte

Edgard de Assis Carvalho – Ética complexa e democracia política

Patrick Le Guirriec – A sociabilidade nos condomínios horizontais: ensaio de tipologia

Joana El-Jaick Andrade – O ocaso da sociedade do trabalho? reflexões sobre a crise do paradigma do trabalho nas sociedades capitalistas contemporâneas

Márcio Luiz do Nascimento – Desencantamento do mundo: acréscimos-explicativos de Max Weber à “versão final” de “A Ética Protestante e o ‘Espírito’ do Capitalismo”

Cronos – Volume 9 – Número 2 – julho/dezembro – 2008

DOSSIÊ NARRADORES DO SENSÍVEL

Edgard de Assis Carvalho (PUC, São Paulo) – A paixão pelo entendimento: Claude Lévi-Strauss e a universalidade da cultura

Abraão Costa Andrade (UFRN) – Merleau-Ponty e Lévi-Strauss: narradores do sensível?

Mariza Martins Furquim Werneck (PUC, São Paulo) – Claude Lévi-Strauss e a experiência sensível da Antropologia

- Iraquitã de Oliveira Caminha (UFPB)* – Percepção e motricidade
- Wagner Wey Moreira (UFPA) e Terezinha Petrucia da Nóbrega (UFRN)* – Fenomenologia, educação física, desporto e motricidade: convergências necessárias
- Maria da Conceição Xavier de Almeida (UFRN)* – Claude Lévi-Strauss e três lições de uma ciência primeira
- Maria Isabel Brandão de Souza Mendes (CEFET/RN) e Wani Fernandes Pereira (UFRN)* – Sentir, olhar, ler, escutar: Claude Lévi-Strauss, Maurice Merleau-Ponty, narradores do sensível
- Terezinha Petrucia da Nóbrega (UFRN)* – Merleau-Ponty: o corpo como obra de arte e a inexatidão da verdade
- Salma Tannus Muchail (PUC, São Paulo)* – Merleau-Ponty e a história

ARTIGO

- Jean Carlo de Carvalho Costa (UFPB)* – Nação, estado e raça em Manoel Bomfim: a “impertinência” bomfiniana em torno da identidade nacional

CRONOS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN

TEMAS PARA OS PRÓXIMOS DOSSIÊS

Meio Ambiente e Sociedade

Poder Local e Cultura Política

Estamos disponíveis para o recebimento de artigos e resenhas de acordo, ou não, com as temáticas citadas acima. Deverão ser enviados à Comissão Editorial da revista: UFRN, CCHLA. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Av. Senador Salgado Filho, 3000, Lagoa Nova – Natal/RN – CEP: 59078-970 – E-mail: cronos@cchla.ufrn.br

CRONOS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN

Ficha de Intercâmbio

SELO
STAMP

À
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
BIBLIOTECA SETORIAL
Serviço de Intercâmbio
Av. Senador Salgado Filho, 3000 - Lagoa Nova - Natal-RN - Brasil - CEP 59078-970
E-mail: cronos@cchla.ufrn.br

Remetente: _____
Sender

Endereço: _____
Address

Cidade e Estado: _____
City and State

País: _____
Country

Senhores,
Dear Sirs

Por gentileza preencham a solicitação abaixo, devolvendo-a, a fim de que não haja interrupções na remessa do próximo número de sua revista.

Please fill the request below and return it to us, so we can send you the next number of revista.

1. Recebemos e agradecemos: **Cronos, v. 10, n. 1, jan./jun. 2009.**

We have received

2. Faltam-nos: _____

We are in want of

3. Enviamos em permuta: _____

We sent you in exchange

Local e data: _____

City and date

CRONOS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN

Ficha de Assinatura

- Assinatura anual (dois fascículos): R\$ 20,00 (vinte reais)
- Números avulsos ou atrasados: R\$ 10,00 (dez reais)
- Assinatura para o exterior: US\$ 35,00 (trinta e cinco dólares)

Nome:

Profissão:

Endereço (Address):

CEP: Cidade (City):

Estado (State): País (Country):

À

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Av. Senador Salgado Filho, 3000 - Lagoa Nova - Natal/RN - Brasil - CEP 59078-970

Email: cronos@cchla.ufrn.br

Leia, assine, divulgue e remeta artigos para publicação do próximo número

Veja as normas editoriais e envie artigos inéditos

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
Oficinas Gráficas da EDUFRN
Editora da UFRN, em março de 2010.